UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LEANDRO ALMEIDA LIMA

**Impasses do MERCOSUL na imprensa: discursos editoriais e a política externa
brasileira para a Venezuela no bloco**

Versão Corrigida

São Paulo
2018

LEANDRO ALMEIDA LIMA

**Impasses do MERCOSUL na imprensa: discursos editoriais e a política externa
brasileira para a Venezuela no bloco**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política do Departamento de Ciência Política da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para
obtenção de título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Janina Onuki

A handwritten signature in black ink, reading "Janina Onuki". The signature is fluid and cursive, with the first letter 'J' being particularly large and stylized.

De acordo com a revisão
São Paulo, 19 de setembro de 2018

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L732i Lima, Leandro
 Impasses do MERCOSUL na imprensa: discursos
 editoriais e a política externa brasileira para a
 Venezuela no bloco / Leandro Lima ; orientadora
 Janina Onuki. - São Paulo, 2018.
 138 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
 Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de
 concentração: Ciência Política.

 1. Imprensa. 2. Análise do Discurso. 3. MERCOSUL.
 4. Venezuela. I. Onuki, Janina, orient. II. Título.

LIMA, Leandro Almeida. **Impasses do MERCOSUL na imprensa: discursos editoriais e a política externa brasileira para a Venezuela no bloco.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção de título de Mestre em Ciência Política.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Janina Onuki, dedicada professora desde os tempos da graduação e orientadora nesta atual etapa de minha formação acadêmica. Sou grato por seu apoio, aconselhamento, gentileza e confiança no meu trabalho.

A todos os meus professores do presente e do passado, coautores desta dissertação.

Aos meus pais, Claudia e Miro, à minha avó Dirce, à minha tia Gerusa, ao meu tio Cláudio (*in memoriam*) e à Eloísa, pelo apoio cotidiano e incondicional.

À minha madrinha Vanete, na pessoa da qual agradeço aos meus familiares no Pará, cujo suporte supera a distância.

Aos grandes amigos Adriana Fraiha, Adriana Garcia, Bruna Osti, Cesar Guimarães, Eduardo Sato, Natália Nakamura e Rodrigo Sarai, por tudo que nossa amizade implica.

Aos amigos que o Departamento de Ciência Política me presenteou, Augusto Rinaldi, Juliana Bighetti, Patrícia Nabuco e Rebeca Lins, pelas conversas, conselhos e debates.

A Daad Ebid, Juliana Reimberg, Malu Barroso, Maria Aparecida e Maryrose Okoye, pela enriquecedora e semanal companhia nos últimos dois anos.

Aos meus antigos companheiros de trabalho e amigos, Ana Carolina Carbonieri, Caroline Ranzani, Daniel Reis, Livia Enomoto, Marina Naves, Paulo Henrique Romariz e Raphaël Mazet, pelo aprendizado e paciência. Menção especial a Livia, por haver incentivado e mostrado as oportunidades de um mestrado acadêmico em Ciência Política.

Ao Departamento de Ciência Política da FFLCH-USP, seus professores e funcionários, pelo apoio institucional e seriedade. Agradeço especialmente a Márcia e Vasne pelas orientações no labirinto burocrático da universidade.

Ao Instituto de Relações Internacionais da USP, seus professores e funcionários, pela formação de excelência e introdução ao universo acadêmico.

À FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo nº 2016/03174-8, pelo apoio financeiro que viabilizou a pesquisa.

A ideologia é um fenômeno insuperável da existência social

(RICOEUR, 1977, p. 75)

RESUMO

LIMA, Leandro Almeida. **Impasses do MERCOSUL na imprensa: discursos editoriais e a política externa brasileira para a Venezuela no bloco.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

Os meios de comunicação são atores políticos de inegável importância nas sociedades contemporâneas e, diante da insuficiência de estudos lidando com seu papel no debate de assuntos internacionais no Brasil, o presente trabalho tem por objetivo investigar o discurso editorial da grande imprensa brasileira a respeito da política externa do país para a participação da Venezuela no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Especificamente, busca-se responder à pergunta de em que medida a imprensa se coloca como um contrapoder ao governo, sendo pautada pelo discurso crítico de supervisão em lugar de ser pautada pela filiação a uma determinada corrente ideológica em integração regional. Valendo-se da abordagem teórica da Análise do Discurso de tradição francesa, a pesquisa mobiliza os conceitos de ideologia, heterogeneidade enunciativa e interdiscurso para analisar discursivamente os editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* acerca de dois episódios chave da trajetória venezuelana no MERCOSUL, quais sejam sua adesão e sua posterior suspensão do bloco. A fim de rejeitar ou não a hipótese do contrapoder, examina-se o discurso editorial à luz dos discursos políticos sobre os episódios mencionados em dois momentos distintos da conjuntura política nacional e, conseqüentemente, do discurso oficial. A comparação da relação interdiscursiva entre os discursos editoriais e políticos atestou a filiação da grande imprensa à ideologia pragmática de integração regional e a rejeição da hipótese do contrapoder para o caso analisado.

Palavras-chave: Imprensa. Análise do Discurso. MERCOSUL. Venezuela.

ABSTRACT

LIMA, Leandro Almeida. **Impasses of MERCOSUR in the press: editorial discourses and the Brazilian foreign policy for Venezuela in the bloc.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

Media outlets are a political actor of undeniable importance in contemporary societies and, given the scarcity of studies dealing with their role in debating international affairs in Brazil, this research aims to investigate the Brazilian mainstream press's editorial discourse concerning the country's foreign policy towards the participation of Venezuela in the Southern Common Market (MERCOSUR). Specifically, it is intended to answer to the question of to what extent the press behaves as a watchdog in relation to the government by being led by a critical discourse rather than by the filiation to a specific ideology on regional integration. Through the theoretical framework provided by the French Discourse Analysis, the research uses the concepts of ideology, enunciative heterogeneity and interdiscourse to analyze editorials published by *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* and *O Globo* about two key episodes of the Venezuelan path through MERCOSUR: its adhesion and posterior suspension from the bloc. In order to reject or not the watchdog hypothesis, the editorial discourse is examined in light of political discourses about the aforementioned episodes in two different moments of the national political context and, consequently, of the official discourse. The comparison of the interdiscursive relationship among the political and editorial discourses showed the filiation of the mainstream press with a pragmatic ideology on regional integration as well as the rejection of the watchdog hypothesis for the analyzed case.

Keywords: Press. Discourse Analysis. MERCOSUR. Venezuela.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – A estrutura da sequência argumentativa	84
--	-----------

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Votação nominal referente ao Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL na Câmara dos Deputados	72
---	-----------

Quadro 02 - Votação nominal referente ao Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL no Senado Federal	73
---	-----------

Quadro 03 – <i>Corpus</i> 1: discursos políticos	79
--	-----------

Quadro 04 – <i>Corpus</i> 2: editoriais por jornal	81
--	-----------

Quadro 05 - Diferenças entre os discursos políticos sobre a participação venezuelana no MERCOSUL	102
--	------------

Quadro 06 - Elementos do discurso editorial por jornal	116
--	------------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEC	Associação de Estados do Caribe
AD	Acción Democrática
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
CAN	Comunidade Andina
CARICOM	Comunidade do Caribe
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
COPEI	Comité de Organización Electoral Independiente
DEM	Partido Democratas
G-20	Grupo dos 20
MAS	Movimiento al Socialismo
MCCA	Mercado Comum Centro-Americano
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MSC	Mensagem ao Congresso Nacional
MVR	Movimiento V República
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDC	Projeto de Decreto Legislativo
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PDVSA	Petróleo de Venezuela S.A.
PHS	Partido Humanista da Solidariedade

PIB	Produto Interno Bruto
PICE	Programa de Integração e Cooperação Econômica
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSUV	Partido Socialista Unido de Venezuela
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
RCTV	Radio Caracas Televisión
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
TEC	Tarifa Externa Comum
UE	União Europeia
URD	Unión Republicana Democrática

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A ANÁLISE DO DISCURSO COMO VIA DE ACESSO À RELAÇÃO ENTRE A IMPRENSA E A POLÍTICA.....	23
1.1 Abordagem teórica: a Análise do Discurso.....	23
1.1.1 A trajetória da Análise do Discurso.....	23
1.1.2 A vertente francesa: introdução a conceitos elementares	27
1.1.3 A ideologia	29
1.1.4 A heterogeneidade e o interdiscurso.....	31
1.2 O discurso na imprensa e sua relação com o poder.....	35
1.2.1 O papel do editorial no discurso jornalístico	36
1.2.2 A relação entre imprensa e política	38
2. O MERCOSUL E A APROXIMAÇÃO VENEZUELANA	48
2.1 O MERCOSUL	48
2.1.1 As origens do bloco	48
2.1.2 O regionalismo aberto e o intergovernamentalidade.....	51
2.1.3 Os desafios à integração pós-Protocolo de Ouro Preto	55
2.1.4 A reconfiguração do regionalismo aberto	57
2.2 A estratégia externa da Venezuela: de <i>Punto Fijo</i> ao MERCOSUL.....	61
2.2.1 A tradição política venezuelana no século XX.....	61
2.2.2 Transição ao chavismo	63
2.2.3 O fortalecimento do chavismo e sua política externa.....	65
2.3 A trajetória venezuelana no bloco	68

2.3.1 A conturbada estreia no MERCOSUL	69
2.3.2 A tramitação do Protocolo de Adesão no Congresso Nacional	70
2.3.3 Sanções a Caracas	74

3. OS DISCURSOS POLÍTICO E EDITORIAL SOBRE A VENEZUELA E O MERCOSUL78

3.1 Os discursos políticos sobre a trajetória venezuelana no MERCOSUL.....	85
3.1.1 Os termos do apoio brasileiro a Caracas	85
3.1.2 Divergência e acusação ideológica.....	90
3.1.3 O jogo se inverte no discurso oficial	94
3.1.4 O embate discursivo no domínio político.....	97
3.2 O discurso editorial	102
3.2.1 Os editoriais e o discurso incumbente desenvolvimentista	103
3.2.2 Os editoriais e o discurso incumbente pragmático	109
3.2.3 O discurso editorial e a hipótese do contrapoder.....	114

CONCLUSÃO.....120

REFERÊNCIAS123

INTRODUÇÃO

A imprensa é um ator político de inegável importância nas sociedades democráticas contemporâneas. É capaz de organizar e influenciar o debate público por sua capacidade de influir no agendamento de quais tópicos serão discutidos e também em que termos o debate ocorrerá (GITLIN, 1980; IYENGAR; KINDER, 1987; MCCOMBS; SHAW, 1972; SCHEUFELE; TEWKSBURY, 2007; TUCHMAN, 1978), além de intervir como agente ativo no processo de formulação de políticas (SOROKA et al, 2012). Discursivamente, a mídia é o principal dispositivo a construir a história do presente (GREGOLIN, 2007). Desta forma, o estudo das ações e preferências políticas da imprensa é de alta relevância como agenda de pesquisa em ciências humanas e sociais. Não seria diferente, portanto, em Ciência Política e Relações Internacionais, já que o comportamento e importância dos veículos de comunicação atingem o nível da política doméstica, e também se estendem à política externa (COHEN, 2015; SOROKA, 2003). É no contato entre as áreas da Comunicação Social, da Análise do Discurso e das Relações Internacionais que esta pesquisa se situa.

Apesar de muitos temas internacionais serem assépticos em termos de geração de debate público, há aqueles que se destacam e isto é especialmente verdadeiro naquelas iniciativas externas que suscitem controvérsia em razão de suas dimensões econômicas e políticas, como, por exemplo, as estratégias de integração regional. Neste sentido, destaca-se o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) como o mais importante projeto em integração regional do Brasil, provocando a mobilização de agentes políticos e econômicos acerca do tema. Assim, natural que a grande imprensa¹ não deixasse de expressar suas avaliações a cada passo de desenvolvimento institucional do bloco. O último grande passo foi seu processo de alargamento com a entrada da Venezuela na organização, bem como as recentes sanções a ela impostas.

Tendo isto em consideração, esta pesquisa se debruça sobre o estudo dos discursos editoriais dos principais jornais diários brasileiros sobre a trajetória venezuelana no MERCOSUL, com destaque à forma de como tais discursos medeiam o diálogo dos periódicos – enquanto agentes políticos – com o Estado e como se situam na divergência entre grandes correntes políticas debatendo o MERCOSUL, além da postura do Brasil em

¹ A concepção de grande imprensa é dada adiante.

relação ao bloco. O estudo do comportamento político da imprensa brasileira em temas de política externa e relações internacionais ainda segue incipiente em comparação, por exemplo, aos estudos dedicados a tal comportamento em períodos eleitorais e em políticas domésticas (como a econômica).

A natureza da relação da grande imprensa com as forças políticas neste caso será apreendida a partir de uma perspectiva discursiva, particularmente a de tradição francesa. Isto significa, entre outras implicações, que a linguagem não é transparente: sua materialidade visível – como a palavra, a frase e o texto – não possui significação em si própria, naquilo que explicita. A linguagem tampouco é um mero código para troca de informações cujas mensagens são inequívocas. Em realidade, ela excede o estritamente linguístico para intervir como prática social de acordo com situações sócio-históricas particulares. Ainda, é compreensível à luz das relações discursivas de aliança e conflito que estabelece em um campo discursivo. É o chamado interdiscurso, que por esta ótica é o fenômeno discursivo a ser alvo de investigação acadêmica, que constitui o objeto da pesquisa em Análise do Discurso. Aqui não será diferente.

Isto significa que, no caso deste empreendimento, o discurso editorial será examinado não apenas pela sua organização interna, mas também, e principalmente, pela sua conexão interdiscursiva com aqueles discursos das forças políticas. Isto porque a preocupação aqui é a da grande imprensa enquanto agente em relação com o poder político, relação esta que pode ser tanto de supervisão em relação aos tomadores de decisão quanto de alinhamento a correntes ou ideologias políticas específicas. Isto será apreendido pela relação discursiva entre estes atores, e disto se vê a compatibilidade da premissa do interdiscurso como objeto de pesquisa. Este ponto será esclarecido adiante ao ser apresentada a hipótese de pesquisa.

Retornando aos componentes da relação interdiscursiva, o *corpus* a representar o discurso da grande imprensa é composto pelo conjunto de editoriais publicados pelos jornais diários *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* acerca da trajetória venezuelana no MERCOSUL, quais sejam a entrada (processo ocorrido entre 2006 e 2012) e as suspensões impostas a Caracas no âmbito do bloco (em 2016 e 2017)². Os

² Os três veículos publicaram um total de 20 editoriais focados na integração venezuelana, sendo 8 da *Folha de S. Paulo*, 7 d'*O Estado de S. Paulo* e 5 d'*O Globo*. A lista completa é apresentada no terceiro capítulo da dissertação.

posicionamentos destes veículos são tomados como representativos da imprensa *mainstream* nacional, pois sua seleção atendeu a um critério de importância: estes possuem alcance nacional e atualmente são, naquela ordem, os maiores jornais diários do país de acordo com dados da Associação Nacional de Jornais em 2015. Excluídos os tabloides³, uma vez que não são *quality newspapers* por focar suas coberturas na vida privada de indivíduos e em entretenimento (URIBE; GUNTER, 2004), os jornais mencionados são os que mais circulam no Brasil, tendo suas circulações pagas por ano atingindo 193.079, 189.254 e 157.761 exemplares, respectivamente (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS, 2015)⁴. Optou-se pela análise de editoriais em particular porque, como expressão oficial das organizações de mídia, eles são a forma mais clara de investigar as identidades da imprensa (LE, 2010) e, sobretudo, são o gênero jornalístico pelo qual a imprensa trava diálogo com o poder (MELO, 2003). E esta é a perspectiva relevante dado que a pesquisa busca localizar a imprensa como agente político no embate discursivo em política externa.

Os discursos editoriais serão postos em relação com aqueles de forças políticas, como mencionado. O *corpus* selecionado para captar os discursos políticos, por sua vez, é composto por manifestações oficiais da Presidência da República, como notas e pronunciamentos, e por relatórios parlamentares. Os pronunciamentos presidenciais permitem a apreensão dos posicionamentos oficiais dos tomadores de decisão, ou seja, das três administrações atuantes no Palácio do Planalto entre 2006 e 2017. Isto é importante e interessante na pesquisa uma vez que o posicionamento de Brasília em relação a Caracas não foi constante, pois a postura essencialmente favorável ao ingresso venezuelano nas gestões Luiz Inácio Lula da Silva Dilma Rousseff foi sucedida pela rigidez da gestão Michel Temer. Tal mudança de posicionamento se mostrará fundamental ao ser detalhada a hipótese. Adicionalmente, discursos das forças políticas são capturados por manifestações parlamentares oriundas de diferentes localizações no espectro político, com destaque aos relatórios preparados na ocasião da tramitação do

³ O veículo de maior circulação paga por ano, segundo a ANJ, é o mineiro *Super Notícia* (249.297 exemplares). Este foi desconsiderado para o propósito desta análise por se tratar de um tabloide.

⁴ Os dados mais recentes disponibilizados se referem a este ano e, de toda forma, o *ranking* de jornais aponta os mesmos três veículos ao longo da última década, quando o processo de integração venezuelano ocorreu.

Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL pelo Congresso Nacional, processo este marcado pela polarização e impasses políticos.

A análise da relação interdiscursiva entre os discursos editoriais e os discursos políticos, o objeto, permitirá conclusões sobre a hipótese da pesquisa. Especificamente, investiga-se a hipótese da atuação política da grande imprensa como contrapoder (ou *watchdog*, cão de guarda) diante do Estado no caso das reações brasileiras à trajetória venezuelana no MERCOSUL, enquanto a alternativa a isso seria o alinhamento da imprensa a ideologias políticas específicas. A pesquisa aborda a hipótese do contrapoder no caso mencionado e pretende contribuir também para o acúmulo de investigações acerca do tema e particularmente em política externa, que é ainda pouco estudada por este prisma.

Os veículos de imprensa operavam até meados do século XIX como extensões de partidos políticos, estando-lhes submetidos e atuando como seus porta-vozes no debate público (TRAQUINA, 2012). Neste momento, nada haveria de estranho no alinhamento destes veículos a correntes políticas particulares e suas ideologias. Tal associação, no entanto, deixa de ser necessariamente esperada após o desenvolvimento da imprensa informativa, movimento observado particularmente nos Estados Unidos e posteriormente difundido em diferentes graus a outros sistemas de mídia pelo mundo. Naquele país, a crescente urbanização e industrialização ao longo do século XIX pressionaram os veículos a realinhar seu posicionamento no sentido de revelar fatos ocultados ou incômodos para fins comerciais, o que se opunha à perspectiva até então claramente partidarista. Novos valores e identidades profissionais emergem, fazendo deste período um ponto de inflexão na história jornalística (HALLIN; MANCINI, 2011; TRAQUINA, 2012).

É na esteira do processo de afastamento da partidarização que emerge a noção da imprensa enquanto contrapoder, Quarto Estado (em referência aos estamentos medievais) ou Quarto Poder (em adição ao Executivo, Judiciário e Legislativo). Isto é bem ilustrado pela queixa de autoridades oitocentistas europeias de que a imprensa já servia como “um partido antagonista de todos os governos existentes... Traz consigo o mal inominável, ao denegrir toda a autoridade, ao questionar todos os princípios, ao tentar reconstituir todas as verdades” (O'BOYLE, 1968, p. 306 apud TRAQUINA, 2012, p.45). A consolidação da democracia de massas nos Estados Unidos e Europa legitimou o novo posicionamento

dos meios de comunicação como supostos guardiões do interesse público e da sociedade diante dos governos, numa perspectiva de desconfiança em relação ao poder (TRAQUINA, 2012). A supervisão e crítica ao incumbente, qualquer que seja, originou a expressão *watchdog* ou “cão de guarda” mencionada na apresentação da hipótese de pesquisa.

Apesar da tendência evolutiva descrita, é conveniente avaliar a natureza da relação da imprensa com o poder em casos concretos e em sistemas de mídia distintos daqueles considerados pela literatura de base. Pesquisadores brasileiros em Comunicação Social e Ciência Política já vêm os posicionamentos da imprensa brasileira, sobretudo no que diz respeito a disputas eleitorais. Exemplos notáveis são Afonso de Albuquerque, Alessandra Aldé, João Feres Júnior e Leandro Colling, os quais têm se dedicado à análise das coberturas midiáticas de pleitos presidenciais desde a redemocratização (PORTO, 2004). Como exemplo, João Feres Junior (ET AL, 2015) propôs em estudo recente o teste da hipótese do contrapoder para a cobertura das eleições presidenciais de 1998 e 2014 pelos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* em temas de política e economia. Conclui-se que houve tendência a cobertura negativa ao Partido dos Trabalhadores (PT) em relação ao Partido da Social da Democracia Brasileira (PSDB), além da postura situacionista acerca deste e oposicionista acerca daquele, rejeitando-se a hipótese do contrapoder.

É este o tipo de indagação proposta nesta pesquisa, mas agora voltada a um tema internacional: a grande imprensa brasileira tem desempenhado ou não o papel de contrapoder em política externa e, particularmente, no caso da postura oficial brasileira acerca da entrada e sanções à Venezuela no âmbito do MERCOSUL? Ou teria a grande imprensa acompanhado a tendência já verificada em assuntos políticos e econômicos domésticos de se filiar a determinada corrente política e de pensamento? Para isso haverá a comparação da posição oficial brasileira em dois momentos distintos da política de Brasília para Caracas com os discursos editoriais nestes dois períodos.

A escolha do foco acerca do ingresso venezuelano, em detrimento de outro tema de política externa ou integração regional, é interessante por ser um tema significativo em termos de impacto econômico e geração de forte debate público, polarizando as posições de atores políticos. Em relação ao primeiro aspecto, importante notar que a integração regional está proximamente relacionada às estratégias de desenvolvimento social e

econômico do país. O MERCOSUL é notável exemplo disso. Dados do Palácio do Planalto em julho de 2015 revelam que o bloco é a principal fonte de superávit comercial do Brasil e que tal superávit superou os US\$ 2 bilhões nos primeiros seis meses daquele ano. Ainda, dos US\$ 20,4 bilhões exportados para o MERCOSUL em 2014, mais de 80% corresponderam a produtos manufaturados (PALÁCIO DO PLANALTO, 2015).

No que se refere ao debate público, a trajetória venezuelana no MERCOSUL se traduziu no Brasil em controvérsia política, e é exatamente isto que a torna singular e relevante para a pesquisa. Um objeto em torno do qual não tenha havido mobilização de forças políticas e discussão seria de pouca valia como foco central do estudo, o que é o caso da maior parte dos temas internacionais. O ingresso venezuelano no bloco sofreu um tortuoso caminho de aprovação no Congresso Nacional e foi marcado por forte polarização política em dois campos opostos: enquanto a argumentação oficial do Executivo⁵ e dos líderes de sua base parlamentar se ancorava nos benefícios econômicos da integração da Venezuela e na ênfase da presença do Estado e não necessariamente do governo de Caracas no bloco, a oposição à época rebateu invocando a natureza autoritária do governo de Hugo Chávez e as dificuldades que isso traria ao desempenho da organização, além de acusar o governo de ideologizar a política externa brasileira indevidamente (FELIÚ; AMORIM, 2011; GOLDZWEIG, 2013). O caso viria a ganhar mais riqueza em termos de debate quando a administração Temer assume o governo e reverte o suporte de Brasília a Caracas, o que permite a observação do comportamento da imprensa em dois momentos de conjuntura diferentes.

A produção acadêmica até o momento sobre a Venezuela no MERCOSUL é outro ponto a tornar a perspectiva desta pesquisa relevante. A literatura tem abordado com frequência seus aspectos político-econômicos (ARCE; DA SILVA, 2012; BARBOSA, 2008; BRICEÑO-RUIZ, 2010; FELIÚ; AMORIM, 2011; GOLDZWEIG, 2013; LAFER, 2013; TERUCHKIN, 2006), porém ainda pouco se discute das perspectivas midiáticas ou discursivas deste tema. Isto é um reflexo do estado atual da produção dedicada à cobertura da mídia em política externa ou internacional em geral, que ainda é incipiente e recente. Poucos trabalhos se destacam, como um artigo de Guilherme Casarões (2012) que investiga a postura daqueles mesmos jornais sobre a política externa de Lula, além do

⁵ Administração de Luiz Inácio Lula da Silva à época.

trabalho de Mesquita e Medeiros (2016) sobre a legitimação da identidade externa brasileira como poder emergente aos olhos da mídia. No campo da Análise do Discurso, há a obra teórica de Margarethe Born Steinberger (2005) acerca dos discursos geopolíticos da mídia.

Contribuir para mitigar esta lacuna ressalta a importância do presente empreendimento, uma vez que a atestada centralidade dos meios de comunicação na vida política contemporânea no Brasil (AZEVEDO, 2006; LIMA, 2012; MIGUEL, 2002; RUIZ, 2010) coincide com um processo paulatino de maior permeabilidade e demanda de participação no processo de formulação da política externa brasileira por atores de fora da administração pública. A prática diplomática nacional foi tradicionalmente conhecida por seu insulamento institucional restrito ao Ministério de Relações Exteriores (MRE), contudo a literatura aponta o desenrolar da tendência contrária em razão dos efeitos da globalização e da redemocratização, gerando crescente pluralização de atores (CASARÕES, 2012; PIMENTA DE FARIA, 2008). Milani e Pinheiro (2013) chegam a afirmar que não cabe mais enquadrar a política externa brasileira como insulada e imune ao debate público. A imprensa é um dos atores que potencialmente ganham visibilidade neste processo e, portanto, é inadequada a escassez de trabalhos a lidar com os discursos jornalísticos em temas de política externa, integração regional e política internacional⁶.

Findos os comentários introdutórios de apresentação da proposta de pesquisa, apresenta-se a estrutura do presente trabalho. A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro deles se dedica à exposição da abordagem teórica de base da pesquisa. Percorre-se a evolução da Análise do Discurso enquanto área do conhecimento para que os conceitos mobilizados no decorrer da pesquisa se enquadrem de forma coerente e se esclareçam, com destaque à mencionada noção de interdiscurso. Aborda-se, ainda, como a literatura em entende o discurso editorial e a relação da imprensa com o poder político. O segundo capítulo, por sua vez, começa pelo detalhamento da evolução do MERCOSUL e da gradual aproximação venezuelana do bloco, encerrando-se com a exposição do turbulento processo de adesão venezuelana ao bloco e à trajetória do país como membro. Já o terceiro capítulo discute os discursos editoriais e políticos à luz dos

⁶ Nota-se, porém, que não é objetivo desta pesquisa avaliar ou mensurar o grau influência da grande imprensa nos meandros do processo de decisão. O foco é elucidar a natureza do posicionamento dos meios de comunicação assinalados enquanto agentes políticos diante dos tomadores e das distintas correntes políticas debatendo o papel da Venezuela no MERCOSUL.

conceitos discursivos introduzidos no primeiro, analisando-se a relação interdiscursiva proposta para a avaliação da hipótese de pesquisa. Por fim, encerra-se o trabalho com suas conclusões e referências.

1. A ANÁLISE DO DISCURSO COMO VIA DE ACESSO À RELAÇÃO ENTRE A IMPRENSA E A POLÍTICA

Há muitas formas de se estudar a linguagem, fazendo que esta temática mobilize teóricos de diversas áreas do conhecimento. Como já mencionado, a pesquisa se fundamenta na Análise do Discurso de linha francesa e este capítulo se dedica a explorá-la de forma a esclarecer como tal perspectiva é interessante para a compreensão do objeto de estudo proposto. Dado que a Análise do Discurso de forma alguma se constitui um campo de conhecimento uniforme em termos de entendimento de conceitos e metodologia, vale primeiramente rastrear, mesmo que de forma breve, os principais caminhos trilhados pela área. Isto de maneira a melhor situar a corrente trabalhada na pesquisa para, então, discutir os conceitos a serem mobilizados. Por fim, examina-se como a literatura em Comunicação Social e Política tem entendido a relação entre a imprensa e o poder no Brasil de forma a estabelecer o acúmulo de conhecimento e evidências ao qual este trabalho pretende contribuir.

1.1. Abordagem teórica: a Análise do Discurso

1.1.1. A trajetória da Análise do Discurso

O termo “análise do discurso” foi primeiramente utilizado pelo linguista Zellig S. Harris em 1952, quando publicou um artigo intitulado “Discourse Analysis” na revista *Languages*. Este autor propunha analisar textos a partir de suas estruturas e da recorrência de alguns de seus elementos, debruçando-se sobre frases individuais e distribuição a ocorrência de palavras (HARRIS, 1952). Apesar de haver nomeado o termo “análise do discurso”, seu trabalho tem pouco interesse nos aspectos discursivos do texto (como se entendem tais aspectos hoje), como o seu contexto sócio-histórico ou a dinâmicas que o subjazem, aproximando-o mais do que atualmente é a Linguística Textual que ao que entendemos como Análise do Discurso (ANGERMÜLLER et al, 2014; MAINGUENEAU, 2015). Como ficará mais claro ao longo desta seção, a Linguística tradicionalmente enxergava os materiais linguísticos como fechados em si próprios, imanentes em suas características gramaticais ou sintáticas, o que será persistentemente problematizado pelos adeptos da perspectiva discursiva.

As considerações sobre a permeabilidade dos aspectos puramente linguísticos ao seu exterior e a impossibilidade de frases terem sentido apenas por si próprias serão

paulatinamente sofisticadas nas décadas posteriores à publicação do artigo de Harris. Mesmo que a Linguística e a Análise do Discurso não sejam mais sinônimos, aquela contribuiu de forma importante para o desenvolvimento das questões discursivas e certamente ainda as acompanham. A Análise do Discurso se constituiu na encruzilhada entre vários domínios das ciências humanas e sociais (MAINGUENEAU, 1996), sendo a Linguística uma das centrais (ORLANDI, 2009).

As temáticas discursivas começaram a se desenvolver de fato a partir dos anos 1960 principalmente nos Estados Unidos e na Europa. A França se destaca nesse cenário por haver sido o primeiro lugar onde a Análise do Discurso foi definida, sob esta designação, como “um empreendimento ao mesmo tempo teórico e metodológico específico” (MAINGUENEAU, 2015, p. 18). Tal desenvolvimento era, em seu princípio, significativamente pautado pelo estruturalismo derivado das reflexões de Ferdinand de Saussure, que via a linguagem como um sistema gramatical que permite aos indivíduos selecionar e combinar unidades linguísticas interdependentes de maneira a produzir sentenças e significados (SAUSSURE apud ANGERMÜLLER et al., 2014). Apesar destas noções específicas de linguagem e produção de significado terem se modificado ao longo da evolução da Análise do Discurso, um importante legado saussuriano é a ideia de que o de que o sujeito não é o responsável pela produção de sentidos: o sujeito é menos a origem do discurso e mais o produto deste (PÊCHEUX, 1990).

Provocados pelo estruturalismo, foram Michel Pêcheux e Michel Foucault que contribuíram decisivamente para a consolidação da Análise do Discurso (ANGERMÜLLER et al, 2014; MAINGUENEAU, 2015). Deixou-se para trás a ideia de que os enunciados (frases, falas, entre outros) adquirem sentidos apenas fechados em suas próprias características gramaticais: incorporaram-se novos elementos, como ideologia e contexto.

Pêcheux se destacou como nome na área com a publicação de “Análise Automática do Discurso” em 1969 e, nos anos seguintes, por reflexões de natureza teórica ancoradas no marxismo. Pêcheux incorporou, por exemplo, uma noção particular de ideologia às questões discursivas: o filósofo posicionava o discurso no quadro de divisão de classes da sociedade, a qual estaria invariavelmente conectada com a posição social de alguém.

A ideologia opera pelo que ele chama de assujeitamento, que é a interpelação⁷ de alguém como sujeito ideológico. Dito de outra forma, o sujeito, mesmo que não perceba, é portador de uma formação ideológica, definida por Pêcheux como um complexo conjunto de atitudes e representações sociais relacionadas ao posicionamento da sua classe e não a aspectos individuais ou universais (PÊCHEUX; FUCHS, 1975). Pêcheux procura desvendar a ideologia que o discurso busca dissimular (MAINGUENEAU, 2015). O termo ideologia será mais bem detalhado em breve.

Para discutir a relação entre ideologia e discurso, Pêcheux aborda um dos conceitos fundamentais da linha francesa de Análise do Discurso, que é a formação discursiva. Para o autor, o discurso é uma dimensão material da materialidade ideológica, “em outras palavras, as espécies discursivas pertencem, em nossa opinião, a um gênero ideológico (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 11), o que significa que formações ideológicas necessariamente incluem como um de seus componentes uma ou mais formações discursivas relacionadas. O papel destas formações é pautar o que pode e deve ser dito no discurso em dada conjuntura (PÊCHEUX; FUCHS, 1975). Pêcheux trabalha o conceito de formação discursiva influenciado pelo marxismo de Althusser⁸, porém se apoia significativamente na noção proposta por Michel Foucault. De acordo com este, a formação discursiva é uma “regularidade ou a ordem entre um conjunto de enunciados, de objetos, conceitos ou escolhas temáticas marcados pelas mesmas condições ou regras de formação” (FOUCAULT, 1995, p. 43). Assim, pode-se dizer que tanto para Pêcheux como para Foucault, as formações discursivas são sistemas de restrições invisíveis que determinam o discurso.

O papel de Foucault para a constituição da Análise do Discurso não se limita ao conceito de formação discursiva. O autor também propôs que “discurso” não é um conceito linguístico, uma vez que os textos e as falas em si são apenas a superfície do discurso; o discurso não é concebido em termos de regras gramaticais como faziam os estruturalistas. A menor unidade constitutiva do discurso para ele é o enunciado, o qual é

⁷ Interpelação pode ser entendida como o processo pelo qual a língua constrói a posição social do indivíduo e o torna um sujeito ideológico (JØRGENSEN e PHILLIPS, 2002).

⁸ Para o filósofo, todos os seres humanos necessitam estar simbolicamente posicionados na estrutura social, sendo, portanto, a ideologia universal. A ideologia define a relação imaginária que o sujeito trava com sua posição no social (Angermüller et al, 2014).

feito em enunciações historicamente localizadas⁹. O que interessa a Foucault são as regras e práticas que produzem enunciados dotados de sentido e que os regulam em diferentes períodos históricos (MAINGUENEAU, 2015). Concebe-se o discurso, desta forma, como um conjunto de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva. Isto é bastante notável do ponto de vista do desenvolvimento da Análise do Discurso como disciplina, pois superava pressupostos estruturalistas abrindo caminho a perspectivas da enunciação pragmática, cujo cerne é perceber significados como produto de atividades linguísticas em um contexto específico (ANGERMÜLLER et al., 2014). Desde então, a consideração do contexto extralinguístico ou sócio-histórico nos estudos discursivos é central na Análise do Discurso tanto de linha francesa quanto nas demais.

Tais desenvolvimentos da Análise do Discurso na França influenciaram decisivamente o surgimento da área na América Latina (ANGERMÜLLER et al., 2014), e, logo, o caso do Brasil não é diferente. O campo começou a se disseminar ao final da década de 1970, em um contexto de embate e descolamento crescente em relação à Linguística. A Análise do Discurso tem se consolidado como uma área do conhecimento própria e tem interagido cada vez mais com outras disciplinas das ciências humanas e sociais. De maneira semelhante ao que ocorreu na França, o inicial predomínio de estudos sobre discursos políticos deu lugar à diversificação de objetos de análise, existindo hoje trabalhos sobre os discursos religioso, científico, jurídico e, claro, midiático (FERREIRA, 2003). A produção acadêmica atual no Brasil já é vigorosa como resultado da consolidação e institucionalização das perspectivas discursivas nas últimas décadas, afirma Eni Orlandi (2002). Importante notar, aliás, que Orlandi se destaca como uma das principais responsáveis pela instalação da Análise do Discurso no cenário acadêmico nacional a partir de seu trabalho como pesquisadora, professora, orientadora e autora (FERREIRA, 2003).

⁹ Para Foucault (apud Brandão, 2012a), dentre os elementos constitutivos das formações discursivas, destaca-se a diferenciação entre enunciação e enunciado. Aquela é compreendida como os distintos jogos enunciativos que singularizam o discurso, enquanto o enunciado é a unidade linguística elementar. Semelhante à conceituação de Émile Benveniste, segundo a qual a enunciação é o ato de operar a língua por um ato individual de utilização e o enunciado é o resultado disto (Benveniste apud Brandão, 2012b).

Comentados os momentos chave do desenvolvimento histórico da Análise do Discurso, é importante apresentar os principais conceitos e demais características gerais da tradição francesa que norteiam a pesquisa.

1.1.2. A vertente francesa: introdução a conceitos elementares

Primeiramente, vale responder a seguinte pergunta: o que é discurso? Brandão (2012b) discute o conceito apontando três elementos que o marcam. O primeiro deles diz respeito à relação entre os níveis linguístico e extralinguístico (contexto). Essencial ter em conta que o discurso se fundamenta em ambos, ultrapassa o nível puramente gramatical ao aliá-lo ao domínio extralinguístico¹⁰. Isto é de importante consideração diante do alerta de Figaro (2012) de que por vezes os estudos em Comunicação não têm tido o devido rigor teórico-metodológico ou por se limitarem à materialidade linguística ou por ignorarem sua especificidade. Nota-se que a discursividade é a “inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história” (ORLANDI, 2009, p. 47). O segundo elemento mencionado é o de que o discurso se dá por enunciados concretos (realmente produzidos, não apenas idealizados) em que há produção de sentido entre interlocutores sócio-historicamente situados. O contexto é aqui novamente retomado: o próprio sujeito é permeado pela historicidade, isto é, trata-se de um ente localizado em contexto, tempo e espaço específicos. Por fim, o terceiro elemento ressalta a necessidade de que os interlocutores tenham suficientes conhecimentos linguísticos e extralinguísticos para de fato travarem uma relação discursiva (BRANDÃO, 2012b).

Dominique Maingueneau (2015) segue caminhos similares para conceituar o discurso, pois, de acordo com ele, é imperativa a existência de sujeitos e de interlocutores. O autor completa afirmando que o discurso não é somente um conjunto de frases ou representação de algo, mas também uma forma de ação sobre o outro, regida por normas como qualquer outro comportamento, significando um ato que implica em interatividade. Vale aqui uma breve diferenciação entre os termos locutor e enunciador a fim de rigor conceitual: locutor é entendido como aquele que se representa como “eu” no discurso, enquanto o enunciador é a perspectiva que esse “eu” constrói (BRANDÃO, 2012a). Ao

¹⁰ Percebe-se em toda a discussão de Brandão a influência de autores tradicionais como Foucault e Benveniste, discutidos na subseção anterior, sobre a importância do contexto em Análise do Discurso. A análise textual fechada em si, sem consideração ao contexto em que foi proferida, é objeto de estudo da Linguística e não da Análise do Discurso.

tratar do aspecto da produção de sentido, Maingueneau também se aproxima dos pontos abordados por Brandão e pelos autores fundacionais como Pêcheux, porque o discurso só poderia ser compreendido a partir de seu contexto e adquire sentido se visto no interior de práticas discursivas maiores (como o interdiscurso, a ser mencionado adiante).

Importante retomar nesta explanação sobre a vertente francesa alguns conceitos básicos que a permeiam, como as noções de formação discursiva e ideológica abordadas na subseção anterior. Em relação a esta última, o conceito predominante é proposto por Pêcheux: o de que as formações ideológicas são um conjunto complexo de atitudes e representações que não são universais e nem individuais, mas que estão relacionadas às posições sociais – de classe, economia, política – e relações de poder entre os interlocutores que interagem (PÊCHEUX; FUCHS, 1975). É possível falar, a título de exemplo, em formações ideológicas capitalista, socialista, neoliberal, religiosa, entre outras (BRANDÃO, 2012b). O papel da ideologia é relevante também para se refletir acerca das características do sujeito. Este é interpelado pela ideologia de maneira que reflita os valores e crenças de um grupo social, reconhecendo sua identidade a partir da interação com o outro; constitui-se na relação como outro. Para Orlandi (2009, p. 39) “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”.

O sentido não existe em si mesmo, sendo pautado pelas posições ideológicas inseridas no contexto extralinguístico em que os enunciados são produzidos. Para compreender a mediação entre ideologia e discurso é que se chega à ideia de formações discursivas. Estas representam as formações ideológicas junto ao discurso, definindo o que pode e deve ser dito em dada conjuntura (PÊCHEUX; FUCHS, 1975) por intermédio de sistema de restrições invisíveis (MAINGUENEAU, 2015). A mesma palavra adquire diferentes sentidos segundo suas diferentes formações discursivas, o que implica no reconhecimento de que as palavras são polissêmicas ou plurissignificativas. Ainda é indispensável mencionar que a formação discursiva é concebida como um espaço aberto em que há permeabilidade com seu exterior, ela sofre a interferência de formações alheias que trazem seus próprios elementos pré-construídos e assim os perpetuam nela (PÊCHEUX, 1990). Tal menção é indispensável por abrir caminho a conceitos muito caros à Análise do Discurso, como a ideologia, a heterogeneidade e o interdiscurso.

1.1.3. A ideologia

Até este momento, afirmou-se a importância da ideologia para a Análise do Discurso enquanto abordagem teórico-metodológica específica, havendo menções a ela ao longo da discussão das características desta perspectiva. Entretanto, é importante notar que o conceito possui variadas nuances na literatura e no senso comum, o que faz dele uma noção ainda confusa e controversa. É, portanto, importante esclarecer o que se entende por ideologia. Em primeiro lugar, entende-se que os sujeitos são inevitavelmente atravessados pelas ideologias a fim de se afastar uma ideia fortemente prevalente na linguagem comum (de carga negativa): a de que a ideologia é um conjunto de ideias doutrinárias artificialmente construídas a partir das quais os sujeitos são manipulados e abandonam uma visão real e pragmática dos fenômenos sociais. A desconfiança em torno das ideologias é amplamente difundida e é mesmo motivo de acusação no debate público independentemente de posição no espectro político. A má reputação do termo no senso comum é em parte tributária de uma tradicional linha de pensamento sobre ideologias, a marxista.

O ponto de partida para esta corrente é a obra *A Ideologia Alemã*, de Karl Marx e Friedrich Engels, na qual a ideologia se relaciona à separação entre a produção de ideias e as condições sociais em que são produzidas. Os autores afirmam que as ideologias operam como câmeras escuras em que os homens e suas condições aparecem de cabeça de baixo, isto é, são deturpadas. A analogia busca esclarecer o papel da ideologia em distorcer o mundo material de forma a mascarar as contradições do capitalismo, naturalizando suas contradições fazendo que pareçam normais. Concepções ideológicas são ilusórias na medida em que as ideias das classes dominantes se impõem e configuram um instrumento de dominação, tornam-se ideias de todos (BRANDÃO, 2012a; EAGLETON, 1997; FREEDEN, 2003). Tais proposições inauguraram a tradição marxista no debate em torno das ideologias e a carga semântica negativa do termo, de ideologia enquanto algo ilusório, patológico e desnecessário.

Como mencionado no repasse da evolução da Análise do Discurso anteriormente, uma histórica contribuição do debate sobre a ideologia à perspectiva discursiva foi a de Michel Pêcheux. Sob a inspiração da tradição marxista, o autor sustenta que as formações discursivas (regras do que deve e pode ser dito) são pautadas pelas formações ideológicas, entendidas como um conjunto de atitudes e representações sociais relacionadas a

posicionamentos de classe (PÊCHEUX; FUCHS, 1975). O filósofo Louis Althusser também concebe o fenômeno ideológico ancorado na classe. Sua tese central é a de que a ideologia é uma representação da relação imaginária entre os indivíduos e suas condições reais de existência, especificamente, é uma deformação que representa a relação imaginária dos indivíduos com suas relações de produção (ALTHUSSER, 1989). Na visão althusseriana, a ideologia das classes dominantes tem existência material nos aparatos ideológicos do Estado (como escola, religião, família, entre outros), cuja função é reproduzir as condições de produção capitalista.

Em geral, a tradição marxista pressupõe a distinção crucial entre verdadeira consciência e falsas crenças, o que é apontado por seus críticos como uma convicção ideológica em si. Esta crítica questiona a aparente obviedade da existência de verdades sociais e a própria possibilidade da divisão da linguagem entre o objetivo e o subjetivo. Outro problema apontado contra esta tradição é a relação necessária entre ideologia e dominação de classe. Se o fenômeno ideológico é uma distorção advinda das classes dominantes, tudo aquilo fora da estratégia dominante seria isento de ideologia? A teoria marxista, apesar de influente (como se observa na permanência da carga semântica pejorativa atribuída ao termo ideologia no senso comum), apresenta problemas por ser restrita e totalizadora a respeito dos eventos sociais.

Entende-se nesta pesquisa que seja adequado um conceito mais amplo de ideologia, ou seja, não pejorativo e não necessariamente atrelado à dominação de classe. Paul Ricoeur (1977) atribui às ideologias o papel de mediadoras na integração e coesão de grupos sociais, os quais constroem imagens idealizadas de si e representam sua própria existência. Ideologias, para o autor, são o ponto de partida do pensamento do indivíduo e preservam seu caráter dinâmico por serem esquemáticas e simplificadoras. Ricoeur sustenta que elas podem assumir formas de dominação e deformação (quando, na relação com autoridades, estas demandam mais legitimidade do que de fato há), mas é prudente em não as considerar necessariamente assim. O autor resume bem seu posicionamento afirmando que “a ideologia é um fenômeno insuperável da existência social, na medida em que a realidade social sempre possui uma constituição simbólica e comporta uma interpretação, em imagens e representações, do próprio vínculo social” (RICOEUR, 1977, p. 75).

Outra contribuição interessante para o conceito de ideologia empregado aqui é a do cientista político Michael Freeden (2003): as ideologias funcionariam como mapas inevitáveis dos mundos político e social, inevitáveis na medida em que não é possível agir sem atribuir sentido aos fenômenos. Ideologia seria, portanto, um amplo arranjo estrutural de atribuição de sentido a conceitos políticos. Estes diferentes arranjos competem pelo controle da linguagem política, sendo este controle o meio pelo qual há competição por políticas públicas (ou neste caso política externa). Fornecem o arcabouço em que decisões tomadas e em discussão ganham certo sentido. O sucesso político de uma ideologia depende de sua capacidade de impor a crença de que suas definições conceituais, ou cargas semânticas, sejam as corretas.

Vê-se que as noções propostas por Ricoeur e Freeden rebatem ou desconsideram tanto a relação necessária da ideologia com a dominação quanto a divisão dos enunciados em categorias de verdades e falsidades sociais. Esta pesquisa segue daqui em diante este tipo de conceituação de ideologia. Desconsideram-se estes traços da herança teórica marxista bem como a carga pejorativa do senso comum. Isto em favor da incorporação da ideologia como algo inescapável para os sujeitos e discursos, uma vez que é o quadro responsável por pautar o que deve e pode ser dito (os limites do pensável)¹¹ e naturalizar pressupostos e fenômenos a fim de jogar o jogo das supostas verdades e falsidades sociais, além de conectar discursos políticos a princípio distintos sob um mesmo projeto político. Cabe ao analista do discurso buscar na materialidade linguística as marcas das contradições ideológicas (BRANDÃO, 2012a). Esta relação entre discursos, tanto as explícitas quanto as implícitas, é justamente o foco da Análise do Discurso contemporânea, cuja discussão se dá por conceitos como heterogeneidade enunciativa e interdiscurso.

1.1.4. A heterogeneidade e o interdiscurso

Como as formações discursivas são atravessadas por outras, não é cabível pensar o discurso como objeto homogêneo. Se uma formação incorpora elementos de outras (seja por relações de conflito ou aliança), logo, há heterogeneidade. Para uma das principais autoras deste conceito, o discurso não é fechado em si e remete ao interlocutor a todo

¹¹ Aceita-se a noção clássica de Pêcheux de formação discursiva como as regras que definem o que pode e deve ser dito, e também a ideia de que tais regras são a faceta discursiva das formações ideológicas. Problematisa-se, no entanto, a conexão necessária entre as formações ideológicas e a luta de classes, modificando este ponto da proposta de Pêcheux com as demais conceituações de ideologia expostas.

tempo. Segundo Jacqueline Authier-Revuz (2004), há dois tipos de heterogeneidade: a constitutiva e a mostrada. A última trata da presença localizável de outro discurso. O locutor inscreve conscientemente em seu discurso a fala do outro e tem como efeito de sentido a separação nítida entre o dizer do outro e o próprio, o que pode ser feito por estratégias evidentes na superfície linguística (como aspas e referências), por exemplo. A heterogeneidade constitutiva, por sua vez, não é captável na superfície linguística, é a participação do outro em termos da própria constituição do discurso. O pré-dito invariavelmente está presente no discurso, pois as palavras são ou já foram sempre palavras de outros (MAINGUENEAU, 1996). As heterogeneidades constitutiva e mostrada revelam sobre o discurso, respectivamente, os reais processos de sua constituição e a sua proposta de representação de constituição (AUTHIER-REVUZ, 1984).

O conceito de heterogeneidade, particularmente o da constitutiva, questiona uma noção não discursiva facilmente admitida de que o sujeito seja a origem do próprio discurso. O sujeito não percebe as fronteiras que delimitam o dizer do outro e tem a ilusão de que de ser a origem do discurso. Isto se conecta ao que Pêcheux e Fuchs (1975) chamam de “esquecimento nº 1”, o qual diz respeito ao sujeito se colocar como origem do que diz. Este é um esquecimento de caráter inconsciente e ideológico. Ao ser interpelado pela ideologia, o locutor rejeita (mesmo sem perceber) tudo o que não está inserido na sua formação discursiva, ou seja, o filtro ideológico opera eliminando o que segundo seus preceitos não deve ou pode ser dito. Os autores ainda mencionam o “esquecimento de nº 2”, de natureza pré ou semiconsciente: o sujeito escolhe determinados dizeres em detrimento de outros, criando para si uma segunda ilusão. Esta é a de que seu enunciado possuirá apenas um significado, isto é, a de que possui o domínio sobre o efeito de sentido (PECHÊUX; FUCHS, 1975). Tais considerações reiteram a noção de sujeito que vem sendo discutida até então, que é a de um sujeito marcado pela interpelação ideológica.

Além de implicações para o sujeito, a heterogeneidade constitutiva está intimamente conectada ao conceito chave do interdiscurso (BRANDÃO, 2012b; MAINGUENEAU, 2008), que pode ser simplificadamente definido como o conjunto de outras unidades discursivas com as quais o discurso entra em relação (MAINGUENEAU, 1996). Na esteira da reflexão de que as formações discursivas não são fechadas em si, Pêcheux

(1990, p. 314) afirma que uma dimensão importante de consideração é que há “pontos de confronto polêmico que se trava nas suas fronteiras internas [da formação discursiva]”. Para Courtine (1982), o interdiscurso deve também ser pensado como um processo incessante de reconfiguração nas formações discursivas (em função das formações ideológicas), em que se incorporam elementos pré-construídos, termos se redefinem ou se repetem ou mesmo um processo de esquecimento e negação. Para parte significativa dos discursivistas da vertente francesa, o conceito é tão central que se desenvolveu a noção de que ele está mesmo na constituição do discurso, há o primado do interdiscurso sobre o próprio discurso (MAINGUENEAU, 2015). O interdiscurso já é um conceito dominante na vertente de Análise do Discurso aqui tratada (POSSENTI, 2009; SITRI, 1996).

Courtine (1982) vai além de sua definição de interdiscurso e argumenta para posicioná-lo no centro do que chama de condições de produção da formação discursiva. Afirma que tal constituição é dependente do interdiscurso e determina a formulação linguística proferida no enunciado. O autor considera o interdiscurso como um eixo vertical onde se encontram todos os dizeres já ditos, ou seja, o conjunto de elementos dizíveis – isso porque o já-dito sustenta a possibilidade do dizer atual (ORLANDI, 2009). Lembremos que o sujeito não é a fonte do sentido. Contraposto ao eixo vertical, há o horizontal representando o intradiscurso, que é o que o sujeito efetivamente fala em dado momento e condições. Para Courtine (1982), o vertical pauta o horizontal porque só é possível dizer (intradiscurso) o que está na perspectiva do dizível, da memória (interdiscurso). Orlandi (2009) pontua que a observação do interdiscurso remete a toda a “filiação” ou memória dos dizeres, situando o enunciado em sua historicidade e mostrando seus compromissos políticos e ideológicos. Percebe-se que, na tradição aqui abordada, o interdiscurso é indispensável para o entendimento do discurso.

A posição é bem sumarizada por Courtine quando afirma que

O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é conduzida (...) a incorporar elementos pré-construídos produzidos no exterior dela própria; a produzir sua redefinição e seu retorno, a suscitar igualmente a lembrança de seus próprios elementos, a organizar a sua repetição, mas também a provocar eventualmente seu apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação (COURTINE; MARANDIN apud BRANDÃO, 2012a, p. 91).

A precedência do interdiscurso em relação ao próprio discurso recebeu uma importante contribuição mais recente de Dominique Maingueneau (2008). O autor discute bem o conceito em sua obra “Gênese do Discurso” afirmando que o termo interdiscurso é muito vago e, portanto, propõe explicá-lo decompondo-o em um trio de outros conceitos. O primeiro deles é o universo discursivo, entendido como todo o conjunto de formações discursivas em dada conjuntura. Como é de se esperar, este conjunto é demasiado amplo e somente delimita a extensão máxima dos domínios passíveis de serem trabalhados pelo analista. Faz-se, logo, um novo recorte para chegar ao segundo conceito, que é o campo discursivo. Mais delimitado, este é caracterizado como um conjunto de formações em estado de interação que se delimitam reciprocamente. Tal interação pode ter caráter de confronto, neutralidade ou aliança, ocorrendo entre “discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida” (MAINGUENEAU, 2008, p. 34).

É no interior deste campo onde os discursos são constituídos, onde o interdiscurso possibilita a gênese do discurso (este não é criado independentemente e só depois colocado em relação com os outros). Com o objetivo de se poder trabalhar o interdiscurso de maneira mais afinada ao propósito de cada pesquisador e sua hipótese particular, Maingueneau propõe um conceito delimitador final: o espaço discursivo, definido com um subconjunto de formações discursivas do campo cuja relação o analista julgue pertinente a seu objetivo de pesquisa. Finalmente, é necessário pontuar que tal proposta de primado do interdiscurso implica numa inovação em termos da unidade de análise do empreendimento de pesquisa uma vez que ela é deslocada do discurso para “um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos” (MAINGUENEAU, 2008, p. 20). O enunciar é necessariamente se situar em relação a um já-dito, um tipo de memória discursiva. São avanços reconhecidos na área. Souza-e-Silva (2012) considera que este autor propõe um modo diferenciado de operar a Análise do Discurso justamente pela implementação da ideia do primado do interdiscurso, enquanto Possenti (2009) avalia que o avanço de Maingueneau torna a noção de interdiscurso mais operacional e produtiva que as anteriores de Pêcheux e Courtine.

Até o momento esta seção do trabalho se dedicou a apresentar o referencial teórico-metodológico proposto pela Análise do Discurso bem como introduziu alguns de seus

conceitos mais elementares. Estes serão de grande valia quando mobilizados especificamente para o objetivo desta pesquisa no terceiro capítulo.

1.2. O discurso na imprensa e sua relação com o poder

Optou-se pela perspectiva discursiva em função de duas considerações fundamentais da pesquisa em termos de entendimento de como operam a linguagem e o discurso: primeiramente, a de que a comunicação de qualquer sujeito, seja uma alocução aparentemente trivial de indivíduos seja o posicionamento oficial de instituições, está decisivamente inserida em contextos extralinguísticos que contribuem para determinar a fala, enquanto esta igualmente contribui para a sustentação ou não de tal contexto (BRANDÃO, 2012b; CHARAUDEAU, 2015; MAINGUENEAU, 2008; MAINGUENEAU, 2015); em segundo lugar, a consideração do reconhecimento da polissemia, isto é, que uma mesma expressão da língua possa adquirir diferentes sentidos a depender de tal contexto e formação discursiva nos quais se circunscreve. Isto significa uma ressalva a abordagens estritamente quantitativas de Análise de Conteúdo, como a coocorrência ou contagem de frequência de palavras. Entende-se aqui que quadro teórico-metodológico da enunciação comporta mais adequadamente as complexas nuances da linguagem e do discurso¹².

A presente pesquisa lida com tais nuances como colocadas pela imprensa, e vale salientar que a Análise do Discurso não é alheia a esta esfera. A expansão do escopo da Análise do Discurso para além dos gêneros literários permitiu que diversas disciplinas das ciências sociais e humanas – como a Ciência Política – incorporassem o discurso em suas agendas de pesquisa, balanceando o então predomínio das ciências da linguagem (MAINGUENEAU, 2015). Esta expansão ocorreu de forma a incluir os discursos midiáticos no radar de investigação dos discursivistas. Exemplo notável é Charaudeau (2015), que se dedicou ao estudo do discurso das mídias. O autor as trata como instituições peculiares de produção de discurso por estarem submetidas a uma lógica tanto comercial, que busca público e resultados financeiros, quanto simbólica, cujo papel é regular o sentido social e construir sistemas de valores. Para o autor, as mídias detêm

¹² Em “Initiation aux méthodes de l'analyse du discours”, Maingueneau (1976) lista tanto a análise quantitativa lexicográfica quanto a enunciativa como abordagens válidas em Análise do Discurso. Opta-se aqui pela enunciativa e pela linguística textual por considerar que sejam mais adequadas para o propósito de discutir a estrutura e as nuances das argumentações (como ficará claro no terceiro capítulo) como acesso ao interdiscurso.

parcela do poder social por tornar outros sujeitos dependentes de suas informações. O discurso midiático, portanto, é um gênero válido no campo da Análise do Discurso.

1.2.1. O papel do editorial no discurso jornalístico

As mídias organizam seus discursos de informação em torno de três formatos (CHARAUDEAU, 2015). O primeiro deles é o relato dos acontecimentos, que envolve a construção de uma narrativa dos fatos pela descrição dos processos relacionados, dos personagens implicados e do contexto tanto espacial como temporal em que as ações ocorrem. É o típico caso das notícias comuns veiculados pela imprensa. Outro formato é quando o acontecimento é provocado, no sentido de que o veículo ativamente induz ao confronto de ideias e deliberação social; isto é o que ocorre com entrevistas e debates, por exemplo. Por fim, o terceiro formato possível, e o mais pertinente para o propósito deste trabalho, é o comentário do fato. Tal formato é de interesse particular por nele se enquadrarem os editoriais da imprensa (CHARAUDEAU, 2015).

Comentar implica em expressar posicionamentos próprios e justificá-los para assim construir um espaço problematizado sobre os fatos. Apesar de estar frequentemente associado ao relato, o comentário apresenta peculiaridades importantes já que, ao contrário daquele, este prioriza não tanto a constatação, mas a explicação e argumentação. É uma transmissão de informação mais agressiva que questiona acontecimentos, lança hipóteses, desenvolve teses e estabelece conclusões ao interlocutor (CHARAUDEAU, 2015), expressando as opiniões do veículo (EMEDIATO, 2013).

Fora da Análise do Discurso, a literatura na área de Comunicação também se dedicou ao estudo do gênero opinativo no jornalismo. Para estes autores, além de informar e entreter, opinar é uma das funções basilares da atividade jornalística, sendo inclusive um dever dos meios de comunicação fazê-lo (BELTRÃO, 1980; MELO, 2003; TORRES, 1988). E a forma mais completa de expressão opinativa é justamente o editorial. Apoia-se em fatos, mas seu foco é prover avaliações sobre temas atuais de relevância pública, isto é, claramente exprimir visões particulares acerca das causas, consequências e previsões para os fenômenos tratados (PALACIO, 1984) segundo o entendimento particular do veículo de comunicação que as assumem (BELTRÃO, 1988; MELO, 2003). Vivaldi (apud TORRES, 1988, p. 139-149) define o editorial como o “artigo jornalístico, normalmente sem assinatura, que explica, valora e interpreta um fato noticioso de especial transcendência ou relevante importância, segundo uma convicção de ordem superior

representativa da postura ideológica do jornal”. O editorial é importante por dar significado ao que aconteceu e dotar as opiniões de existência pública (BELTRÃO, 1980).

Na grande diversidade de gêneros midiáticos¹³, cada um deles corresponde a uma natureza singular de prática e relação sociais (PINHEIRO, 2002). Tal consideração é fundamental para inserir o editorial ao foco de pesquisa desta dissertação. Isso porque, como mencionado nos comentários introdutórios, a presente pesquisa procura investigar como a imprensa se insere no debate político sobre o tema tratado – como o discurso editorial é interdiscursivamente constituído nesse campo discursivo – e que tipo de postura assume diante do Estado e de seu discurso oficial.

Para dar conta disto, a pesquisa se baseia na reflexão de José Marques de Melo (2003), um dos principais pesquisadores em Comunicação do país. De acordo com o autor, o jornalismo tem uma natureza eminentemente política; nasceu imbricado à política e, mesmo que a natureza desta relação mude ao longo do tempo, os campos permanecem conectados. No Brasil contemporâneo é exatamente por intermédio dos editoriais que os jornais travam um diálogo com o Estado e outras lideranças. Até poderia se cogitar que, assim como as notícias essencialmente informativas, os editoriais se voltassem ao público geral. Porém, Melo afirma que isto não é válido para a realidade brasileira, onde o Estado permeia diversas esferas da vida social, não sendo contraposto por uma sociedade civil organizada. Além do mais, editoriais geralmente tratam de universos distantes do público comum e tampouco são indicadores da opinião pública. A consequência destas considerações é a de que o editorial é a conversação da imprensa com o poder, almejando orientar os aparelhos burocráticos sobre como conduzir os assuntos públicos de modo a legitimar certos núcleos de poder e marginalizar outros (MELO, 2003).

¹³ Cabe um aqui um esclarecimento sobre o uso do termo “gênero”. Nesta passagem em questão, Pinheiro (2002) considera que gêneros são formas de textos que relacionam aspectos como produção, recepção, texto e contexto. São um tipo de acordo tácito entre produtores e receptores que pauta comportamentos e expectativas. A noção de gênero implica na recorrência de especificidades e à observação de certos parâmetros sob os quais o texto é produzido e percebido. Há, porém, concepções discursivas do que seria um gênero. Maingueneau (2015) diz que todo enunciado produzido em uma sociedade está inscrito em um gênero de discurso, que é um dispositivo sócio-historicamente determinado e regulador da atividade verbal. Diferentemente de Pinheiro, que trata de gêneros midiáticos no plural, Maingueneau refina a categoria de gênero do discurso e afirma que há um gênero do discurso midiático e diversos gêneros textuais que o compõem. O editorial, portanto, é um gênero textual inserido na categoria maior de gênero de discurso jornalístico para o autor.

Tal concepção de editorial é uma das mais influentes na literatura em Comunicação e indica, portanto, que este gênero textual se enquadra no que Charaudeau (2015) chama de dimensão simbólica da imprensa (e não comercial) – regular o sentido social e construir sistemas de valores na sociedade. Fundamenta-se, desta maneira, o recorte no gênero textual editorial aos objetivos desta dissertação.

1.2.2. A relação entre imprensa e política

Viram-se até este momento as premissas da perspectiva discursiva francesa e sua adaptabilidade à análise do discurso jornalístico e, particularmente, daquele de natureza opinativa. Todavia, a Análise do Discurso por si só não informa como têm se manifestado as ideologias ou como têm ocorrido as relações interdiscursivas de aliança e conflito por ela conceituadas. Para isso, há de se recorrer à literatura específica acerca do tema: pretende-se agora a verificação de como os trabalhos existentes em Comunicação e Ciência Política responderiam à questão de como se dão as relações entre a imprensa e a política no Brasil. Como adiantado pelos comentários introdutórios desta pesquisa, os autores nacionais têm encontrado evidências e conclusões principalmente para o comportamento político da imprensa em períodos eleitorais, sendo ainda insuficientes as conclusões em assuntos internacionais.

As relações entre mídia e política ocorrem de múltiplas formas, havendo todo um conjunto de trabalhos em Comunicação Política dedicados a este ponto. Ruiz (2010) aponta que o jornalismo é uma instituição política há ao menos duzentos anos na América Latina, sendo os meios de comunicação não apenas organizações ou comunidades profissionais, mas também atores políticos capazes de contribuir à organização do debate público. Estes meios são uma importante forma de representação política na contemporaneidade, afirmando o autor que “todo ator, instituição, organização ou indivíduo que queira transitar pela esfera pública, está obrigado a interagir com o jornalismo em uma relação nunca estável” (RUIZ, p. 18, 2010). Além disso, Ruiz (2010) salienta que a mídia talvez seja a única atividade privada a gozar de proteções constitucionais em numerosos sistemas políticos. Isto se relaciona ao fato de que, além de representar atores terceiros, a imprensa historicamente representa a si própria como agente de representação dos cidadãos, ou, nos termos colocados na hipótese deste trabalho, como o contrapoder ao Estado ou *watchdog*.

Luís Felipe Miguel (2002) segue um caminho semelhante ao comentar o papel dos meios de comunicação na prática política no Brasil. Para ele, a influência mais notória da imprensa na esfera política está na produção de capital político, sobretudo por intermédio da visibilidade na mídia. Esta seria capaz, portanto, de se constituir em um dos condicionantes de trajetórias políticas. A competição por visibilidade e formação de capital político se conecta à disputa por representação e à premissa de que o discurso editorial é uma plataforma para certas formações discursivas e ideologias nos termos da Análise do Discurso. Há uma negociação tácita entre o discurso midiático e o político (ou interdiscursiva) de forma a dar visibilidade a certos dizeres e silenciar outros. Apesar de distintos, os campos político e midiático interagem decisivamente (MIGUEL, 2002). Além deste aspecto, o autor também traz à questão do agendamento ou *agenda-setting*, cuja literatura para casos no exterior é bastante vigorosa (GITLIN, 1980; IYENGAR; KINDER, 1987; MCCOMBS; SHAW, 1972; SCHEUFELE; TEWKSBURY, 2007; TUCHMAN, 1978).

É clara, portanto, a importância mútua das esferas política e jornalística na atualidade. O passo agora é compreender como a literatura vem entendendo esta relação, ou seja, qual o papel de representação e como a visibilidade e a consequente geração de capital político têm se efetivado no Brasil. Ver-se-á que há divergências acerca do tema e das tipologias impostas ao caso brasileiro.

É importante notar, antes de tudo, que a maior parte das contribuições teóricas procurando analisar sistematicamente tal relação, e inclusive propor tipologias, se concentra no exterior e não considera o Brasil ou outro exemplo da América Latina. A importante obra inaugural neste tipo de empreitada sistemática é “Four Theories of the Press” de Siebert, Peterson e Schramm (1956), onde os autores classificam os sistemas de mídia e suas conexões com a política em quatro distintos modelos. Sendo bastante marcada pelo contexto histórico de Guerra Fria próprio de sua época, esta obra foi superada. Sua substituta contemporânea de maior proeminência é a obra de Hallin e Mancini (2004) “Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics” em que são selecionados dezoito países desenvolvidos europeus e norte-americanos com o fim de conduzir uma análise comparativa e uma categorização das relações entre mídia e política. Para os autores, estas se dão sob três modelos, quais sejam o Liberal, o Corporativista Democrático e o Pluralista Polarizado.

Apesar de a América Latina ser desconsiderada neste debate, Hallin e Papathanassopoulos (2002)¹⁴ e Fernando Antônio Azevedo (2006) argumentam de forma a enquadrar a região e o Brasil, respectivamente, no modelo Pluralista Polarizado, típico da Europa mediterrânea. Realiza-se tal extensão do conceito a partir da identificação, segundo os autores, de características dos sistemas político-midiáticos latino-americanos afins ao modelo, como a baixa circulação dos jornais escritos e seu direcionamento a públicos elitizados, menor desenvolvimento da autonomia jornalística (em relação ao norte da Europa e América do Norte) e controle privado de grandes redes de comunicação e seu uso para fins políticos pelos proprietários.

Particularmente para a pergunta desta seção, qual seja a de como a literatura vê a imprensa como agente político, o modelo Pluralista Polarizado prevê como consequência das características mencionadas a existência do que chama de paralelismo político, cujo traço notável é a reprodução por parte de veículos de comunicação de divisões e afiliações existentes na esfera política em detrimento de valores como neutralidade. Mesmo sem mencionar o modelo explicitamente, Ruiz (2010) sugere a existência de um ativismo partidário na mídia latino-americana como decorrência da influência europeia continental, cuja mídia seria historicamente comprometida com partidos políticos (ao contrário da tradição anglo-saxão). Esperar-se-ia por este modelo, então, a rejeição da hipótese da imprensa como contrapoder.

A aplicação do modelo Pluralista Polarizado à América Latina, no entanto, não é um consenso entre os autores. Apesar de não discordar da perspectiva de comprometimento político da mídia e da influência europeia na conformação do sistema de imprensa regional, Waisbord (2000) pondera que não há uma tipologia pura aplicável uma vez que o modelo anglo-saxão de imprensa passou a exercer forte influência na América do Sul após meados do século XX com a emergência regional dos Estados Unidos. Importaram-se noções economicamente liberais típicas daquela tradição, como a ideia de que uma imprensa verdadeiramente livre está ancorada em meios de comunicação comerciais, privados e livres de controles governamentais. O autor coloca que, no entanto, este modelo liberal nunca se implantou completamente na região: não houve um movimento

¹⁴ Este artigo é anterior à publicação de *Comparing Media Systems*, mas as propostas nele contidas (como o modelo Pluralista Polarizado e suas características distintivas) já eram trabalhadas por Hallin e Mancini em publicações anteriores.

de forte o suficiente de despolitização da imprensa, fazendo que os jornais permanecessem funcionando como tribunas de linhas econômicas, políticas e ideológicas determinadas. O ideal de mídia enquanto agente supervisor, o contrapoder, seria inatingível.

A implantação incompleta da tradição liberal torna o quadro complexo, pois criou um cenário no qual uma imprensa oligopolizada e pouco democrática negocia com agentes políticos segundo interesses de ordem política e econômica. Em resumo, Waisbord (2000) vê a tentativa fracassada de imposição de uma tradição liberal em uma sociedade desprovida das condições contextuais que a viabilizariam. Albuquerque (2000) também contrapõe a experiência brasileira e norte-americana. Para ele, o compromisso político da imprensa nos Estados Unidos se deu de forma que esta tende a atuar como um quarto poder no equilíbrio democrático norte-americano. Já no Brasil, Albuquerque defende que a imprensa se coloca como um “Poder Moderador”, isto é, ela reivindica papel de árbitro de disputas entre poderes constitucionais em defesa do que seria o bem-comum. Os veículos de comunicação se posicionariam como autoridade diante do poder, intervindo em favor de um lado ou outro em disputas políticas.

Autores tanto estrangeiros quanto brasileiros divergem sobre a categorização em tipologias da relação entre mídia e política no Brasil e na América Latina. No entanto, estas perspectivas teóricas convergem em avaliar tal relação no sentido de afirmar o comprometimento político da imprensa em detrimento de uma postura de contrapoder em relação aos incumbentes. Pesquisas empíricas, agora voltadas especificamente para o caso brasileiro, também ajudam a iluminar a natureza da relação entre a grande imprensa e a política. Vale notar, no entanto, que tais estudos se dedicam majoritariamente à cobertura de eleições presidenciais desde a redemocratização, estando outros episódios da política brasileira carentes de análise.

Autores apontam que logo na primeira eleição presidencial direta, a de 1989, a grande imprensa explicitamente se posicionou politicamente. Fonseca (2007) aponta um consenso entre os quatro grandes jornais da época (*Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*) na formação do que chama de uma agenda ultraliberal a serviço da plataforma política e econômica proposta pela candidatura de Fernando Collor de Melo em detrimento de sua principal oponente, a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. Bernardo Kucinski (1998) menciona ainda a cobertura televisiva da TV

Globo naquele pleito, na qual Collor de Melo fora retratado como um símbolo das demandas pelo fim da corrupção no campo imaginário. Para o autor, este candidato personificou eficazmente o “mito midiático” (KUCINSKI, p. 109, 1998), o qual se tornaria dois anos depois o alvo da grande imprensa em razão das denúncias de corrupção que o afligiram.

O alinhamento da grande imprensa brasileira às correntes políticas e econômicas do espectro da centro-direita haveria persistido nas duas eleições seguintes, momentos nos quais o grande embate se deu entre Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Mundim (2010) nota que a imprensa apoiou incondicionalmente o Plano Real desde seu início, o que se converteu em apoio eleitoral a Cardoso em 1994. Kucinski (1998) novamente chama a atenção ao tempo de televisão, cujo maior tempo foi investido em Cardoso em prejuízo, novamente, do adversário à esquerda (Lula).

Já em 1998, o suporte a Cardoso ocorreu diferentemente: o comportamento midiático foi marcado pela ausência de cobertura massiva do pleito presidencial. Rubim (p. 9, 2004) o enquadra como a eleição que “não existiu”, ou seja, uma disputa silenciada pelos meios de comunicação. O autor interpreta este fenômeno como resultado de um apoio à reeleição de Cardoso por intermédio do comprometimento das chances de competição eleitoral de oposicionistas. A relativa discrição da imprensa seria, em outras palavras, uma estratégia a fim de beneficiar o incumbente. Ainda, na discreta cobertura realizada, as menções a Lula na imprensa escrita foram pouco mais da metade daquelas de Cardoso, além de haver tido o triplo de menções negativas (FERES et al., 2015). Azevedo (2009), que também realiza um exame da literatura publicada acerca das eleições de 1989, 1994 e 1998 chega à conclusão que, a despeito de variações de contexto e de agendas, o comportamento comum observado é o relativo favorecimento aos adversários do Partido dos Trabalhadores (PT).

Mudanças no comportamento midiático são observadas na eleição presidencial de 2002. Para Aldé, Mendes e Figueiredo (2007) a trajetória da estratégia de Lula em direção ao *establishment* político, como forma de enfrentar o tradicional enquadramento de candidato despreparado à presidência, levou à abertura dos meios de comunicação em relação ao candidato. O petista conseguiu neste pleito obter maior cobertura neutra e positiva em relação aos anteriores, inclusive alcançando certas menções positivas nos veículos mais parciais em favor do opositor tucano José Serra (particularmente *O Estado*

de *S. Paulo*). Azevedo (2009) concorda que a estratégia de caminhar ao centro trouxe resultados favoráveis em termos de cobertura midiática, uma vez que enquanto o PT e Lula vinham sendo colocados como candidaturas socialistas radicais e irresponsáveis nas três eleições anteriores, a de 2002 foi distinta pelo enquadramento de uma candidatura socialdemocrata, integrada ao sistema e responsável. A boa cobertura do PT teve vida curta, no entanto, pois a imprensa retorna às críticas a partir da crise política conhecida como Mensalão em maio de 2005. Rubim e Colling (2006) afirmam que isto se deu no sentido de tentar encerrar um mandato que sempre havia sido estranho às elites tradicionais, enquanto Lima (2006) vê nos meios de comunicação da adoção de um princípio que chama de presunção de culpa.

O retorno do viés negativo a Lula e ao PT retornou e haveria permanecido desde então. Lima (2006) indica, por exemplo, que as menções negativas a Lula foram cerca de quatro vezes mais numerosas que aquelas dirigidas ao candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, na corrida presidencial de 2006. Aldé, Mendes e Figueiredo (2007) notam que, apesar da maior cobertura a Lula (afinal, era o incumbente), o meio editorial foi claramente desfavorável a Lula, apontando críticas aos gastos do governo e às políticas sociais, por exemplo, em detrimento de cobertura da agenda governista. Vale notar que os autores pontuam a maior ponderação da *Folha de S. Paulo* ao dar espaço a manifestações favoráveis ao petista nas seções opinativas do jornal, enquanto sequer isto ocorria em *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, cujos alinhamentos aos tucanos se mostravam mais evidentes. O retorno do viés negativo ao PT e a seus candidatos (Dilma Rousseff em 2010 e 2014) persistiu. Feres Junior (et al., 2015) analisa o pleito em 2014 e verifica cobertura relativamente negativa voltada a Rousseff em assuntos políticos e econômicos.

Como já mencionado e verificado, a contribuição empírica prioriza largamente o estudo do posicionamento político da imprensa em períodos de eleições presidenciais. Poucas análises se voltam para temas de relações internacionais e política externa brasileira. Guilherme Casarões (2012) afirma que até os anos 2000 os meios de comunicação eram atores secundários em política externa e pouco mostravam uma agenda própria, era tema de pouca relevância. No entanto isto muda, sobretudo, a partir da eleição de Lula à presidência. Em relação os jornais avaliados pelo autor especificamente, quais sejam a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, nota-se um

crescimento de interesse por política externa particularmente no caso do segundo (de 64 editoriais entre 1999 e 2002 para 160 entre 2003 e 2006, isto é, incremento de 250%).

No que se refere ao posicionamento da imprensa em política externa do período Cardoso, Cerqueira (2005) argumenta que ela oscilou entre dois padrões de comportamento, quais sejam o de autonomia crítica e o de neutralidade oficial (incorporação do posicionamento oficial ao seu próprio) em relação à presidência, sendo o primeiro mais evidente na *Folha de S. Paulo* e o segundo n’*O Globo* (os únicos jornais analisados pelo autor). Vieira de Jesus (2009) conduz uma análise de valência dos editoriais da *Folha de S. Paulo* e d’*O Estado de S. Paulo* e mostra que durante o segundo mandato de Cardoso houve divergência entre os veículos da imprensa escrita entre si (no entanto, o autor não chega a argumentar pela existência de um compromisso político ou ideológico aberto dos veículos). Ao passo que *O Estado de S. Paulo* endossou a política externa à época com 40,6% de editoriais positivos e apenas 12,5% críticos, a *Folha de S. Paulo* opinou no sentido oposto ao lhe demonstrar suporte em não mais que 7,9% dos editoriais e criticar em aproximadamente 50% deles.

Casarões (2012) reage a estes dados colocando que, sendo verdadeira a premissa de que a política externa de Lula abandonou a posição liberal de Cardoso em favor de uma global nacionalista, esperar-se-ia que os posicionamentos dos jornais analisados em política externa se inverteriam, ou seja, *O Estado de S. Paulo* assumiria o papel de clara oposição e a *Folha de S. Paulo* amainaria suas críticas.

Houve, porém, uma convergência da imprensa escrita em condenar a estratégia externa do governo recém-eleito em 2002. Muitos dos questionamentos postos por opositores políticos como o excessivo personalismo de Lula, o “terceiro-mundismo” ou “anti-americanismo” foram encampados pelos veículos de comunicação (CASARÕES, 2012). Em termos quantitativos, a análise de valência dos editoriais pelo autor evidencia a tendência crítica. A *Folha de S. Paulo* desaprovou explicitamente a política externa de Lula no primeiro mandato em 53,3% dos editoriais, aprovando-a em apenas em 20% deles. No segundo mandato, houve uma posição mais dura, havendo os índices de desaprovação e aprovação alcançado 58,5% e 8,6%, respectivamente. *O Estado de S. Paulo* foi mais severo, desaprovando a estratégia lulista em 66,9% e 62,5% e a elogiando em 3,1% e 3,3% no primeiro e segundo mandato, nesta ordem. Embora não se aprofunde

no tema, Casarões (2012) cita a relação com a Venezuela e seu presidente venezuelano Hugo Chávez como um dos pontos especialmente controversos no período.

Ariel Goldstein (2015), por sua vez, apresenta resultados de pesquisa menos amplos, porém mais específicos, em relação ao posicionamento do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre política externa e economia ao longo do primeiro mandato de Lula. Em um primeiro momento, no princípio do mandato, o jornal era elogioso acerca do que chamava de “liderança pragmática” do presidente e da crescente atenção dada ao entorno sul-americano. O apoio ao aprofundamento das relações com a Argentina como estratégia de fortalecimento da economia, entretanto, coexistia com o apoio à participação brasileira na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A política externa era analisada pela oposição entre realismo e isolamento: não participar da iniciativa de integração patrocinada por Washington seria uma escolha realista e não isolacionista. A priorização das relações com parceiros latino-americanos em detrimento da ALCA já era apontada como uma política atrasada e ideológica.

Em um segundo momento do mandato (não bem especificado pelo autor), predomina n’*O Estado de S. Paulo* a desqualificação da estratégia externa sob Lula. A diplomacia brasileira passou a ser denominada “petista” e “bolivariana”: 80% dos editoriais examinados por Goldstein (2015) utilizavam este último termo, por exemplo. Lula foi acusado de promover uma política exterior partidarizada e guiada por “ilusões ideológicas” que ignorava os próprios interesses nacionais. Um episódio marcante nesse sentido foi a cobertura da Cúpula das Américas de Mar del Plata em 2005, na qual a rejeição à ALCA foi interpretada como um gesto isolacionista do MERCOSUL e da Venezuela. Outro marco tomado como exemplo do sacrifício do interesse nacional em prol da ideologia foi a reação brasileira à nacionalização de instalações da Petrobras na Bolívia, que haveria sido passiva e mesmo antinacional pela sujeição do país ao “eixo bolivariano”. O MERCOSUL, por sua vez, era também criticado por se submeter a Chávez, cuja entrada no bloco já ocorria (GOLDSTEIN, 2015). Este ponto será mais bem trabalhado por esta própria pesquisa posteriormente, no terceiro capítulo.

O Estado de S. Paulo ainda foi alvo de escrutínio por Mesquita e Medeiros (2016), que analisam a identidade brasileira como nação emergente a partir da comparação dos discursos oficiais e da imprensa doméstica e estrangeira em importantes episódios de protagonismo internacional do país na era Lula, nomeadamente as participações na

missão de paz no Haiti e na celebração do acordo nuclear com o Irã. O jornal mais uma vez surge como principal opositor à estratégia externa de Lula ao passo que o outro veículo brasileiro analisado, a revista *Carta Capital*, demonstra grande convergência com o governo brasileiro. Conclui-se, entre outros, que o jornal nega legitimação à identidade de poder emergente reforçada por Lula e ratifica o status quo, enquanto a revista segue o caminho contrário. Em outro artigo com temática semelhante, Mesquita (2014) também aponta a revista *IstoÉ* como um veículo relativamente favorável às pretensões de política externa do presidente.

A revisão da literatura, tanto a estritamente teórica quanto a de natureza empírica, dá sinais sobre a possibilidade aventada na hipótese de pesquisa de que a imprensa brasileira pudesse atuar como um contrapoder no caso da participação venezuelana no MERCOSUL. Do ponto de vista teórico, este comportamento é esperado de sistemas de mídia do mundo anglo-saxão, porém o que se espera no Brasil e na América Latina é a proximidade com correntes políticas particulares. O levantamento empírico, mais abundante, na análise de corridas eleitorais, também joga incerteza sobre a hipótese do contrapoder uma vez que, com exceção da eleição de 2002, a grande imprensa se mostrou mais alinhada a um posicionamento de oposição ao PT que de supervisão crítica do governo qualquer que seja ele. Ao passo que nos mandatos Cardoso os veículos de comunicação se alinharam ao incumbente e investiam contra o candidato Lula, nos mandatos Lula e Rousseff eles cerraram fileiras em oposição aos incumbentes petistas. Indica-se, desta forma, uma tendência de alinhamento a correntes políticas particulares, como previsto pela literatura teórica. O exame das análises existentes acerca do comportamento da imprensa em política externa também corrobora a constatação de relativo apoio a Cardoso e rejeição de Lula.

Em suma, a consideração das pesquisas até então realizadas sobre como a relação entre a imprensa e o poder se dá no Brasil indica que o posicionamento situacionista ou oposicionista por parte dos grandes veículos varia desde a redemocratização segundo o perfil do incumbente. É para este conjunto de pesquisas e conhecimento que esta pesquisa pretende contribuir com o exame do caso da Venezuela no MERCOSUL¹⁵, testando a

¹⁵ Lira (2016) analisa os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* para o caso da entrada venezuelana no MERCOSUL, porém o faz sem um suporte teórico claro sobre as premissas da análise da linguagem como o fornecido pela Análise do Discurso. Além disso, esta dissertação vai além neste tema por também incluir considerações sobre as sanções contra a Venezuela.

hipótese da imprensa crítica por intermédio das relações interdiscursivas desta com o poder político nos termos apresentados anteriormente neste mesmo capítulo. Findas as considerações acerca da abordagem discursiva e do conjunto de conhecimento em Comunicação e Relações Internacionais sobre os quais a pesquisa se constrói e adquire sentido, parte-se a seguir para a apresentação do caso concreto e suas dimensões contextuais.

2. O MERCOSUL E A APROXIMAÇÃO VENEZUELANA

A parte estritamente teórica desta dissertação enfatizou a importância de situar os enunciados discursivos em seu contexto sócio-histórico. Diante disto, este capítulo apresenta os principais desenvolvimentos institucionais do MERCOSUL desde seu surgimento até a década dos anos 2000, quando ocorre o processo de adesão venezuelano. Em seguida, repassam-se os movimentos históricos e políticos na Venezuela anteriores a sua trajetória no MERCOSUL. Isto é feito, primeiramente repassando-se os movimentos por parte de Caracas, em particular desde os anos 1990, que culminaram na reorientação da estratégia de inserção externa venezuelana e, assim, no pedido de adesão ao MERCOSUL. Posteriormente, retomam-se os aspectos-chaves da política externa brasileira no período de incorporação formal da Venezuela. Dedicase especial atenção, por fim, à recepção do ingresso venezuelano no Brasil: particularmente à tortuosa tramitação do Protocolo de Adesão no Congresso Nacional e os acontecimentos que levaram à suspensão de Caracas do bloco. Isto dá os subsídios contextuais necessários para o mapeamento das principais representações da Venezuela no discurso de lideranças políticas, viabilizando posterior análise dos discursos editoriais selecionados e a discussão da hipótese de pesquisa.

2.1. O MERCOSUL

O primeiro passo para localizar a dimensão contextual dos fenômenos discursivos analisados neste trabalho é compreender o próprio MERCOSUL, uma vez que, como se verá adiante, o bloco não esteve imune a dissensos entre atores domésticos e entre os próprios países membros, além de haver surgido e evoluído com propósitos específicos que não necessariamente se adequavam aos ideais de integração externa preconizados por Caracas. Visto que o foco é a grande imprensa brasileira, dedica-se particular atenção ao que toca o Brasil no desenvolvimento do bloco.

2.1.1. As origens do bloco

Exitosas ou não, o Brasil se envolve em iniciativas de integração regional de cunho político e econômico na América Latina desde meados do século XX, apesar da então fragilidade de tais iniciativas. Vigevani e Ramanzini Júnior (2010) argumentam que até os anos 1980 o tema da integração regional não esteve presente no núcleo do pensamento

brasileiro, seja no plano político ou econômico. Estratégias de integração não se destacavam no debate acerca da industrialização e do atraso econômico nas décadas de 1950 e 1960. Mesmo a questão do fortalecimento da posição externa do Brasil figurava em segundo plano, e, além disso, o padrão de relacionamento brasileiro com seu entorno geográfico era menos pautado por confiança que por rivalidade e diferenciação. Apenas nos 1970, segundo os autores, ao menos as elites começaram a considerar a relação entre desenvolvimento e integração regional.

Esta fragilidade do pensamento em integração se deu uma vez que, pela dimensão política, os Estados da região não se dispuseram a “ceder” parte de sua soberania como no caso da integração europeia; e pela dimensão econômica, havia pouca complementaridade das economias destes Estados entre si, cujo comércio estava principalmente direcionado a mercados externos como os de países desenvolvidos (ALMEIDA, 2009). Embora houvesse tais limitações, um acordo de liberalização comercial se materializou em 1960 com a assinatura do Tratado de Montevideu, dando origem à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), a despeito da qual as tarifas comerciais de países latino-americanos permaneciam altas com vista a fomentar uma industrialização via substituição de importações (FLORÊNCIO; ARAÚJO, 1996). Embora de pretensões ambiciosas, mesmo a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que substituiu a ALALC em 1980, acabou se limitando a um quadro jurídico formal prescrevendo uma zona de preferências tarifárias (ALMEIDA, 2009).

Projeto mais concreto de integração regional surgiu justamente no Cone Sul a partir da aproximação política e econômica na década de 1980 entre dois Estados chave da região, quais sejam a Argentina e o Brasil. As relações entre Buenos Aires e Brasília eram historicamente marcadas pela rivalidade e desconfiança recíprocas, o que não deixou de se verificar nos períodos em que ambos os países vivenciavam regimes políticos autoritários. Importante notar que no pano de fundo político de um novo padrão de relacionamento argentino-brasileiro figurava a democratização destes Estados (FLORÊNCIO; ARAÚJO, 1996; GARDINI, 2010; GÓMEZ-MERA, 2013; OLIVEIRA; ONUKI, 2000; ONUKI, 1999; VIGEVANI; MARIANO; OLIVEIRA, 2001).

A questão democrática foi colocada como condição fulcral para a integração desde o início do processo de aproximação, pois “a redemocratização dos dois países seria uma

alavanca que viabilizaria o consenso social necessário para fortalecer a capacidade de negociação internacional desses países” (VIGEVANI; MARIANO; OLIVEIRA, 2001, p. 186). Gardini (2010) segue a mesma lógica, argumentando que os atores políticos à época, como os presidentes argentino Raul Alfonsín e brasileiro José Sarney, assumiam a democracia como significante para a integração e, portanto, adequavam suas estratégias e preferências sobre isto. Para Vaz (1999), a parceria com a Argentina foi orientada por um sentido político ancorado na consolidação democrática, tendo como elemento instrumental o aprofundamento da interdependência econômica por intermédio de acordos setoriais.

Este processo se tornou mais evidente a partir de 1986, sob a forma de séries de protocolos setoriais bilaterais, com o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) a fim de gerar cadeias produtivas binacionais. Emergiu uma nova dinâmica de relacionamento, elevando o comércio bilateral e mobilizando positivamente quadros políticos e econômicos significativos na Argentina e no Brasil (ONUKEI, 1999). Solidificaram-se os avanços com o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, assinado em 1988 e colocado em vigor no Brasil no ano seguinte, o qual tinha por objetivos “a consolidação do processo de integração e cooperação econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina” de modo que ambos os países compusessem “um espaço econômico comum” dentro de dez anos (BRASIL, 1989). Previa-se a harmonização e coordenação de políticas diversas como a aduaneira, comercial, monetária, fiscal, cambial, agrícola, industrial, de transportes e de comunicação em direção à conformação de um mercado comum.

As posses de Carlos Menem e Fernando Collor como presidentes da Argentina em 1989 e do Brasil em 1990, respectivamente, alteraram o ritmo da aproximação bilateral bem como sua natureza. Estes novos governos, de tom notadamente liberal em defesa do livre comércio e da liberalização econômica, adotaram mudanças na estratégia integracionista pelo fato de a compreenderem como instrumento facilitador desta perspectiva liberalizante¹⁶ (ALMEIDA, 2011; BERNAL-MEZA, 1999; VIGEVANI, MARIANO; OLIVEIRA, 2001). Aceleraram-se os prazos e incrementaram a amplitude da integração pela superação dos planos mais graduais e flexíveis de convergência, cuja

¹⁶ Por exemplo: a tarifa média brasileira em 1992 era de 15,7%, enquanto atingia 57,6% em 1987 (FLORÊNCIO, 2015).

materialização formal se deu pela Ata de Buenos Aires assinada em julho de 1990, adiantando a constituição do mercado comum para dezembro de 1994 – o que anteriormente era previsto para 1998 – além de reduzir tarifas comerciais logo no momento da entrada em vigor do acordo (ALMEIDA, 2009; GÓMEZ-MERA, 2013; VIGEVANI; MARIANO; OLIVEIRA, 2001). Foi durante esta fase que houve a inclusão formal dos vizinhos menores às negociações e o primeiro grande passo institucional do MERCOSUL.

2.1.2. O regionalismo aberto e a intergovernamentalidade

O ganho de fôlego da integração econômica argentino-brasileira com a Ata de Buenos Aires não permitiu que Paraguai e Uruguai ficassem indiferentes uma vez que Argentina e Brasil já eram parceiros comerciais fundamentais (FLORÊNCIO; ARAÚJO, 1996). No caso paraguaio, a aproximação foi ainda possibilitada pelo fim, em 1989, do regime autoritário de Alfredo Stroessner (lembrando que o aspecto democrático é caracterizado pela literatura como condição para o desenvolvimento da integração no Cone Sul). Consultas conjuntas ao longo do segundo semestre de 1990 e início do ano seguinte resultaram na assinatura, em 26 de março de 1991, do Tratado de Assunção, que é o primeiro grande dispositivo legal quadrilateral do que viria a ser o MERCOSUL e considerado seu acordo-quadro constitutivo. O Tratado de Assunção é essencialmente uma versão “quadrilateralizada” da Ata de Buenos Aires (ALMEIDA, 2009) de caráter transitório prevendo a conformação de um mercado comum até 1994 pelo desenvolvimento de um programa de desgravação tarifária e negociação de instrumentos comuns de política comercial.

O Tratado de Assunção, apesar de transitório até a formação efetiva do mercado comum, é o ponto inicial de negociações intergovernamentais que avançaram nos anos seguintes no sentido de mobilizar setores produtivos e construir uma agenda de política externa mais afirmativa no cenário externo (ONUKE, 1999). Tecnicamente, o começo desta fase transitória foi marcado por um programa automático de liberalização comercial: houve a redução imediata de 47% das tarifas entre os países membros e posteriormente reduções de 7% por semestre. Tal desgravação tarifária foi responsável por grande incremento no comércio entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Para Florêncio e Araújo (1996), o empresariado incorporou o fator integração em seus

planejamentos e a integração econômica atendeu uma demanda reprimida nestes países por integração. Além do comércio interno, prosseguiram as negociações em direção ao estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC) para o comércio extrabloco. Mesmo enfrentando resistências de parte do empresariado, até então bastante protegido de competição externa, a TEC já estava definida para a maioria dos produtos ao fim de 1993.

Não é de pouca importância salientar tais características do processo de integração, em primeiro lugar pela verificação de que o MERCOSUL se estruturou a partir de fortes componentes econômicos e técnicos. Especificamente, um modelo de integração fundamentado no regionalismo aberto. Apesar de dispor de múltiplas definições (BERGSTEN, 1997), esta modalidade de regionalismo foi compreendida na América Latina ao longo da década de 1990 como um esquema de integração econômica regional confiante nos benefícios da liberalização comercial e no seu papel em impulsionar uma maior participação na economia global (PHILIPS, 2003). Neste período, estratégias baseadas na substituição de importações por intermédio de medidas protecionistas e foco nos mercados internos – o regionalismo dito velho ou fechado – cediam terreno a noções de tom liberalizante. A integração deixou de ser um instrumento de protecionismo para se tornar um de abertura comercial (MARIANO, 2015). Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)¹⁷, sob o regionalismo aberto os acordos devem

(...) tender a eliminar as barreiras aplicáveis à maior parte do comércio de produtos e serviços entre os signatários, no contexto de suas políticas de liberalização em relação a terceiros, ao mesmo tempo em que é favorecida a adesão de novos membros aos acordos (CEPAL, 2000, p. 946).

Macedo (2016) ainda pontua que o regionalismo aberto almeja o incremento da competitividade internacional dos países membros a partir da crença de que a abertura comercial possibilita a elevação de produtividade bem como a incorporação de progresso técnico. Além disso, é dada ênfase ao papel do empresariado: no quadro do papel coordenador dos Estados, empresários deveriam se articular de forma intercambiarem tecnologias, comporem redes de informação, mobilizarem recursos e incluírem o fator

¹⁷ A própria CEPAL havia sido em décadas anteriores uma grande expoente da visão anterior de integração. A adoção das teses do regionalismo é uma ruptura na linha de pensamento histórica da organização (Corazza, 2006).

integração em suas estratégias de ação empresarial (MACEDO, 2016). Corazza (2006) vai além avaliando que a acepção cepalina de regionalismo aberto propiciou reformas estruturais e macroeconômicas de caráter liberalizante (como privatizações e abertura comercial), concluindo que a CEPAL haveria na verdade incorporado um “discurso liberal tingido por teses estruturalistas” (CORAZZA, 2006, p. 148).

É este o movimento observado no período de transição estabelecido pelo Tratado de Assunção entre 1991 e 1994, qual seja o de progressivamente reduzir as barreiras tarifárias ao comércio entre países membros e incentivar cooperações setoriais dos empresariados ao passo que (com a TEC) se define a medida da liberalização em relação a mercados exteriores. Tal ângulo é fundamental para se compreender, posteriormente ao longo do trabalho, a projeção e expectativas de distintos atores políticos em relação ao MERCOSUL, já que esta visão será parâmetro de avaliação do bloco e balizará as acusações de sua dita ideologização¹⁸. Por outro lado, é importante notar que o próprio conceito de regionalismo aberto não está imune ao fator ideológico. Mariano (2007) alerta que o termo assume a forma, em diversos momentos e por diversos interlocutores, na forma de um “apelo ideológico, onde sua razão de existir seria de amplo conhecimento e, portanto, não seria questionada” (MARIANO, 2007, p. 186). Além disso, a própria Análise do Discurso, apresentada na sessão anterior, rejeita a aparente imparcialidade dos discursos.

Além do esquema de desgravação tarifária sob os preceitos do regionalismo aberto, o Tratado de Assunção estipulou que se realizaria no segundo semestre de 1994, ao final do período de transição, uma conferência diplomática entre os quatro membros a fim de desenhar a estrutura institucional definitiva do MERCOSUL (a funcionar a partir de 1995). É neste sentido que se assina, em dezembro de 1994, o Protocolo de Ouro Preto, a partir do qual os contornos do bloco se tornariam claros. Este protocolo foi responsável por dois importantes avanços, sua personalidade jurídica e a oficialização de sua estrutura institucional. Acerca do primeiro aspecto, o Protocolo dotou o MERCOSUL de personalidade jurídica internacional, habilitando-o enfim a firmar acordos com demais organizações e países enquanto bloco.

¹⁸ A ser discutido no capítulo seguinte.

A estrutura institucional do MERCOSUL, consolidada e ajustada pelo Protocolo de Ouro Preto, já havia sido inicialmente proposta pelo Tratado de Assunção. Nesse sentido, destacaram-se no período de transição quatro órgãos, quais sejam o Conselho do Mercado Comum (órgão político máximo, composto pelos ministros de relações exteriores e de economia dos países membros), o Grupo do Mercado Comum bem como seus subgrupos técnicos (papel executivo, composto por representantes ministeriais ou de bancos centrais) e as Reuniões de Ministros e Especializadas (cujo objetivo era desenvolver iniciativas integracionistas fora do âmbito estritamente econômico-comercial). Florêncio e Araújo (1996) apontam aqui um traço característico do MERCOSUL nesse período e também nos posteriores: o seu caráter fundamentalmente intergovernamental e não supranacional. Estruturas intergovernamentais são formadas basicamente por representantes dos governos de países membros, isto é, que estão inseridos nos quadros burocráticos internos e também adquirem a função de participar de negociações. Isso significa que as decisões são tomadas conjuntamente pelos governos representados, diferentemente de um órgão supranacional cuja equipe é própria e funciona de forma relativamente mais autônoma. Para Florêncio e Abreu (1996), o Protocolo de Ouro Preto ratifica a proposta intergovernamental lançada pelo Tratado de Assunção.

Tal caráter intergovernamental foi particularmente apoiado pelo Brasil. Marcelo Mariano (2007) argumenta que dos elementos que compõem do modelo de MERCOSUL para a diplomacia brasileira, a manutenção de instituições intergovernamentais pode ser a mais importante. O zelo pela autonomia e ampliação das margens de manobra do Brasil no sistema internacional se sobrepõe a aspectos que dividem o Itamaraty em diversas correntes, fazendo que a defesa da intergovernamentalidade seja comum tanto às correntes nacionalistas quanto às liberais (MARIANO, 2007). Vigevani et al. (2008) também detectam a defesa da intergovernamentalidade como um elemento ligado às concepções do papel do MERCOSUL nas relações internacionais do Brasil. Os governos de Collor, Franco e Cardoso entendiam que o caráter intergovernamental resultaria em avanços rápidos sem necessitar de pesadas burocracias, ao passo que as elites nacionais estariam satisfeitas com esta conformação, apesar de, na avaliação dos autores, a intergovernamentalidade limitar o avanço potencial do processo integracionista.

2.1.3. Os desafios à integração pós-Protocolo de Ouro Preto

Como visto, a primeira metade dos anos 1990 é marcada por grandes avanços do MERCOSUL, uma vez que: lançaram-se o Tratado de Assunção, seu acordo constitutivo, e o Protocolo de Ouro Preto, aquele que lhe conferiu personalidade jurídica e estrutura institucional oficializada; o bloco vivenciou o desenvolvimento de dois traços característicos de seu processo integracionista, nomeadamente o regionalismo aberto e a intergovernamentalidade; houve grande incremento do comércio entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Apesar destes passos, o MERCOSUL viria a enfrentar momentos de turbulência entre a segunda metade dos anos 1990 e o princípio dos 2000, sobretudo em razão de crises econômico-financeiras em seus dois principais membros. Tais dificuldades, no entanto, não significaram o fim do projeto. O bloco ainda viria a iniciar em meados de 2000 seu primeiro processo de alargamento com a solicitação de entrada da Venezuela.

Primeiramente, observou-se que a política externa brasileira na presidência de Fernando Henrique Cardoso foi pensada no âmbito do que se chamou de autonomia pela integração (MARIANO, 2007; VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003). De acordo com esta perspectiva,

o país passou a ter maior controle sobre o seu destino e a resolver melhor seus problemas internos pela participação ativa na elaboração das normas e das pautas de conduta da ordem mundial (cf. Fonseca Jr., 1998, pp. 363-374). Assim, participando ativamente na organização e na regulamentação das relações internacionais, nas mais diversas áreas, a diplomacia brasileira contribuiria para o estabelecimento de um ambiente favorável ao seu desenvolvimento econômico, objetivo que foi o eixo da ação externa do Brasil durante a maior parte do século XX (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p. 32).

Acerca do MERCOSUL, o governo Cardoso enxergava o bloco como uma plataforma prioritária, mas não excludente, de inserção competitiva brasileira no ambiente internacional. O entorno geográfico do país consolidou-se enquanto prioridade e ponto de referência de ação externa, sendo o regionalismo aberto o principal espaço de reafirmação da autonomia nacional. Esta concepção, já em voga desde o começo dos 1990 sob Collor e Franco, aprofundou-se na era Cardoso (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003). Mariano (2007) nota que o presidente buscou superar o modelo de

desenvolvimento baseado na substituição de importações, realizando medidas voltadas à abertura comercial, disciplina fiscal e demais medidas consideradas neoliberais.

Notam-se, apesar do contexto do regionalismo aberto, sinais de consolidação política do MERCOSUL pelo Brasil e demais países membros. Vigevani, Oliveira e Cintra (2003) apontam como evidência disto a assinatura conjunta de Argentina e Brasil ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (encerrando o tema nuclear como elemento histórico de desconfiança na relação bilateral) bem como os posicionamentos do grupo em defesa da manutenção democrática no Paraguai durante as crises institucionais de 1996, 1999 e 2001, o que inclusive levou à criação neste interregno da Cláusula Democrática no MERCOSUL a partir da assinatura do Protocolo de Ushuaia em julho de 1998. A partir deste instrumento, a inobservância de compromissos democráticos pode acarretar a suspensão do Estado infrator até que haja verificação, por parte dos demais países membros, do restabelecimento da ordem democrática. Este marco evolutivo no MERCOSUL é importante aqui uma vez que argumentos vinculados à ordem democrática estarão presentes no debate acerca do papel venezuelano no bloco¹⁹.

Em termos de evolução do MERCOSUL em si e do relacionamento entre seus membros, os anos de 1997 e 1998 podem ser caracterizados pela estabilidade. Não houve avanços substantivos além daqueles já alcançados, enquanto negociações em andamento seguiam sem muitas novidades, segundo Onuki (1999). Entretanto, surgiam focos de conflito que, para a autora, refletiam problemas decorrentes da ausência de maior institucionalização do processo de integração. Agravaram-se as tensões em decorrência das instabilidades financeiras internacionais, como a crise asiática de 1997. A crise financeira enfrentada pelo Brasil em 1999 levou o país a desvalorizar sua moeda unilateralmente, o que tornou os produtos brasileiros mais competitivos externamente, comprometendo a balança comercial argentina. A consequência foi a imposição por parte da Argentina – também unilateral – de salvaguardas comerciais contra bens importados de membros do MERCOSUL. Soma-se a isso a grave crise interna pela qual também a Argentina passaria pouco depois em princípios dos anos 2000.

¹⁹ Além do Protocolo de Ushuaia, assinou-se a 20 de dezembro de 2011 o Protocolo de Montevideu sobre Compromisso com a Democracia no MERCOSUL, também conhecido por Ushuaia II. Este instrumento adicional, que ainda não foi ratificado por todos os Estados membros, detalha os procedimentos e sanções a serem tomadas em caso de ruptura democrática em algum membro do bloco.

Os casos citados são apenas ilustrativos de uma série de tomada de decisões unilaterais por parte dos países membros e conflitos comerciais que levaram a períodos de estagnação do comércio intrabloco e da própria agenda negociadora ao longo dos anos (CAMARGO, 2006). Por parte do Brasil, aventou-se inclusive a retirada do bloco, o que não ocorreu, em parte, pelo empenho pessoal de Fernando Henrique Cardoso em manter o grupo (MARIANO, 2007; VIZENTINI, 2005).

Embora Paulo Roberto de Almeida (2011a) também ateste a crise, seus diagnósticos são distintos. Este autor avalia que as explicações, sobretudo acadêmicas, são insuficientes para a compreensão deste momento. O problema não estaria na intergovernamentalidade e na falta de avanço integracionista ou tampouco nas assimetrias existentes entre os países membros. Rejeitam-se também explicações baseadas nas instabilidades financeiras internacionais e domésticas, como a desvalorização da moeda brasileira, pois os déficits argentinos já se acumulavam há certo tempo. Almeida (2011a) defende que o quadro institucional do MERCOSUL era suficiente para suportar as dificuldades à época e realizar os objetivos do bloco como materializar o mercado comum. O autor associa a crise do final dos anos 1990 e início dos 2000 à não consecução plena do mercado comum pela incapacidade (e falta de vontade política) dos governos de cumprir com as normas e decisões pactuadas conjuntamente. O período imediatamente posterior a esta época também testemunhará debates sobre os descaminhos do MERCOSUL, mas por razões distintas.

2.1.4. A reconfiguração do regionalismo aberto

O desenvolvimento do MERCOSUL ao longo da década de 1990 pode ser pensado como pautado em diversos momentos pela noção de regionalismo aberto e intergovernamentalidade. O bloco se desenvolveu sobre estes parâmetros e os governos em Brasília e Buenos Aires à época eram confiantes nas prescrições econômicas liberais, isto é, favoráveis a uma integração essencialmente comercial de tom liberalizante. Esta última se mostrou uma constante ao longo da evolução do bloco, ao passo que os princípios do regionalismo aberto perderam força a partir dos anos 2000. É neste período quando o MERCOSUL começa a ser alvo de críticas contundentes de atores políticos e econômicos ainda adeptos ao formato clássico de regionalismo aberto, críticas cujo ápice ocorre com o processo de adesão venezuelano ao bloco.

Sanahuja (2009) defende que o regionalismo aberto se esgotou na América Latina, em importante medida, por críticas políticas a este modelo, uma vez que ele passou a apresentar resultados econômicos insuficientes além de haver uma percepção social insatisfatória. Importante lembrar o forte impacto das crises financeiras do final dos 1990 sobre as economias da região, destacando-se no caso as experiências argentina e brasileira. Além disso, houve a contribuição da ascensão de governos de esquerda em diversos países, levando à nova politização de agendas regionais no sentido de abordar temas políticos de desenvolvimento em detrimento do tradicional destaque a temas comerciais (CORRÊA, 2015). Em meados dos anos 2000, a vertente desenvolvimentista ganha novo fôlego ao passo que o regionalismo passa por uma redefinição, passando a ser inclusive denominado diferentemente como regionalismo pós-liberal ou pós-hegemônico²⁰ (CORRÊA, 2015; SANAHUJA, 2009). É possível sumarizar as características deste regionalismo da seguinte forma:

- a) A primazia da agenda política e uma menor atenção à agenda econômica e comercial, o que não é alheio à chegada ao poder de distintos governos de esquerda (...)
- b) O retorno da “agenda de desenvolvimento” (...) com políticas que pretendem se distanciar das estratégias do regionalismo aberto, centradas na liberalização comercial.
- c) Um maior papel dos atores estatais (...).
- d) Uma maior ênfase na agenda “positiva” da integração, centrada na criação de instituições e políticas comuns e em uma cooperação mais intensa em âmbitos não comerciais (...).
- e) Maior preocupação pelas dimensões sociais e assimetrias (...).
- f) Maior preocupação com os gargalos e as carências de infraestrutura regional (...).
- g) Mais ênfase na segurança energética (...).
- h) A busca de fórmulas para promover uma maior participação e legitimação social dos processos de integração (SANAHUJA, 2009, p. 22-23).

No caso do Brasil, nota-se que logo no começo do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva surgiu um direcionamento de perfil relativamente mais nacionalista e

²⁰ Nota-se que princípios liberalizantes não foram apartados na sua totalidade. Esta denominação para o foco diferenciado do regionalismo é criticada por parte da literatura, a exemplo de Diane Tussie e Pía Riggirozzi (CORRÊA, 2015).

desenvolvimentista na política externa, além de maior ênfase na América do Sul enquanto área de atuação fundamental para o Brasil e retomada da articulação bilateral com a Argentina. Lula, que gradativamente se empenhava pessoalmente mais na condução da política externa, ainda mirava o fortalecimento da liderança brasileira na região (MARIANO, 2007; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007; VIZENTINI, 2005). Sob diferentes tonalidades, a estratégia internacional do presidente não se afastou do princípio histórico de enquadrar a política externa como instrumento para o desenvolvimento e econômico e ampliação da autonomia nacional. Para Vigevani e Cepaluni (2007), analisando especificamente o primeiro mandato, Lula enfatizou o fortalecimento das relações entre países sul-americanos bem como junto a parceiros asiáticos e africanos (mantendo relações cordiais com o mundo desenvolvido), além de defender objetivos sociais que permitiriam maior equilíbrio entre Estados e populações.

O MERCOSUL, apesar de manter seu caráter comercial e intergovernamental, não esteve imune às novas tendências do regionalismo e da política externa brasileira. Após a vitória de Lula em 2002, o presidente ressaltou a importância estratégica do bloco para sua ação externa. Isto poderia inclusive constituir uma base para a união política da América do Sul, encarando o MERCOSUL por um prisma predominantemente político (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). A incorporação de características do regionalismo pós-liberal é perceptível em pronunciamentos presidenciais à época, a exemplo do apelo de que seria necessário “fortalecer as agendas política, social e cultural do MERCOSUL, dar-lhe uma dimensão humana” (LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA apud MARIANO, 2007, p. 150). O Programa para a Consolidação da União Aduaneira e o Lançamento do Mercado Comum Agenda 2006, acordado por Argentina e Brasil em 2003, propunha o aprofundamento da integração para além dos temas abarcados pelo Tratado de Assunção ao prever um programa político, social e cultural para o bloco (VÁZQUEZ; BRICEÑO-RUIZ, 2009).

Pecequillo (2008) indica que, além de aprofundamento em novos temas de integração, o combate à crise instalada no MERCOSUL também passou pela expansão da integração na América do Sul. A partir de meados de 2005, a intenção de ampliar o MERCOSUL já era clara na diplomacia brasileira. É neste contexto que ocorre o caso de interesse desta pesquisa, que é o ingresso venezuelano ao bloco, o qual obteve respaldo presidencial e de seu círculo político próximo, como o então Assessor da Presidência para Assuntos

Internacionais, Marco Aurélio Garcia, e despertou debates polarizados na comunidade nacional de política externa (MARIANO, 2007). Os meandros deste alargamento e do debate político que o acompanha serão mais bem discutidos adiante neste capítulo.

Como ocorreu no debate no cenário político, nota-se que parte da literatura avalia as mudanças do enfoque do regionalismo e da postura brasileira frente ao MERCOSUL de maneira bastante crítica. Paulo Roberto de Almeida (2011b) parte do pressuposto de que o bloco tem por objetivo primordial a integração econômica dos países membros, uma visão atrelada às diretrizes do regionalismo aberto de tendência liberalizante e predominantemente comercial. Além de comentar as dificuldades do MERCOSUL pela perspectiva dos ciclos econômicos individuais dos países membros e da falta de convergência entre políticas econômicas, o autor e diplomata reprova a ênfase do governo brasileiro após 2003 em relação à integração pela menor consideração de objetivos econômico-comerciais em favor de objetivos políticos. Almeida (2011b) acredita que a retomada de estratégias desenvolvimentistas “velhas” apenas agravaria as defasagens na competitividade industrial brasileira. Rubens Barbosa (2008) segue pensamento semelhante ao afirmar que o pragmatismo deu lugar à ideologização e politização nas tomadas decisórias em política comercial na administração Lula²¹.

O exame da evolução do MERCOSUL e da posição brasileira ante o bloco permite uma introdução aos temas que historicamente o rodeiam, o que por sua vez é um subsídio importante a fim de compreender o lastro dos discursos editoriais sobre a Venezuela. Permite, ainda, observar em qual contexto institucional, intelectual e político possibilitou a aproximação venezuelana. Nascido após as redemocratizações no Cone Sul sob a égide de princípios liberais, os quais pautaram seu desenvolvimento inicial pelo regionalismo aberto, o MERCOSUL enfrentou crises e teve seu modelo de integração reformatado ao longo dos anos 2000. O aspecto econômico-comercial cedeu relativo espaço a preocupações de natureza política e social, fundamentados pela emergência de governos de esquerda na região, além das pretensões de expandir o bloco para fortalecê-lo no jogo internacional. Passa-se agora para a compreensão do caminho percorrido pela Venezuela

²¹ Importante notar que Barbosa e Almeida são operadores ativos da política externa e, portanto, apresentam posicionamentos de isenção menos evidente que uma análise estritamente acadêmica.

até seu pedido de adesão, para, deste ponto, verificar a conturbada trajetória do país no MERCOSUL.

2.2. A estratégia externa da Venezuela: de *Punto Fijo* ao MERCOSUL

O pedido venezuelano de adesão ao MERCOSUL não é algo óbvio ou esperado tomando-se em consideração a tradição da política externa do país na história recente, em particular ao longo da segunda metade do século XX. As múltiplas identidades do país não necessariamente previam a aproximação de Caracas ao Cone Sul, que se deu gradativamente apenas nos anos 1990 sob o governo de Rafael Caldera. Foi o período chavista, no entanto, a principal testemunha de importantes rupturas. Profundas transformações nas instituições venezuelanas, inclusive uma reforma constitucional, não deixaram de se refletir no posicionamento externo de Caracas, cujas consequências contribuíram para o ingresso venezuelano ao MERCOSUL e para os posteriores episódios de sua conturbada trajetória no bloco.

2.2.1. A tradição política venezuelana no século XX

A era Chávez marcou o fim de uma fase fundamental para a história política recente venezuelana, a do arranjo político conhecido como o Pacto de *Punto Fijo*. A queda do regime autoritário de Marcos Pérez Jiménez em 1958 deu lugar uma fase democrática cujas bases foram lançadas por um pacto de governabilidade, realizada numa chácara chamada *Punto Fijo*, entre os líderes dos principais partidos à época, quais sejam *Acción Democrática* (AD), *Comité de Organización Electoral Independiente* (COPEI) e *Unión Republicana Democrática* (URD). A coligação *de facto* firmada por tais agremiações é caracterizada pela literatura como uma aliança conciliatória de elites nacionais (BARRANTES, 2013; SARAIVA; BRICEÑO RUIZ, 2009), que apesar de alijar os partidos de esquerda do sistema político até 1968, permitiu que a Venezuela fosse considerada até os anos 1990 um excepcional exemplo de segurança, solidez econômica e estabilidade democrática na América Latina, já que diversos países da região viviam regimes autoritários ou mesmo conflitos internos (PEDROSO, 2014; ROMERO, 2006).

O *puntofijismo* também teve sua faceta internacional, uma vez que a chancelaria venezuelana é tradicionalmente permeável aos desenvolvimentos do sistema político interno (SARAIVA; BRICEÑO RUIZ, 2009). A política externa do país foi marcada por sua condição democrática, ocidental e petroleira. Do ponto de vista da condição democrática, Maringoni (2009) aponta que a intenção de Caracas era se posicionar como um contraponto a Cuba castrista, sendo uma democracia não hostil aos Estados Unidos, mas que simultaneamente atendia às diretrizes terceiro-mundistas de não-intervenção, não-alinhamento e autonomia. Uma ligeira priorização de relação com norte-americanos ou latino-americanos era apenas uma questão de nuances. Ao passo que o relacionamento com os Estados Unidos era central (inclusive por questões comerciais), a Venezuela igualmente tinha como espaços prioritários de atuação as regiões andina e caribenha. Espelhando o *puntofijismo* a nível doméstico, a política externa buscava equilíbrio a fim de atender às distintas demandas de atores domésticos.

A estratégia de integração regional *puntofijista* refletiu os traços gerais da política externa mencionados. Briceño Ruiz (2010) afirma que no final dos anos 1980 a Venezuela se tornou a principal promotora do regionalismo no Caribe, tendo assinado acordos de comércio e investimento com países próximos e com grupos já existentes como a Comunidade do Caribe (CARICOM) e o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA). Caracas ainda se destacou por patrocinar a criação de uma nova organização, que incluísse todos os países banhados pelo Caribe e não apenas parte deles como as instituições já existentes, que foi a Associação de Estados do Caribe (AEC). Importante notar que o fornecimento de petróleo às pequenas nações caribenhas já se mostrava como instrumento de liderança venezuelana na região. Além disso, Caracas também investia junto a seus parceiros andinos. Conjuntamente à Colômbia, a Venezuela deu fôlego ao Pacto Andino e à sua posterior evolução institucional para Comunidade Andina (CAN). O foco era constituir e protagonizar um polo de integração na parte norte da América do Sul.

Se o Caribe e os Andes eram centrais para as iniciativas integracionistas do país, o mesmo não se poderia dizer do Cone Sul: a Venezuela se manteve afastada do processo de gestação do MERCOSUL e das lideranças locais. Mesmo com o Brasil, principal economia do continente e país com o qual se compartilha uma identidade amazônica, a Venezuela tinha pouco contato. O diálogo com Brasília apenas ganhou densidade na

esteira das negociações do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) em 1978, que se tornaria a atual Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). É a partir dos anos 1980 que ambos os governos passam a ter maior convergência, particularmente após a eleição de Rafael Caldera para a presidência venezuelana em 1993 (BRICEÑO RUIZ, 2010; VIZENTINI, 2003). Caldera, além do gesto de participar das celebrações da independência brasileira em 1994, estimulou o intercâmbio comercial e projetos bilaterais como integração física e parcerias energéticas (importantes para os estados ao norte do Brasil em razão de sua distância do eixo sudeste-sul). A virada em termos de estratégia integracionista, porém, é mais bem representada pelo recém-interesse venezuelano pelo MERCOSUL, com o qual se cogitou inclusive uma futura fusão com a CAN.

Esta breve descrição dos contornos gerais da política externa venezuelana *puntofijista* revela que, à exceção da aproximação inicial sob Caldera, a adesão da Venezuela ao MERCOSUL e sua posterior ênfase “bolivariana” pouco tinha de previsível. Os paradigmas tradicionais de inserção externa do país ruem e iniciam uma nova grande fase com a ascensão de Hugo Chávez à presidência em fevereiro de 1999. Este seria o fim do pacto de governabilidade e conciliação de elites firmado em *Punto Fijo*, que estivera em vigor por quarenta anos.

2.2.2. Transição ao chavismo

O sistema político *puntofijista* começara a mostrar sinais de desgaste ao longo dos anos 1980 com a queda no preço do petróleo, produto do qual a economia nacional já era largamente dependente. As dificuldades econômicas foram acompanhadas da adoção de medidas liberalizantes, como a desnacionalização da companhia petrolífera Petróleo de Venezuela S.A. (PDVSA), e grande insatisfação popular em torno da crescente desigualdade social (PEDROSO, 2014). Neste cenário adverso, o aumento de tarifas de transporte público desencadeou grandes demonstrações populares em fevereiro de 1989 em um movimento conhecido como *Caracazo*. Os protestos foram duramente reprimidos pelo governo, o que comprometeu ainda mais a estabilidade política venezuelana e deu maior visibilidade a Chávez, à época um jovem militar bastante crítico da dependência externa da Venezuela e das reformas liberais do então presidente Carlos Andrés Pérez. Em 1992, Chávez lidera uma fracassada tentativa de golpe junto a outros oficiais de baixa patente, sendo preso logo em seguida.

Anistiado pelo já mencionado Rafael Caldera, sucessor de Pérez, Chávez retorna à atividade política articulando movimentos de esquerda e fundando o *Movimiento V República* (MVR), que em conjunto com outros dois partidos não *puntofijistas* compõe a coligação *Polo Patriótico* a fim de concorrer às eleições presidenciais de 1998. Chávez obtém êxito. Pedroso (2014) afirma que, apesar de preocupado em reduzir a dependência venezuelana do petróleo e as desigualdades sociais, o ambiente de grave recessão o induz a não tomar medidas demasiado disruptivas ao início de seu mandato. Sobretudo em termos de política econômica, o que é ilustrado pela permanência da ministra economicamente ortodoxa Maritza Izaguirre à frente das finanças venezuelanas. Em relação ao petróleo, a significativa recuperação dos preços internacionais desta *commodity* no início da década de 2000 comprometeu a meta de livrar a Venezuela de sua vulnerabilidade às flutuações do mercado internacional. Ainda que a relevância de outros setores econômicos tenha crescido, a do petróleo permanecia significativa. Entretanto, Barros (2006) aponta que alguns sinais de crescente gasto social do governo, como em educação e saúde, já eram observáveis.

Confirmando uma vez mais a permeabilidade da política externa ao jogo político doméstico na Venezuela, a cautela inicial de Chávez também é observada em sua chancelaria. Saraiva e Briceño Ruiz (2009) afirmam que entre 1999 e 2001 não havia predomínio de nenhuma corrente interna ao chavismo específica na tomada decisória em política externa. Por um lado, o grupo composto por militares nacionalistas e pragmáticos²² apoiava medidas pela integração latino-americana e cooperação sul-sul, porém prezando a manutenção de relações cordiais com Washington. Por outro, os chavistas radicais²³ prescreviam uma política externa de tom militante que se contrapusesse aos Estados Unidos e à ordem global dita neoliberal. Romero (2003) pontua que Caracas até então buscava colaboração com Washington ao passo que prosseguia com a “latino-americanização” da política externa iniciada ao final do *puntofijismo*. González Urrutia (2006) semelhantemente nota que a estratégia externa de Chávez adota um contorno relativamente pragmático até 2003 em relação ao que se desenvolveria posteriormente.

²² Nas palavras dos autores citados.

²³ *Idem*.

Especificamente sobre a postura venezuelana frente ao MERCOSUL, é nesta primeira fase do governo chavista que o bloco começa a entrar de fato na pauta dos setores envolvidos com iniciativas integracionistas. Vinentini (2003) aponta que o bloco foi alçado a uma prioridade. Chávez, pessoalmente favorável à associação venezuelana e que formalmente a solicitara como membro associado em 2000, tinha de lidar com partes do empresariado e de seu próprio gabinete ainda reticentes acerca dos benefícios da aproximação com o bloco. Briceño Ruiz (2010) coloca que níveis técnicos dentro do Ministério de Relações Exteriores e do Ministério de Produção e Comércio relutavam em se distanciar da vocação andina da Venezuela, uma vez que o papel do país no MERCOSUL deveria ser complementar e não incoerente em relação à tradição de integração andina.

A fase inicial do mandato de Chávez em que diversas correntes políticas e econômicas se equilibravam em termos de influência nas tomadas decisórias se traduziu na relativa discrição do presidente em conduzir sua política externa e de integração. Certos aspectos da política *puntofijista* ainda conviviam com as mudanças trazidas pelo chavismo. Este se imporia, de fato, apenas após as vitórias políticas do chamado chavismo radical a partir de 2002.

2.2.3. O fortalecimento do chavismo e sua política externa

O ponto de inflexão a partir do qual o presidente Chávez e seus aliados radicais enfim aprofundam o que se conhece como a política externa chavista ou bolivariana se deu a partir de suas vitórias no conturbado cenário político no período de 2002 a 2004 (BRICEÑO RUIZ, 2010; PEDROSO, 2014). Por volta do final de 2001, o ambiente político venezuelano passou a se mostrar cada vez mais polarizado, havendo mudanças inclusive na base de sustentação de Chávez internamente. O *Movimiento al Socialismo* (MAS) – partido moderado até então favorável ao governo e que congregava velhos políticos e parte do empresariado – distanciou-se do presidente, cujo espaço pôde ser ocupado pelos setores radicais. Em dado momento insuportável, a grande polarização desencadeia uma tentativa malsucedida de golpe contra Chávez em abril de 2002, que o removeria do cargo por dois dias, além de articulações políticas para afastá-lo por vias constitucionais nos meses seguintes. A legislação eleitoral venezuelana prevê referendos revogatórios contra ocupantes de cargos eletivos desde que haja suficiente coleta de assinaturas para convocá-lo.

Após coletas fracassadas ao longo de 2003, opositoristas obtêm sucesso e anunciam a realização de referendo para 15 de agosto de 2004. O rechaço ao afastamento de Chávez obtém 59,1% dos votos válidos e representou na prática um novo fôlego às propostas chavistas, cuja dimensão de política externa e integração igualmente se fortaleceram. O presidente e sua base interpretam a vitória como autorização para aprofundar sua proposta de processo revolucionário, desenhando-se estratégias de cunho relativamente mais radical em relação aos períodos anteriores (GONZÁLEZ URRUTIA, 2006). Tal aprofundamento é a implantação do projeto político chamado de “Socialismo do Século XXI”, que viria a ser mais bem detalhado no documento “Proyecto Nacional Simón Bolívar: Primer Plan Socialista, PPS. Desarrollo económico y social de la Nación 2007-2013” (PPS) publicado pela presidência em 2007.

O amadurecimento do projeto externo de Chávez é caracterizado pelo enfoque em três diretrizes principais, quais sejam a promoção da multipolaridade, o fortalecimento dos laços sul-sul e o ideal bolivariano de integração (BRICEÑO RUIZ, 2010). Começando pelo primeiro aspecto, a política externa venezuelana sob Chávez diagnostica a necessidade de fomentar polos alternativos de poder de forma a alcançar uma ordem internacional mais justa, destacando no “Primer Plan Socialista” a consideração de África, América Latina e Ásia como “áreas de interesse geoestratégico” (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2007, pp. 42-43). Isto vai ao encontro do segundo aspecto, uma vez que Caracas buscou reativar mecanismos e fóruns de cooperação entre países em desenvolvimento como o Movimento dos Não-Alinhados, além de haver participado da criação do Grupo dos 20 (G-20). A diplomacia petroleira se manifesta também nesta dimensão, pois o presidente dedica pessoal empenho em articular a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Há continuidade, ainda, na venda de petróleo a condições especiais para diversas nações latino-americanas e caribenhas.

A terceira diretriz, sobre integração regional, é aqui de particular importância. O “Primer Plan Socialista” assim apresenta a estratégia integracionista:

VII-3.2 Desenvolver a integração com países da América Latina e o Caribe

VII-3.2.1 Participar na construção do novo MERCOSUL até a conformação da Comunidade Sul-americana de Nações sobre a base da avaliação, revisão e reorientação dos conteúdos da integração

VII-3.2.2 Impulsionar seletivamente a Alternativa Bolivariana para a América como alternativa à Área de Livre Comércio das Américas (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2007, p. 44, tradução nossa).

De maneira geral, a estratégia de Caracas passou a fortalecer a dimensão política da integração de forma a estabelecer, ao menos em teoria, um polo de poder sul-americano para assegurar a autonomia e a segurança da região. Importante notar que isto implicou na subordinação dos objetivos econômicos aos políticos, sendo a natureza econômica dos projetos regionais integracionistas vigentes até então fortemente criticada por considerá-la neoliberal e fonte de maior dependência externa: a integração se converte em instrumento para confrontar a ordem internacional e sua estrutura de poder. Estes são traços do que se denominaria um projeto bolivariano de integração, que pretende fomentar a equidade e a igualdade internacionalmente (BRICEÑO RUIZ, 2010). Em outras palavras, trata-se de um projeto voltado a transcender aspectos estritamente comerciais pela coordenação de ações de nível político e social. É com vista a tal perspectiva que a Venezuela enxerga, portanto, o MERCOSUL.

Este é um ponto de tensão entre os planos venezuelanos e a concepção base do bloco, fundamentada em um processo de integração econômica caracterizada por

(...) um conjunto de medidas de caráter econômico que têm por objetivo promover a aproximação e a união entre as economias de dois ou mais países. Em geral essas medidas começam com reduções de alíquotas tarifárias (...) aplicadas ao comércio entre os países que fazem parte do processo de integração. Depois, são reduzidas as barreiras não tarifárias (FLORÊNCIO; ARAÚJO, 1996, p. 25).

Para Briceño Ruiz (2010), o ingresso no MERCOSUL se converteu em parte da estratégia para a promoção de um sistema internacional multipolar e contraposição aos Estados Unidos, particularmente a iniciativa comercial Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Em termos de debate interno no governo venezuelano, o autor salienta

que o processo foi marcado pela emergente influência da facção chavista radical anteriormente mencionada, para a qual o MERCOSUL deveria ser reformatado de maneira a tornar o bloco uma ferramenta contra o neoliberalismo e em favor da multipolaridade. Na cúpula de presidentes do bloco em janeiro de 2007, Chávez afirmou, por exemplo, que sua ambição seria “descontaminar o MERCOSUL do neoliberalismo” (CHÁVEZ: ‘QUERO...’, 2007). Vale notar que alguns meses antes, em abril de 2006, Chávez havia anunciado a retirada da Venezuela da CAN em razão dos tratados comerciais firmados por Colômbia e Peru com os Estados Unidos, que claramente não iam ao encontro da nova inserção externa venezuelana. O MERCOSUL deveria ser reformado de forma a se aproximar de outra destacada iniciativa de Caracas: a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA).

Tal projeto foi primeiramente mencionado em 2001 por Chávez sob a denominação, à época, de Alternativa Bolivariana para as Américas durante cúpula da AEC. Pedroso (2014) afirma que o principal objetivo desta iniciativa era a contraposição à ALCA assim como à influência norte-americana na América Latina. Oficializada em 2004 sob a forma de um tratado comercial entre Cuba e Venezuela, houve posterior adesão de Bolívia, Nicarágua, Dominica, Honduras, Equador, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda e Santa Lúcia, nesta ordem. Em 2009, o nome da organização foi modificado para assumir sua designação atual mantendo como princípios norteadores a prioridade à dimensão social em relação à comercial e oposição ao livre mercado em favor de medidas econômicas intervencionistas e protecionistas. O rechaço a Washington e às suas alegadas prescrições neoliberais, bem como a priorização da integração social e política em detrimento daquela comercial, refletem as orientações gerais da política externa chavista e constituem o cerne do que se chama de proposta de integração regional bolivariana. É neste quadro que Caracas assina o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL em 2006.

2.3. A trajetória venezuelana no bloco

Após o lançamento do MERCOSUL em 1991 e sua evolução nos anos seguintes, um marco notável de sua trajetória foi o alargamento do bloco com a adesão da Venezuela. Esta seção apresenta a trajetória venezuelana desde a assinatura do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL a partir de um prisma específico,

qual seja o do processo político ocorrido no Brasil acerca da entrada venezuelana e sua posterior suspensão. Escolheu-se tal recorte uma vez que a pesquisa trata dos discursos editoriais da imprensa brasileira e, sob a perspectiva interdiscursiva e das características do gênero jornalístico editorial detalhadas no capítulo teórico, decidiu-se traçar as conexões discursivas de tais enunciados editoriais com os discursos políticos em voga no debate político brasileiro sobre a Venezuela.

2.3.1. A conturbada estreia no MERCOSUL

O ingresso de Caracas ao MERCOSUL foi um processo bastante tortuoso e conflitivo que teve início concreto no começo dos anos 2000, quando o presidente venezuelano Hugo Chávez sinalizou o interesse de Caracas de se juntar ao grupo (TERUCHKIN, 2006), tendo o pedido formal se realizado em outubro de 2005 durante a XV Cúpula Ibero-americana de Salamanca. Logo em dezembro do mesmo ano, o Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL aprovava a requisição pela decisão número 28/05, cujo resultado foi a assinatura do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL em 4 de julho de 2006. Este tratado previu a adesão ao Tratado de Assunção e aos Protocolos de Ouro de Preto e de Olivos²⁴, cuja adoção seria gradual e detalhada por um grupo de trabalho. Após a celebração deste acordo já se conferiu à Venezuela o status de membro pleno em processo de adesão, o que garantiu desde este momento ao país o direito à voz (mas não ao voto) nos espaços decisórios do bloco, medida inédita e mesmo considerada juridicamente discutível por analistas como, por exemplo, Celso Lafer (2013).

Como mencionado no capítulo anterior, a incorporação da Venezuela foi impulsionada pelo contexto do regionalismo à época. Ao longo da primeira década dos anos 2000 a concepção de integração regional se abriu mais às ideias de expansão dos temas de interesse para além da ótica comercial e também de alargamento do MERCOSUL para incluir novos membros. Caracas contava, ainda, com governos politicamente simpáticos em Brasília e Buenos Aires, os dois principais polos do MERCOSUL. A ascensão de Néstor Kirchner e Lula favoreceu uma corrente progressista embebida de expectativas positivas acerca do aprofundamento de parcerias políticas mais sólidas em integração (SARAIVA; BRICEÑO RUIZ, 2009). Apesar dos Kirchner e de

²⁴ Este, não mencionado anteriormente, criou o Tribunal Permanente de Revisão como esfera de solução de controvérsias do MERCOSUL.

Lula possuírem diferenças substantivas em relação às propostas de Caracas (mesmo almejando reduzir o tom comercialista e expandir a agenda, Argentina e Brasil não buscaram se apartar dos objetivos de inserção externa e aplicação de mecanismos de mercado; o discurso anticapitalista venezuelano não foi incorporado), havia apoio destes líderes em seus respectivos debates políticos ao ingresso venezuelano.

As negociações para a adesão venezuelana entre os líderes nacionais ocorreram de forma surpreendentemente rápida (RIOS; MADURO, 2007), mas o mesmo não ocorreu no âmbito da aprovação legislativa. Como elemento de direito internacional, o Protocolo de Adesão teve a necessidade de ser submetido aos legislativos nacionais dos quatro membros fundadores para que a incorporação venezuelana se adequasse e entrasse em vigência oficialmente. É neste ponto onde a adesão de Caracas se torna difícil e desencadeia efetivo conflito político, havendo os mais graves impasses ocorridos nos parlamentos paraguaio e brasileiro (as ratificações argentina e uruguaia se deram rapidamente em fevereiro e agosto de 2007, respectivamente).

No primeiro caso, a dificuldade na aprovação do Protocolo de Adesão no Senado paraguaio se conjugou à suspensão de Assunção do MERCOSUL em 2012 por consequência do processo de *impeachment* contra o então mandatário Fernando Lugo, processo o qual foi considerado não democrático pelos demais membros do bloco – cujos líderes à época eram aliados políticos de Lugo, nota-se. O Paraguai seria readmitido apenas no ano seguinte, quando a Venezuela já se via de fato admitida após as ratificações argentina, brasileira e uruguaia. Ao tratar da imprensa brasileira e do debate político no Brasil acerca do ingresso venezuelano, a ratificação no Congresso Nacional brasileiro se faz o processo mais pertinente de consideração nesta pesquisa.

2.3.2. A tramitação do Protocolo de Adesão no Congresso Nacional

No caso brasileiro, a ratificação congressional do tema foi motivo de rara polarização política por assuntos externos nas duas casas entre base aliada e oposição (GOLDZWEIG, 2013). A tramitação se iniciou formalmente em 26 de fevereiro de 2007 quando o Executivo submeteu à apreciação parlamentar o MSC (Mensagem ao Congresso Nacional) 82/2007, que viria a se tornar o PDC (Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais) 387/2007 na Câmara dos Deputados e 430/2008 no Senado Federal, tendo o processo completo se arrastado por quatro anos.

Goldzweig (2013) realizou um ótimo rastreamento da tramitação bem como dos principais eventos exteriores ao Congresso que a perturbaram até a aprovação final. O primeiro momento crítico que gerou mobilização da oposição, à época liderada por PSDB e DEM, ocorreu na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Foi uma reação parlamentar à não renovação da licença de operações por parte de Chávez da *Radio Caracas Televisión* (RCTV) e sua consequente retirada do ar em maio de 2007, episódio interpretado como ataque à liberdade de imprensa que desqualificava Caracas em termos democráticos²⁵. O presidente venezuelano reagiu e agravou o impasse com a oposição brasileira ao acusá-la de supostamente se subordinar aos interesses norte-americanos. Chávez qualificou o Congresso Nacional de “papagaio” de Washington à época. PSDB e DEM, então, se mobilizaram de forma a obstruir as votações até que Chávez se retratasse. Sua negativa em se desculpar fez prosseguir o impasse (GOLDZWEIG, 2013).

Apesar do conflito, pareceres favoráveis à matéria por parte dos relatores Doutor Rosinha (PT/PR) e Paulo Maluf (PP/SP) foram aprovados, respectivamente, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e na Comissão de Constituição e Justiça entre fevereiro e novembro de 2007. A oposição se revelou um obstáculo na votação em plenário. Em meio à controvérsia e à incerteza da base governista²⁶ de que teria votos suficientes para aprovar a matéria, decidiu-se adiar as votações e, em novembro de 2007, o projeto já não figurava na lista de prioridades do Congresso (GOLDZWEIG, 2013). Houve a retomada apenas em dezembro do ano seguinte, com a situação mais calma, e a matéria afinal conseguiu ser aprovada na Câmara dos Deputados. A votação nominal do plenário por partido revela a polarização entre os partidos da base governista e aqueles oposicionistas. Do total de votos da base (249), 97,6% deles (243) votaram pela adesão

²⁵ A RCTV era a maior e mais antiga rede televisão privada da Venezuela. O governo venezuelano rejeitou sua concessão em dezembro de 2016, o que levou ao desligamento do sinal em 28 de maio de 2007 após a fracassada contestação jurídica da empresa. O governo publicou em meio a disputa o *Libro Blanco sobre RCTV*, documento no qual a não renovação é justificada. Argumenta-se que a medida é uma prerrogativa legal das autoridades, baseada na alegada falta de responsabilidade social da RCTV e afinidade com setores antidemocráticos. Acusa-se a companhia de uma série de irregularidades como estímulo à guerra civil e ao golpe de Estado, atentado contra o equilíbrio de poderes e formação de cartel econômico (MINISTRO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN Y LA INFORMACIÓN, 2007).

²⁶ Composta à época por PT, PMDB, PP, PTB, PR, PDT, PCdoB, PSB, PV, PSC, PRB, PHS e PMN (FELIÚ; AMORIM, 2011).

venezuelana ao passo que mais de 90% dos votos contrários se originaram nos partidos de fora da base (55 de 61):

Quadro 01 - Votação nominal referente ao Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL na Câmara dos Deputados

Partido	Votos pela não adesão	Votos pela adesão	Total
PSDB	31	1	32
DEM	22	10	32
PPS	2	7	9
PT	0	60	60
PMDB	3	55	58
PR	1	26	27
PP	2	20	22
PDT	0	17	17
PSB	0	17	17
PTB	0	13	13
PCdoB	0	12	12
PV	0	11	11
PSC	0	5	5
PMN	0	3	3
PHS	0	2	2
PRB	0	2	2
PTC	0	1	1
Total	61	265	326

Fonte: elaboração própria baseada em Goldzweig (2013).

Estando o Protocolo de Adesão aprovado na Câmara dos Deputados em 17 de dezembro de 2008 e na Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL dois meses depois, em 18 de fevereiro de 2009, a matéria foi então remetida ao Senado Federal como PDC 430/2008. Tampouco nesta casa a tramitação foi tranquila, havendo intensos debates, pedidos de esclarecimentos ao Itamaraty e quatro audiências públicas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional entre abril e outubro de 2009. A incompatibilidade da Venezuela com as cláusulas democráticas do bloco foi novamente levantada quando Chávez aprovou em um referendo o direito à reeleição presidencial indefinida no país²⁷ (GOLDZWEIG, 2013).

²⁷ O referendo constitucional realizado em fevereiro de 2009 passou a permitir a reeleição ilimitada a ocupantes de cargos ditos populares, como a presidência, o que na prática viabilizou o terceiro mandato do

O Senador Tasso Jereissati (PSDB/SP), relator do PDC 430/2008, apresentou parecer contrário à medida em outubro de 2009 votando pela rejeição da adesão venezuelana, medida esta que foi repelida na comissão. Além dos impasses referentes à questão democrática venezuelana, nota-se que o episódio da RCTV e da reação de Chávez ao Congresso Nacional ainda repercutiam. A despeito dos contratempos, a adesão de Caracas ao MERCOSUL finalmente ocorreu²⁸ a partir da apresentação de voto em separado favorável ao PDC 430/2008 por parte do Senador Romero Jucá (PMDB/RR) e sua aprovação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 29 de outubro e no plenário em 15 de dezembro de 2009. A votação em plenário no Senado mostra a polarização entre partidos de base governista e aqueles de fora dela também nesta casa:

Quadro 02 - Votação nominal referente ao Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL no Senado Federal

Partido	Votos pela não adesão	Votos pela adesão	Total
PSDB	11	0	11
DEM	12	0	12
PT	0	7	7
PMDB	2	9	11
PTB	1	7	8
PDT	0	4	4
PR	0	2	2
PRB	0	2	2
PSB	0	2	2
PCdoB	0	1	1
PP	0	1	1
PSC	1	0	1
Total	27	35	62

Fonte: Elaboração própria baseada em Goldzweig (2013).

Coelho (2015) analisa os determinantes do voto parlamentar a partir de ferramentas de estatística inferencial e conclui que a “tese partidária teve muito mais poder explicativo sobre o resultado da votação que a tese federativa” (p. 100), isto é, o determinante do voto foi mais relacionado à ideologia partidária e ao pertencimento ou não à base governista

presidente Hugo Chávez em 2012. A reforma foi aprovada por 54,89% dos votos válidos, tendo a oposição à medida alcançado os 45,14% restantes.

²⁸ A partir desse momento, a entrada venezuelana estaria apenas dependente dos parlamentares paraguaios, que ainda analisavam a matéria e cuja aprovação viria em 18 de dezembro de 2013.

que aos interesses particulares das bancadas estaduais. O distrito eleitoral apenas se mostrou relevante no caso de parlamentares dissidentes em relação à orientação partidária. Análises anteriores por Feliú e Amorim (2011), Oliveira (2013) e Pinheiro e Mignozzetti (2013) também apontaram a significância do elemento partidário nas votações acerca do ingresso venezuelano no MERCOSUL. Tais achados permitem agrupar os distintos discursos políticos a respeito da Venezuela em dois campos opostos principais de forma a analisá-los sistematicamente, o que será realizado no capítulo seguinte.

2.3.3. Sanções a Caracas

Durante todo este processo, a postura de Brasília permaneceu favorável a Caracas (como será mais bem discutido adiante). Porém, isto claramente muda após a queda da ex-presidente Dilma Rousseff. A política externa de Michel Temer e de seus chanceleres José Serra e Aloysio Nunes – ambos do PSDB, que tanto havia se oposto a adesão venezuelana – marca uma significativa virada. O primeiro episódio em que isso se materializou foi a negativa do Brasil (a qual se juntaram Argentina, Paraguai e Uruguai) em aceitar que Caracas assumisse a presidência rotativa do MERCOSUL. A passagem da presidência deveria ser passada do Uruguai para a Venezuela, seguindo o critério de alternância por ordem alfabética, em 29 de julho de 2016. Apesar dos protestos de Caracas e da relutância de Montevideú, a presidência foi exercida no segundo semestre daquele ano de forma colegiada entre os demais países membros. A “Declaração Relativa ao Funcionamento do MERCOSUL e ao Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela”, emitida em 13 de setembro de 2016, justificou a decisão pelo não cumprimento por parte da Venezuela do cervo normativo vigente no MERCOSUL e do Acordo de Complementação Econômica nº 18 sobre liberalização comercial (MERCOSUL, 2016).

Importante notar que, aparte os condicionantes políticos da decisão como o antagonismo entre os novos líderes de Argentina e Brasil em relação ao da Venezuela (Mauricio Macri, Michel Temer e Nicolás Maduro, respectivamente), as negociações técnicas entre membros fundadores do MERCOSUL e o ingressante se desenvolveram de forma complicada. Vazquez e Briceño Ruiz (2009) apontam que o dinamismo inicial marcante das negociações foi se diluindo ao longo dos impasses e das dificuldades na tramitação nos parlamentos brasileiro e paraguaio. Os autores também notam a

difficuldade de concluir o programa de desoneração comercial com Argentina e Brasil pelo grupo de trabalho criado sob previsão do Protocolo de Adesão. Este grupo de trabalho foi criado a fim de detalhar compromissos e definir o cronograma para a adoção das normas do MERCOSUL. Apesar de seu informe final haver sido aprovado pelos governos, o grupo de trabalho deixou sem conclusão grande parte das questões técnicas e comerciais (BARBOSA, 2008). Tais negociações permaneceram suspensas até março de 2007, quando um novo grupo de trabalho foi lançado. Em 2012 houve três novas rodadas de negociação, que também caminharam de forma insatisfatória (LAFER, 2013). O insucesso destas negociações técnicas formalmente embasou a decisão já mencionada de impedir Caracas de assumir a presidência do grupo no segundo semestre de 2016.

Caracas reagiu insatisfeita à decisão. A então chanceler do país, Delcy Rodriguez, anunciou unilateralmente a posse da Venezuela como presidente *pro tempore* do grupo, o que não foi reconhecido pelos demais membros, que de fato presidiam o MERCOSUL colegiadamente. Caracas respondeu à medida reiterando os dispositivos do Tratado de Assunção e do Protocolo de Ouro Preto segundo os quais o critério de sucessão da presidência é apenas o seu caráter semestral e a ordem alfabética, qualificando a “Declaração Relativa ao Funcionamento do MERCOSUL e ao Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela” como uma agressão ao país.

Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai não somente exerceram a presidência colegiada como estabeleceram o prazo de 1º de dezembro de 2016, sob pena de suspensão, para que Caracas cumprisse com todas as pendências que tinha em relação à incorporação interna de normas do MERCOSUL. Baixo a afirmação de que a Venezuela não conseguira cumprir o prazo (haveria pendência na incorporação de 112 resoluções e 300 normas), a suspensão do país já era anunciada logo no dia 2 de dezembro de 2016. A medida implicou na cessação do exercício de todos os direitos inerentes à condição de Estado parte do MERCOSUL, sendo enfatizado na nota não apenas o descumprimento do prazo inicial de quatro anos após a assinatura do Protocolo de Adesão, mas também do prazo adicional outorgado a Caracas (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO, 2016). O governo venezuelano considerou a suspensão ilegal e mesmo um golpe de Estado orquestrado pelos grupos regionais de direita, argumentando que 95% das normas do MERCOSUL já se viam incorporadas ao quadro jurídico interno, especificamente 1479 de 1563 (DELICY RODRIGUEZ..., 2016).

Mesmo já estando suspensa desde dezembro de 2016 por questões de ordem técnica, o governo venezuelano sofreu um novo revés no âmbito do MERCOSUL em 5 de agosto de 2017. Desta vez por questões de natureza política, o país sofreu uma suspensão adicional, especificamente por violar o compromisso democrático assumido ante o Protocolo de Ushuaia. Tomada pelos ministros de relações exteriores de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai em São Paulo, a decisão afirma que as consultas junto à Venezuela se mostraram infrutíferas e reitera a suspensão dos direitos e deveres do país no MERCOSUL (MERCOSUL, 2017), apesar de não prever medidas mais graves a exemplo de sanções de caráter comercial.

Desde que os cenários políticos nos demais países membros do MERCOSUL se tornaram relativamente adversos a Caracas (lembrando a emergência de Macri e Temer aos governos argentino e brasileiro, respectivamente) em relação aos primeiros anos da admissão venezuelana, líderes do bloco vinham pressionando o governo de Maduro em razão de seu relacionamento com grupos de oposição bem como manifestações populares. A tensão se elevou com a iniciativa de Maduro de convocar uma assembleia nacional constituinte em maio de 2017 pela publicação do decreto presidencial 2830.

A convocação da assembleia foi alvo de intensos debates tanto na política interna da Venezuela quanto pela comunidade internacional, uma vez que o movimento de Maduro seria justificado na realidade pela sua necessidade de ofuscar a Assembleia Nacional, esfera legislativa máxima do país onde forças oposicionistas tinham ampla maioria. Sob protestos dos membros do MERCOSUL, as eleições para o corpo de constituintes se efetivaram em 30 de julho, havendo suas posses em 4 de agosto. Apesar de não haver menção explícita ao episódio no documento da decisão (publicada no dia seguinte à posse, em 5 de agosto), este foi estopim para a avaliação de que o Protocolo de Ushuaia fora violado pela Venezuela.

A retomada dos principais eventos acerca da trajetória da Venezuela no MERCOSUL desde a assinatura do Protocolo de Adesão em 4 de julho de 2006 até o momento atual de suspensão revelam uma passagem conturbada e marcada por dois períodos distinguíveis. Ao passo que houve grande dinamismo inicialmente, como a grande rapidez verificada entre o pedido de adesão e a assinatura do protocolo, o processo se conturbaria logo em seguida. A tramitação do Protocolo no Congresso Nacional foi difícil e protagonizou

embates diretos entre o parlamento e o ex-presidente Hugo Chávez. Ratificada a adesão, o contexto político nos países fundadores do MERCOSUL mudou e Caracas deixou de contar com líderes que lhe eram politicamente simpáticos. A Venezuela sofreu então seus maiores revezes entre 2016 e 2017, quando foi suspensa por questões de ordem tanto técnica quanto política. Atestados o contexto e os principais fatos desta trajetória, procede-se agora para uma análise mais atenta dos discursos das distintas forças políticas imersas neste debate.

3. OS DISCURSOS POLÍTICO E EDITORIAL SOBRE A VENEZUELA E O MERCOSUL

Repassados os principais acontecimentos envoltos no desenvolvimento do MERCOSUL e da aproximação venezuelana, bem como sua turbulenta entrada e participação, este capítulo pretende realizar a análise discursiva do material empírico coletado para a apresentação de conclusões acerca da pergunta de pesquisa do contrapoder posta nos comentários introdutórios. A pergunta que guia este capítulo, portanto, diz respeito ao papel da grande imprensa enquanto agente político diante das lideranças políticas e do governo: desempenha ela um papel de contrapoder, de supervisão crítica dos tomadores de decisão, ou é filiada a uma corrente de pensamento político (ideologia) no caso da trajetória venezuelana pelo MERCOSUL? Em termos do quadro conceitual da Análise do Discurso de linha francesa, além de se almejar desvendar quais são suas estratégias discursivas e ideologias que atravessam os discursos, isto significa se perguntar como as ideologias operam para validar suas próprias atribuições de valor a distintos conceitos políticos chave e como ocorre a relação interdiscursiva entre os atores e como seus discursos mutuamente se constituem no espaço discursivo estipulado.

São as relações interdiscursivas de aliança e conflito que constituem o objeto de pesquisa para esta perspectiva discursiva (MAINGUENEAU, 2008). Dentre os inúmeros discursos e textos em contato entre si e, portanto, passíveis de consideração (o campo discursivo, em termos de Dominique Maingueneau), coloca-se a questão de afinal quais deles serão escrutinados. É preciso delimitar o espaço discursivo dentro do qual as relações interdiscursivas serão aferidas. Dado o objetivo da pesquisa de rejeitar ou não a hipótese do contrapoder por intermédio das relações interdiscursivas entre a imprensa e o poder político, houve a seleção de dois *corpora*, sendo cada um deles representativo de uma ponta desta relação.

O primeiro conjunto de material empírico é representativo dos discursos que circulam no meio político acerca do tema, seja da Presidência e de sua base (o discurso situacionista) seja o de sua respectiva oposição. O discurso oficial dos tomadores diretos de decisão é apreendido por posicionamentos e notas oficiais da Presidência e do Ministério de Relações Exteriores diretamente relacionados à participação da Venezuela no MERCOSUL. Como será apresentado adiante no Quadro 01, considera-se uma

mensagem presidencial ao Congresso Nacional, na qual o Protocolo de Adesão é apresentado para avaliação parlamentar, e quatro manifestações posteriores do Ministério de Relações Exteriores por intermédio de notas oficiais. Notas relacionadas a quaisquer outros temas do MERCOSUL e aqueles focados exclusivamente na situação política doméstica venezuelana (sem foco às possíveis implicações disto para o bloco) foram desconsideradas a fim de manter um conjunto de materiais coerente e conciso acerca da trajetória venezuelana no MERCOSUL.

Para a apreensão dos discursos do meio político em geral, selecionou-se o conjunto de pareceres, requerimentos e projetos de lei apresentados em debates e votações nas duas casas legislativas (durante a tramitação do Protocolo de Adesão, por exemplo) sobre a Venezuela no MERCOSUL. Assim como no caso das manifestações oficiais dos formuladores e executores da política externa, restringiu-se a seleção aos materiais focados na participação de Caracas no MERCOSUL. Além do fato de o tópico haver sido um raro exemplo de objeto de política externa alvo de debate no Congresso Nacional, esta escolha se justifica por possibilitar a contraposição de discursos distintos em termos de posicionamento e estratégias discursivas, mas ao mesmo tempo semelhantes em termos de formato. Isto permite a comparação adequada destes discursos entre si. Por fim, estes são textos de natureza essencialmente argumentativa, o que os torna comparáveis também com os editoriais de imprensa, os quais são os grandes exemplares do gênero midiático argumentativo ou opinativo.

A relação completa do total de 17 textos considerados na análise segue abaixo em ordem cronológica, contendo uma breve descrição, a autoria, a data cada um deles:

Quadro 03 – *Corpus 1*: discursos políticos

Documento	Autor	Data
Mensagem 82/2007 de apresentação ao Congresso Nacional do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela	Poder Executivo	22/02/2007
Relatório da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Doutor Rosinha (PT/PR), Deputado Federal	21/08/2007
Relatório da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados	Paulo Maluf (PP/SP), Deputado Federal	13/11/2007

Relatório da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL	Doutor Rosinha (PT/PR), Deputado Federal	12/03/2009
Voto em separado ao relatório da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL	Cláudio Diaz (PSDB/RS), Deputado Federal	12/03/2009
Relatório da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador	29/09/2009
Voto em separado ao relatório da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Romero Jucá (PMDB/RR), Senador	28/10/2009
Projeto de Lei 464/2015	Raul Jungmann (PPS/PE), Deputado Federal	25/02/2015
Requerimento 531/2016	Ana Amélia (PP/RS), Senadora	07/07/2016
Requerimento 601/2016	José Aníbal (PSDB/SP), Senador	10/08/2016
Nota 296 “Estado da Implementação do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL”	Ministério das Relações Exteriores	13/08/2016
Requerimento 31/2016	Humberto Costa (PT/PE), senador	16/08/2016
Requerimento 164/2016	Carlos Zarattini (PT/SP), deputado federal	19/08/2016
Nota 337 sobre a aprovação da "Declaração Relativa ao Funcionamento do Mercosul e ao Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela"	José Serra, Ministro das Relações Exteriores	13/09/2016
Requerimento 169/2016	Carlos Zarattini (PT/SP), deputado federal	19/09/2016
Nota 255 “Decisão sobre a suspensão da República Bolivariana da Venezuela do Mercosul em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul”	Ministério das Relações Exteriores	05/08/2017
Nota 262 “Venezuela: o Mercosul rejeita o uso da força para restabelecer a ordem democrática”	Ministério das Relações Exteriores	12/08/2017

Fonte: endereços eletrônicos da Câmara dos Deputados, Ministério de Relações Exteriores e Senado Federal. Elaborado pelo autor.

O segundo *corpus*, por sua vez, é pensado a representar o posicionamento da grande imprensa brasileira. É constituído por todos os editoriais publicados pelos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* focados especificamente no papel da

Venezuela no MERCOSUL entre 2006 e 2017, período no qual os periódicos se dedicaram ao tema. Como adiantado, elegeu-se para isso a análise do gênero editorial. Tal escolha se justifica pelo propósito da pesquisa de avaliar a relação entre a imprensa enquanto ator político diante dos governos e das distintas ideologias em conflito. Como atestado no primeiro capítulo, a literatura aponta que é o editorial o gênero pelo qual meio de comunicação se dirige aos governos e às lideranças políticas e econômicas (diferentemente das notícias, de cunho informativo que se voltam essencialmente ao público leitor geral), fazendo dele o texto adequado para esta proposta. Ademais, seu número reduzido em quantidade permite que o *corpus* seja analisado enunciativamente na sua integralidade. No que se refere à seleção dos jornais, optou-se por *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* por possuírem as maiores circulações pagas do Brasil (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS, 2015) e por serem veículos de expressão nacional.

Como observado no Quadro 04, houve a seleção de 20 editoriais, os quais seguem ordenados por jornal e cronologia, nesta ordem. Constam seus títulos, autorias, datas de publicação bem como as referências pelas quais cada texto será denominado ao longo do capítulo.

Quadro 04 – *Corpus* 2: editoriais por jornal

Editorial	Jornal	Data	Referência
Pés de barro	Folha de S. Paulo	06/07/2006	F1
A última de Chávez	Folha de S. Paulo	05/07/2007	F2
O melhor é dizer não	Folha de S. Paulo	25/11/2007	F3
Convite ao tumulto	Folha de S. Paulo	30/10/2009	F4
Sem rumo no Mercosul	Folha de S. Paulo	02/08/2012	F5
Impasse no Mercosul	Folha de S. Paulo	12/07/2016	F6
Novo tom do Mercosul	Folha de S. Paulo	16/09/2016	F7
Democracia não é	Folha de S. Paulo	01/04/2017	F8
O Mercosul bolivariano	O Estado de S. Paulo	05/05/2009	E1
O desmonte do Mercosul	O Estado de S. Paulo	06/07/2012	E2
Um claro não a Maduro	O Estado de S. Paulo	16/08/2016	E3
Mercosul livre de Maduro	O Estado de S. Paulo	15/09/2016	E4
Uma chance para o Mercosul	O Estado de S. Paulo	21/10/2016	E5

A Venezuela e o Mercosul	O Estado de S. Paulo	03/12/2016	E6
Mercosul pune Maduro	O Estado de S. Paulo	08/08/2017	E7
Hora inadequada	O Globo	28/07/2006	G1
Desagregador	O Globo	04/05/2009	G2
Venezuela entra pela janela do Mercosul	O Globo	31/07/2012	G3
Brasil e Argentina aumentam pressão sobre Maduro	O Globo	07/07/2016	G4
Mercosul deve mesmo pressionar a Venezuela	O Globo	21/07/2016	G5

Fonte: endereços eletrônicos dos jornais mencionados e Biblioteca do Senado. Elaborado pelo autor.

Para a linha de Análise do Discurso aqui proposta, o tratamento da superfície linguística é a primeira etapa da análise discursiva. Trabalhar a materialidade linguística é verificar como o discurso se textualiza, o que mostra em sua sintaxe, permitindo transformar a superfície linguística em objeto discursivo (ORLANDI, 2009). Desta forma, o conjunto de materiais coletados será analisado com o auxílio das ferramentas metodológicas fornecidas pela Linguística Textual, que como mencionado no capítulo teórico, foi um componente importante do desenvolvimento da Análise do Discurso enquanto disciplina. Existem diversas ferramentas, categorias e recortes possíveis em uma análise deste tipo. Priorizou-se aqui um recorte particularmente preocupado com a estrutura ou a escolhas de organização dos discursos, de maneira a incorrer em uma análise do *corpus* que permita a apreensão do fenômeno interdiscursivo e uma visão crítica ampla, o que é menos possível em análises sintáticas focadas em frases particulares e enunciações isoladas.

É o exame abrangente das estruturas discursivas que melhor abarca, portanto, a proposta de colocar os discursos políticos e editoriais em relação e assim operacionalizar importantes conceitos já apresentados como interdiscurso, o esquecimento e as formas de constituição dos discursos. Neste quadro, a estrutura mais pertinente a ser considerada é a argumentativa. Este é o traço comum entre os textos considerados: seja os pareceres legislativos e as justificações de projetos de lei e requerimentos, seja os editoriais, o objetivo é o de estabelecer uma verdade por intermédio da colocação de argumentos em favor de suas teses e em refutação àquelas concorrentes.

Patrick Charaudeau (2008) interpreta o ato de comunicação como um dispositivo do qual fazem parte os modos de organização dos discursos, entendidos como os princípios

de organização da matéria linguística para cada finalidade comunicativa. No caso da finalidade argumentativa, o autor (2008) entende que ela se baseia na existência de uma relação triangular entre um sujeito argumentante (que desenvolve o raciocínio), sua proposta sobre o mundo (que provoque um questionamento sobre a legitimidade da proposta de outrem) e um sujeito alvo. O ato argumentativo teria, nas palavras dele, a dupla finalidade de buscar a racionalidade e a influência. A busca da racionalidade tem a ver com o estabelecimento de uma verdade, ou seja, algo verossímil segundo as representações socioculturais compartilhadas por determinado grupo²⁹. Apesar da consciência da relatividade do que é verdadeiro, o sujeito argumentante joga e pleiteia a universalidade de suas próprias explicações. A busca pela influência já diz respeito ao compartilhamento de propostas para que o sujeito alvo as adira.

Jean-Michel Adam (2008), mais preocupado com as questões específicas de ordem linguísticas, compartilha deste quadro de pensamento e propõe uma esquematização enxuta e útil da estrutura argumentativa. Do ponto de vista linguístico-textual, sequências³⁰ argumentativas são marcadas por movimentos de demonstração de uma tese e refutação de outra em que procedimentos argumentativos conectam dados, premissas e fatos a alguma asserção conclusiva. Sequências de outras naturezas como a descritiva, a narrativa ou a explicativa eventualmente surgem como suporte à sequência argumentativa dominante. Haveria na sequência argumentativa três componentes fundamentais: a Tese Anterior, os Dados e Fatos e a Conclusão ou Tese, os quais interagem como ilustrado na figura adiante. A Tese Anterior trata de uma ideia com a qual o texto dialoga e que permite o início da argumentação pela sua refutação. Dados e Fatos se tratam da natureza de elementos invocados para sustentar a refutação à Tese Anterior e a asserção da sua Conclusão própria, sendo esta asserção (ou o conjunto delas) fundamental que o discurso visa impor.

²⁹ Isto se conecta à temática da ideologia e das respectivas formações discursivas abordadas no capítulo teórico. São as ideologias, mediadoras na integração de grupos pelos seus arranjos de atribuição de sentido a eventos e conceitos, que estabelecem os parâmetros do que deve e pode ser dito e não dito (a formação discursiva). Evidencia-se aqui a compatibilidade entre a base teórica da Análise do Discurso e a proposta de análise a partir de ferramentas da Linguística Textual.

³⁰ Sequências são agrupamentos de enunciados que, a depender de suas características e funções, podem ser de natureza descritiva, narrativa, argumentativa, explicativa ou dialogal. Combinações entre elas são possíveis (ADAM, 2008).

Figura 01 – A estrutura da sequência argumentativa

*Tese Anterior + Dados e Fatos (sustentados por argumentação) → **Portanto** → Conclusão/Tese*

Fonte: elaboração própria baseada em Adam (2008).

O esquema acima será um guia para a apreensão e comparação das argumentações mobilizadas pelos discursos em seus respectivos textos. É pela estrutura da sequência argumentativa e de seus três componentes que serão analisados, de forma individual e, certamente, comparada. Analisa-se pelas sequências uma vez que elas regem textos selecionados e, portanto, outras sequências (a narrativa e a descritiva) ou elementos linguísticos de outra ordem (expressões como conectores, organizadores textuais, marcadores de tempo) surgem submetidos à lógica argumentativa e têm por função sustentá-la. A observação da estrutura sequencial como um todo permitirá o exame organizado dos posicionamentos substantivos e da evolução de posicionamentos entre os jornais analisados sobre os dois conjuntos de eventos marcantes da trajetória da Venezuela pelo MERCOSUL.

O capítulo prosseguirá discutindo, primeiramente, os discursos políticos oponentes em um primeiro momento da trajetória venezuelana no MERCOSUL, que se estende de 2007 a 2012. Este se distingue por duas características principais: o evento central do debate é o processo de ingresso no bloco (ocorrido no período mencionado acima) e a posição oficial brasileira era essencialmente favorável a Caracas. Em seguida, discutem-se os discursos políticos de um segundo momento, cujos principais eventos ocorreram de 2015 a 2017, qual seja a imposição de sanções contra Caracas no âmbito do bloco (como o impedimento de que assumisse sua presidência rotativa e a posterior suspensão pela não incorporação de normas do bloco e descumprimento da cláusula democrática). Este segundo momento se distingue do primeiro não apenas pelo evento central em debate, mas ainda porque a posição oficial brasileira transita de apoio para a oposição à Venezuela. Após a verificação de quais ideologias sobre o MERCOSUL pautam cada polo do embate discursivo, parte-se, então, para o discurso editorial e as conclusões acerca dos discursos de ambos os momentos serão colocadas em relação de forma a discutir a hipótese do contrapoder da imprensa neste caso de política externa.

3.1. Os discursos políticos sobre a trajetória venezuelana no MERCOSUL

Como detalhado no capítulo anterior, a entrada venezuelana no MERCOSUL contou com o suporte oficial do governo brasileiro a princípio, mas isso não se traduziu em consenso no mundo político acerca do tema. Diferentes ideologias entraram em forte conflito neste tema. Tais ideologias assujeitaram (como diria Pêcheux) distintos atores do debate à época, que se marcou pela forte clivagem partidária. Isto é perceptível pelo exame dos discursos correntes no período de 2006 a 2012, quando o processo se iniciou e finalizou (a ratificação do Protocolo de Adesão pelo Brasil ao menos), e também naqueles recentes sobre as sanções à Venezuela. Analisar este embate ilumina o discurso editorial e viabiliza sua localização e papel no espaço discursivo. Os discursos nos dois momentos de conjuntura serão revisados e, posteriormente, serão sistematizados para a determinação de qual ideologia sobre o MERCOSUL eles se filiam. O ponto de partida fundamental nesta análise será o discurso patrocinado pelos tomadores de decisão no início da conturbada admissão da Venezuela pelo Congresso Nacional, que se deu como a seguir.

3.1.1. Os termos do apoio brasileiro a Caracas

O primeiro elemento de materialidade linguística do discurso governista digno de nota para o episódio em consideração é aquele que inaugura o debate político no Congresso Nacional, qual seja a Mensagem Presidencial 82/2007, na qual o Executivo submete à apreciação legislativa o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL. Este documento é particularmente relevante por conter a exposição do posicionamento e das justificativas oficiais governistas, mas principalmente: é o discurso nele encarnado que servirá de ponto de partida para os demais discursos políticos e, inclusive, os próprios discursos editoriais. Na estrutura proposta por Adam (2008) para a análise das argumentações, é esta a Tese Anterior a ser chancelada ou refutada, ao passo que, discursivamente, é um discurso chave na heterogeneidade seja constitutiva seja mostrada, nas palavras de Jacqueline Authier-Revuz (1984; 2004).

A Mensagem Presidencial 82, apresentada à Câmara dos Deputados em 26 de janeiro de 2007, é composta por uma série de documentos referentes ao ingresso venezuelano (como normas do bloco e o próprio Protocolo de Adesão). Destaca-se entre estes a Exposição de Motivos 00453 do Ministério das Relações Exteriores em que se apresenta o posicionamento oficial brasileiro no tema. Apesar de sintético, é um documento

revelador para a compreensão do cerne deste discurso, nomeadamente, a oportunidade apresentada ao Brasil na esfera econômica e o fortalecimento do MERCOSUL a partir de uma perspectiva de superação dos preceitos tradicionais do regionalismo aberto. Como se mostrará, são dois elementos centrais e persistentes deste discurso, que a todo o momento serão mobilizados.

Em relação ao aspecto econômico, o primeiro elemento invocado, a Exposição de Motivos enfatiza a magnitude a ser atingida pelo MERCOSUL com a incorporação da Venezuela. O bloco atingiria um novo patamar em termos de população, extensão geográfica, volume de transações comerciais e PIB (de aproximadamente 76% da América do Sul). Isto além da consolidação do bloco enquanto grande produtor mundial de alimentos, energia e manufaturados. A importância venezuelana ainda se daria em uma dimensão não puramente econômica, uma vez que o adensamento das relações e a extensão do MERCOSUL à região setentrional do continente são colocados como um novo passo em direção ao desenvolvimento integral dos países membros por intermédio do enfrentamento à pobreza e à exclusão social (PODER EXECUTIVO, 2007).

Este elemento é ilustrativo das ideologias correntes de integração regional e, em realidade, não é inesperado à luz da dimensão contextual do espaço discursivo em análise, abordada no capítulo anterior. Este informa que a ascensão de Lula à presidência trouxe consigo a superação do conjunto de valores e prioridades do tradicional regionalismo aberto. É uma nova formação discursiva que se impõe sobre o discurso oficial, reajustando os limites do dizível no sentido de provocar a emergência de preocupações mais abrangentes como o desenvolvimento social e redução de desigualdades em detrimento da consideração de critérios econômicos e comerciais (a instalação do chamado regionalismo pós-hegemônico, para a literatura de Relações Internacionais). Mesmo que seja uma manifestação já esperada pelo discurso governista à época, é digna de nota em razão do embate ideológico que se travará tanto internamente ao poder político quanto deste em relação ao discurso editorial, como se discutirá posteriormente. Este de forma alguma será um ponto pacífico nas relações interdiscursivas em análise.

Feito o breve alerta digressivo sobre a importância destas formações discursivas em conflito, vale notar que o discurso oficial materializado na Mensagem Presidencial 82/2007 é reforçado e sofisticado pela então base parlamentar governista no Congresso. O relatório do deputado federal Paulo Maluf (PP/SP), cujo partido compunha a coalizão

do presidente, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados (CCJ) é a primeira manifestação governista oficial no Congresso Nacional. O parecer, favorável à aprovação do Protocolo de Adesão, incorpora a si os dizeres da Exposição de Motivos apresentada anteriormente e disto constrói sua própria complementação ao argumento. Interessante notar que, mesmo com um perfil pessoal e partidário mais conservador que a média dos demais partidos da base e do próprio PT, o debate ocorreu de forma partidária o suficiente a ponto de superar este obstáculo, fazendo o discurso governista encontrar em Maluf um porta-voz. Como apontado pelo acúmulo de literatura acerca deste episódio, a lógica de governo e oposição foi determinante neste processo legislativo.

Em razão do mencionado acima, a reprodução do discurso oficial pelo deputado se efetivou, mas de forma parcial. Maluf aceita sem questionamentos os alegados benefícios econômicos da integração venezuelana, porém demonstra preocupação com a qualidade democrática de Caracas, desconsiderando o então mandatário Hugo Chávez como interlocutor de confiança. Predomina, no entanto, a posição governista e a estratégia argumentativa mobilizada para isso é a de distinguir a Venezuela enquanto nação e governo. Isto permite o convívio da desqualificação política do presidente e da recomendação favorável ao Protocolo de Adesão, uma que vez que o ingresso do país no bloco passa a ser enquadrado como um gesto à nação venezuelana, descrita como amiga e bem-quista. Ressalta-se que o governo chavista é passageiro, ao passo que a nação venezuelana não o é. A opção estratégica e de longo prazo, portanto, seria a admissão de Caracas como o novo membro.

Tal recurso à diferenciação entre um governo venezuelano passageiro e uma nação venezuelana permanente é persistente no discurso governista, mesmo quando manifestado por agentes mais comprometidos à ideologia do governo, como o deputado federal Doutor Rosinha (PT/PR). Em parecer favorável ao Protocolo de Adesão apresentado à Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL e, posteriormente, reapresentado ao Senado Federal, este deputado inicia suas colocações esclarecendo que, “em primeiro lugar”, dever-se-ia notar que acordos internacionais são celebrados com vista ao longo prazo. Governos seriam apenas circunstanciais em processos de natureza diplomática e estratégica: com isso é estabelecido como ponto de partida que quem adere ao MERCOSUL não é o governo venezuelano, mas sim a

Venezuela. Isto é uma reação, como se verá adiante, aos duros questionamentos das forças políticas opositores sobre o caráter democrático do governo em Caracas naquele período. Ainda que utilize um recurso argumentativo para se desvencilhar do polêmico chavismo, Doutor Rosinha enquadra as questões democráticas venezuelanas no campo das possibilidades, e não das constatações factuais.

O deputado complementa afirmando que a aproximação entre Brasil e Venezuela é resultado de uma duradoura iniciativa histórica que perpassou governos de distintos matizes políticos em ambos os países. O deputado recorre a uma reconstrução histórica do relacionamento bilateral a fim de sustentar este ponto. Afirma-se, assim, o primeiro elemento do discurso oficial notado na Exposição de Motivos, que é a integração justificada por seus benefícios econômicos para o Brasil em razão da complementaridade das economias. As colocações do deputado ainda vão além da presidencial e aportam novas estatísticas em suporte a esta ideia, como os projetos de empresas brasileiras em curso na Venezuela e a pauta exportadora nacional marcada por produtos manufaturados. Negar a relevância da economia venezuelana seria uma posição não objetiva e resultante da condução de um debate distorcido por intervenientes ideológicos por parte das correntes opositoras. Note-se aqui a referência pejorativa à ideologia, que retorna ao debate a todo instante.

O terceiro documento importante a ser mencionado é o voto em separado do senador Romero Jucá (PMDB/RR) na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, voto este responsável pela aprovação final do Protocolo de Adesão no Congresso Nacional. Os principais elementos do discurso oficial novamente se estruturam, mas agora por intermédio de Jucá. Assim como Doutor Rosinha, o senador opta como ponto de partida a distinção do que chama de ótica de Estado daquela de governo e rechaça o debate partidarizado. A avaliação do Protocolo de Adesão, desta forma, seria menos um debate de política interna que dos interesses estratégicos brasileiros no longo-prazo. Acusa os detratores da Venezuela de apenas serem politicamente motivados e afirma a existência de uma campanha de desinformação contra o país caribenho. O senador em três diferentes ocasiões critica a imprensa e clama que ela não seja fonte única de informações para o debate, já que ela difundiria informações tendenciosas do tema. Não somente a imprensa brasileira é alvo de desconsideração:

também os grandes veículos de comunicação venezuelanos são mencionados, como a RCTV, caso que perturbou a tramitação do Protocolo de Adesão no Congresso Nacional.

Jucá reivindica a priorização do debate acerca dos interesses nacionais em termos comerciais, empresariais e financeiros. O governo Chávez seria o promotor de iniciativas de diversificação econômica potencialmente benéficas ao Brasil, particularmente para as regiões norte e nordeste (note-se que Jucá é senador por Roraima, o estado de contato mais próximo com o país vizinho). Uma negativa parlamentar a Caracas é colocada como uma grande oportunidade perdida. O senador admitiu que o MERCOSUL vivesse um período de crise, porém não defendeu que a melhor alternativa para o problema fosse o aprofundamento e correção da integração já existente. O alargamento do bloco com a entrada da Venezuela seria a chance de compensar as dificuldades do grupo pela ampliação de mercado aos países já membros. Isto seria especialmente verdadeiro no caso da integração energética, a qual não poderia prescindir do potencial venezuelano.

Em termos da estrutura de sequências narrativas proposta por Adam (2008), nota-se que o discurso analisado se reafirma constantemente a depender do agente que o vocaliza. No caso dos parlamentares, a reafirmação ocorreu pela retomada da Mensagem Presidencial 82/2007, como uma Tese Anterior, e sua complementação a partir da incorporação de novos Dados e Fatos, como as estatísticas e dados do potencial econômico venezuelano de integração. Chega-se, assim à reafirmação da Tese. Em suma, esta é favorável à admissão venezuelana ao MERCOSUL e é estruturada em torno de três elementos fundamentais.

O primeiro deles é a defesa das consequências econômicas positivas da iniciativa para o Brasil em decorrência do tamanho da economia venezuelana e sua complementaridade em relação à brasileira, seu potencial no setor energético e a perspectiva de ampliação do superávit comercial nacional, especialmente em produtos manufaturados. Refutar tais benefícios seria ideologizado e pouco racional. O segundo elemento é a atribuição de valores à integração regional não necessariamente vinculados a aspectos econômico-comerciais. A Mensagem Presidencial 82/2007 incorpora valores como desenvolvimento social, típicos de uma noção de regionalismo diferente àquela do regionalismo aberto vigente à época da fundação do MERCOSUL, ao passo que os parlamentares governistas enfatizam também os desenvolvimentos históricos da aproximação entre Brasil e Venezuela. Por fim, um terceiro e fundamental elemento é o recurso discursivo para

diferenciar o governo e o Estado venezuelanos, de maneira a neutralizar questionamentos acerca da qualidade democrática chavista e estabelecer o longo prazo como parâmetro de avaliação da participação do país no MERCOSUL.

3.1.2. Divergência e acusação ideológica

O episódio do ingresso da Venezuela ao MERCOSUL foi um dos temas de política externa brasileira mais controversos e política-ideologicamente polarizados nos últimos anos, se não houver sido o mais polarizado de todos. Discursivamente, isto significa dizer que há uma clara relação de conflito entre formações discursivas e suas respectivas ideologias. Diante disto, analisa-se agora o discurso oponente, participante integral do intenso fogo cruzado experimentado pelo Congresso Nacional entre 2007 e 2012.

O primeiro indício selecionado da materialidade linguística deste discurso concorrente é um voto em separado àquele parecer assinado pelo deputado federal Doutor Rosinha (PT/PR) na Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL, elaborado pelo também deputado federal Cláudio Diaz (PSDB/RS). O parlamentar inicia sua argumentação descrevendo a Mensagem Presidencial 82/2007 e o voto de Doutor Rosinha, reconhecendo a validade do estreitamento de relações com a Venezuela como forma de fortalecimento do MERCOSUL e o benefício da iniciativa para os estados do norte brasileiro. A partir desta Tese Anterior, contudo, Diaz alerta que a aprovação do Protocolo de Adesão é questionável em razão da forma como era conduzida e das circunstâncias de tal decisão.

Em relação à condução do processo de adesão, o discurso mobiliza um elemento novo, não desenvolvido pelo discurso governista: seus aspectos técnicos. O texto de Diaz afirma que os termos do Protocolo de Adesão não vinham sendo devidamente observados, como a inobservância do prazo máximo para a conclusão dos trabalhos do grupo intergovernamental responsável pela negociação dos compromissos assumidos pelas partes. A Venezuela assumiria a condição de membro pleno do MERCOSUL sem que todos seus compromissos a ser cumpridos estivessem devidamente definidos. As negociações caminhariam de maneira insatisfatória e definições essenciais para que se realizasse uma adequada avaliação sobre as pretensões venezuelanas como membro do bloco seguiam inconclusas. O deputado ainda acusa o Executivo de não submeter aos parlamentares a lista de exceções e o cronograma de implementação da TEC pela

Venezuela. Caso o Protocolo de Adesão fosse aprovado e Caracas não se disponibilizasse a atender satisfatoriamente os compromissos comuns, como o Congresso Nacional se pronunciaria? Apenas esclarecidas estas pendências possibilitaria uma aprovação prudente da adesão. A avaliação pela ótica histórica, mobilizada pelo discurso governista, não considera “o que realmente importa: como se darão as relações econômicas entre a Venezuela e o MERCOSUL” (DIAZ, 2009, p. 22). Isto sugere uma concepção distinta de regionalismo em comparação ao discurso governista recém-analisado.

As circunstâncias do processo de adesão, por sua vez, dizem respeito a outro elemento estruturante do discurso político de oposição, qual seja a política doméstica venezuelana sob Chávez. O discurso se ancora nas disposições sobre os compromissos à democracia do bloco a fim de trazer ao primeiro plano os desenvolvimentos políticos polêmicos na Venezuela. O deputado vê com “apreensão” o estado político interno no país, uma vez que as decisões seriam tomadas “o sabor das vontades de seu dirigente máximo” (DIAZ, 2009, p. 26), sendo as instituições e mesmo as eleições periódicas apenas instrumentos de reafirmação de um governo democraticamente questionável.

O caso da cassação de licença da RCTV é invocado como exemplo da deterioração da liberdade de imprensa no país. As medidas políticas de Chávez ainda o invalidam como parceiro confiável, sobretudo no que diz respeito ao atendimento de contratos internacionais, citando o exemplo de rompimentos de acordos entre o Estado venezuelano e companhias estrangeiras. Importante notar aqui que, além da estratégia de responsabilização de Chávez pelo desarranjo institucional interno, Diaz opta por se referir a ele como “senhor” ou “dirigente máximo”, negando-lhe a referência de presidente, o que reforça a estratégia discursiva de desqualificação de Chávez e questionamento da legitimidade de sua gestão.

Os grandes elementos do discurso incorporado por Diaz se repetem e se aprofundam na outra principal evidência empírica considerada, o voto vencido do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal. O primeiro exemplo é a mesma responsabilização a Chávez feita por Claudio Diaz. O senador, porém, enquadra seu argumento diferentemente.

Jereissati se apropria da divisão utilizada pelo discurso governista entre o governo chavista e o Estado venezuelano, mas a utiliza para colocar o governo Chávez em uma

perspectiva ainda mais negativa. O presidente venezuelano é descrito como uma figura divisora e radical, que propõe “a destruição da democracia e implantação de um regime autoritário” no país (JEREISSATI, 2009, p. 20). Haveria ocorrido um desmonte do Legislativo, Judiciário e do processo eleitoral, citando evidências factuais divulgadas pela grande imprensa e em relatórios da Organização dos Estados Americanos (OEA)³¹. A Venezuela estaria subordinada à “personalidade” de Chávez, o que compromete não somente a democracia, mas ainda a segurança de que os acordos firmados sejam respeitados. Este é um problema político interno do país, cujos efeitos, diferentemente do que posto pelo discurso governista, não seriam restritos à Venezuela. O comprometimento do Estado venezuelano pelo chavismo é tal que compromete os benefícios econômicos de longo prazo, invalidando-os como justificativa suficiente à aprovação do Protocolo de Adesão. O senador salienta a avaliação pelo critério democrático a partir do enquadramento da integração regional como um projeto possuidor de dimensões sociais e políticas.

É interessante notar no discurso oposicionista que as faces sociais e políticas do MERCOSUL são invocadas a fim de justificar a desqualificação democrática da Venezuela chavista como critério de desaprovação do Protocolo de Adesão, e não nos termos do discurso governista de desenvolvimento social e ganho geopolítico. É neste aspecto que os preceitos do regionalismo aberto se materializam linguisticamente no texto. O regionalismo aberto enquanto comprometimento com a democracia é colocado como um dos componentes da identidade do MERCOSUL em seu nascimento. O desenvolvimento social e a redução de desigualdades não chegam a ser abordados. Já o segundo componente é outro fator central no regionalismo aberto, que é o livre comércio. O senador chega a mencionar em outro ponto da argumentação que o problema primordial do MERCOSUL à época era a estagnação do livre comércio e da TEC. O discurso textualizado por Jereissati reforça, logo, prioridades em integração regional de nuance distinta àquela do discurso governista.

³¹ Nota-se que a OEA tem se posicionado de forma bastante crítica em relação ao governo venezuelano, denunciando a deterioração política, econômica e humanitária no país. O posicionamento da organização inclusive levou o presidente Nicolás Maduro a anunciar a retirada da Venezuela da organização em abril de 2017. Em termos de heterogeneidade discursiva, a incorporação do discurso da OEA é reveladora do posicionamento e dos objetivos do discurso oposicionista analisado.

Arelado à crítica pelos critérios políticos está outro elemento estruturante deste discurso que já havia se manifestado por Diaz, que é a acusação ideológica contra o discurso governista. Uma das primeiras colocações de Jereissati em sua análise é a de que seu relatório se tratava de decisão técnica fundamentada por uma “visão racional e desapaixonada do problema” (JEREISSATI, 2009, p. 7), atribuindo ao campo oponente a pecha de discurso ideologicamente distorcido e menos racional. O Executivo haveria politicamente fixado os critérios para o ajustamento de Caracas ao MERCOSUL, tanto que as negociações técnicas dos grupos de trabalho previstos no Protocolo de Adesão seguiriam de forma bastante insatisfatória, além da falta de documentos no dossiê apresentado pelo Executivo na Mensagem Presidencial 82/2007. O governo Lula é acusado de romper com a tradição pragmática e ciosa do interesse nacional por parte da política externa brasileira, adotando um perigoso e “inédito engajamento ideológico” com a Venezuela (JEREISSATI, 2009, p. 25).

Mesmo após aprovado o Protocolo de Adesão, a oposição parlamentar não deixou de reafirmar seu discurso, como, por exemplo, pelo Projeto de Lei 464/2015 de autoria do deputado federal Raul Jungmann (PPS/PE) pela suspensão dos efeitos do Protocolo. Jungmann mobiliza o episódio da prisão do prefeito metropolitano de Caracas Antonio Ledezma, considerada arbitrária, como ilustração das violações democráticas e humanitárias do governo venezuelano (já sob Nicolás Maduro, sucessor e herdeiro político do então falecido Hugo Chávez). Assim como Jereissati, o discurso governista é aqui novamente refutado com base no que seriam as tradições diplomáticas brasileiras. Jungmann desaprova o silêncio brasileiro acrítico e conivente a respeito da situação interna no vizinho, colocando que a defesa regional por valores democráticos é parte da identidade diplomática nacional. Incorpora-se à constituição do discurso, em um sinal de heterogeneidade mostrada, a própria Constituição Federal, segundo a qual os direitos humanos são fator a reger as relações internacionais do Brasil, e igualmente o Protocolo de Ushuaia (JUNGMANN, 2015).

Verifica-se, em resumo, que o discurso oposicionista é heterogeneamente constituído a partir da incorporação crítica do discurso governista (a Tese Anterior), sobre o qual Dados e Fatos adicionais são incorporados de forma a construir a própria Tese sobre o equívoco de se admitir a entrada da Venezuela no MERCOSUL. Estrutura-se tal Tese pela introdução de Dados e Fatos relacionados à política doméstica venezuelana,

argumentando no sentido de desqualificar o governo em Caracas como democrático (cita-se o exemplo da não renovação de licença da RCTV, por exemplo) e, importante notar, invalidar os Dados e Fatos do discurso governista acerca dos benefícios econômicos da participação venezuelana.

Incorpora-se também o elemento das negociações técnicas insatisfatórias, que teriam resultado em um cenário no qual o Congresso Nacional não disporia de subsídios suficientes a fim de conduzir uma análise adequada do processo, além de comprometer a confiança de que Caracas assumiria e acataria seus devidos compromissos. Um último recurso fundamental mobilizado pelo discurso oposicionista é a refutação do argumento governista pela acusação ideológica. Atribui-se à “ideologia” uma carga semântica típica do sentido comum, de tom pejorativo de algo deturpador da realidade e necessariamente contrário à racionalidade e ao pragmatismo da tradicional política externa brasileira.

3.1.3. O jogo se inverte no discurso oficial

O discurso oposicionista permanece no debate e, na verdade, reposiciona-se com mais proeminência após o fim das administrações petistas na medida em que assume o lugar de discurso oficial da posição brasileira. Como apontado no capítulo anterior, o caso da trajetória venezuelana no MERCOSUL é interessante para o propósito da presente análise discursiva justamente porque houve a troca de governo e uma consequente mudança no discurso oficial. Estando a entrada venezuelana finalizada no Congresso Nacional anos antes da troca de governo no Brasil em 31 de agosto de 2016 com a conclusão do processo de retirada da presidente petista Dilma Rousseff, os discursos polarizados dedicados à Venezuela se concentraram em dois outros episódios de sua participação no MERCOSUL, quais sejam a impedimento de que Caracas assumisse a presidência rotativa do bloco e sua posterior suspensão pela alegada não incorporação de normas e descumprimento do Protocolo de Ushuaia. Examina-se neste momento como o até então discurso oposicionista se manifestou ao assumir a posição de novo discurso oficial.

A reversão do discurso oficial brasileiro para a Venezuela foi uma das primeiras e mais simbólicas medidas de demonstração da nova orientação externa de Brasília por parte da administração Michel Temer e seu chanceler José Serra. Apenas duas semanas após a posse do novo governo, o Ministério de Relações Exteriores publicou a nota 296 intitulada “Estado da Implementação do Protocolo de Adesão da Venezuela ao

MERCOSUL”, na qual o elemento técnico do discurso crítico a Venezuela (já colocado nos debates da entrada do país no bloco) retorna de forma semelhante neste momento. A nota invoca a alegada falta de incorporação das normas e acordos previstos no Protocolo de Adesão por parte de Caracas³² e alerta à possibilidade da tomada de medidas jurídicas diante disto (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2016a). Tais medidas seriam a reação a um descumprimento qualificado como unilateral, o que indica a retomada de outro elemento do antigo discurso oposicionista: a responsabilização ao governo venezuelano (que apesar da morte de Chávez é seu sucessor imediato sob Nicolás Maduro) pelas problemáticas de sua participação plena no bloco.

Este mesmo discurso é fielmente reproduzido um mês depois do alerta recém-mencionado, a 13 de setembro de 2016, quando a impossibilidade da transferência da presidência do MERCOSUL é definitivamente confirmada por declaração conjunta dos países fundadores e pela nota informativa 337 assinada pelo chanceler José Serra. A novidade aportada neste novo documento é, em realidade, um novo alerta, qual seja a suspensão não apenas da liderança, mas também da participação futura no bloco se o cumprimento de normas não estivesse concluído até o dia primeiro de dezembro daquele ano (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2016b). Não se modificou apenas o discurso para a Venezuela, a troca de governo também se traduziu em medidas concretas, uma vez que o alerta foi cumprido e o país foi efetivamente suspenso pela primeira vez no dia 2 de dezembro de 2016.

Tais desenvolvimentos foram ratificados pelos porta-vozes deste discurso no Congresso Nacional, ou seja, a nova base governista. O Requerimento nº 601 de 2016 de autoria do senador José Aníbal (PSDB/SP), e assinada por uma série de outros senadores do PMDB, DEM, PR, PP, PSD e do próprio PSDB, inseriu na ata do plenário um voto de aplauso ao governo brasileiro e ao Ministério das Relações Exteriores pela decisão de não reconhecer a presidência temporária da Venezuela no MERCOSUL (ANÍBAL, 2016). Anteriormente naquele mesmo ano, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado já votara com sucesso uma declaração da senadora Ana Amélia Lemos (PP/RS) de preocupação com a possibilidade de transferência da liderança do

³² Especificamente o Acordo de Complementação Econômica nº 18, o Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do MERCOSUL e o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL.

bloco a Caracas enquanto persistissem as violações democráticas e humanitárias no país. Põe-se também a preocupação com o andamento das negociações de um tratado comercial com a União Europeia (UE), fazendo retornar o argumento da sobreposição das instabilidades venezuelanas aos potenciais benefícios econômicos de sua participação.

O elemento técnico do discurso incumbente em 2016, por seu turno, deu lugar no ano seguinte ao elemento político, dado que uma nova rodada de sanções a Venezuela foi imposta, só que desta vez pela sua alegada inobservância dos compromissos democráticos previstos no Protocolo de Ushuaia (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017a). Após a realização da assembleia constituinte de 2017 em um movimento de marginalização do parlamento venezuelano, os demais países membros decidiram por consultas mútuas considerar tal assembleia como uma ruptura da ordem democrática na Venezuela. Apesar de não haver referências explícitas à assembleia no documento assinado pelas partes, tal evento está implícito e é automaticamente desqualificado enquanto instrumento legítimo e democrático daquele país, e sem maiores explicações. No entanto, já se acumulava a esta altura toda uma série de questionamentos a Caracas colocados por este discurso desde os princípios da trajetória venezuelana pelo MERCOSUL. Questionamentos estes sobre um comprometimento democrático incompatível com a evolução da estratégia de integração regional.

Neste momento após a troca de governo, quando o discurso contrário à Venezuela se reafirma em seus principais elementos, como reagiu o antigo discurso governista, pró-Caracas? Nota-se que neste período o este discurso se enfraqueceu no debate político, o que se reflete na pouca quantidade de manifestações oficiais no Congresso Nacional que o encampasse bem como seu insucesso nas votações. A única ocasião em que se esboçou uma reação foi no episódio da viagem de José Serra ao Uruguai em 10 de agosto de 2016. O jornal uruguaio *El País* revelou que Montevideu haveria se incomodado com as pressões brasileiras para que o país avalizasse a não transferência da presidência do MERCOSUL à Caracas, havendo o chanceler uruguaio se queixado da tentativa brasileira de “comprar” a anuência de seu governo. O episódio gerou reações de parlamentares do PT tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

O deputado federal Carlos Zarattini (PT/SP) apresentou dois requerimentos de conteúdo quase idêntico entre agosto e setembro de 2016 na Comissão de Relações

Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados a fim de convocar Serra a prestar esclarecimentos sobre os acontecimentos no Uruguai. Justifica-se a convocação a partir da acusação de que Serra representaria um projeto de desprezo e destruição do MERCOSUL. Estratégia esta qualificada como “suicida” para a indústria nacional em razão da relevância do bloco como destino de exportações nacionais, apresentando-se dados acerca da qualidade da pauta exportadora (dominada por manufaturados). Dentro do quadro de deslegitimação do novo discurso oficial, acusa-se Serra de promover o isolamento venezuelano pelo fato de Caracas ser um obstáculo à meta de “implosão” do bloco, refutando-se os elementos de argumentação técnicos e político-democráticos como meros pretextos. Afinal, para Zarattini, sequer os países fundadores do MERCOSUL cumpririam todas as normas e sequer o governo brasileiro interino de Michel Temer não teria legitimidade democrática internamente (ZARATTINI, 2016a, 2016b). Já no Senado, o mesmo discurso (porém, de forma muito mais enxuta), é abordado em requerimento do senador Humberto Costa (PT/PE).

Em síntese, esta segunda conjuntura de inversão entre os discursos governista e oposicionista assim como favoráveis e contrários ao apoio brasileiro a Caracas, presenciou a reedição do embate discursivo e ideológico observado na ocasião da entrada venezuelana. Por um lado, o discurso pró-Caracas se manifestou de forma relativamente mais tímida (tanto em relação a si próprio no período anterior quanto em comparação ao novo discurso oficial no segundo momento), porém sem deixar de mobilizar o cerne de sua posição no debate, que é a defesa da importância da participação venezuelana no MERCOSUL e a minimização dos questionamentos democráticos colocados a Caracas. Por outro lado, o discurso de rejeição à Venezuela se tornou predominante não apenas pela maior quantidade de manifestações oficiais no Congresso Nacional, mas, principalmente, pela tomada de posição como o novo discurso oficial governista e sua consequente tradução em prática diplomática de Brasília para Caracas. A estratégia discursiva de desqualificação técnica e político-democrática do governo venezuelano segue a sustentar tal discurso. Estando os concorrentes discursos políticos descritos, parte-se, então, para a análise comparativa deste embate discursivo.

3.1.4. O embate discursivo no domínio político

A literatura existente apresenta evidências estatísticas da partidarização deste debate. A proposta desta seção foi a de aprofundar as estratégias discursivas e argumentações de

cada um dos discursos em conflito. Finaliza-se tal aprofundamento agora com uma discussão mais detida na comparação deles, o que é revelador do ponto de vistas do mapeamento e denominação das ideologias que os pautam e quais valores semânticos e simbólicos elas pretendem atribuir a conceitos como integração, regionalismo e interesse nacional.

O primeiro ponto notável de disputa se refere à natureza da integração. O elemento dos benefícios econômicos da integração e do papel venezuelano neste sentido é comum a ambos os discursos pró e contra a Venezuela, deve-se notar. No entanto, há uma diferença de nuance nas abordagens. Como esperado em vista das contribuições existentes na literatura, o discurso favorável a Caracas traz à discussão argumentos de ordem não estritamente comercial, mas também de ordem histórica e ancorados em avanços sociais. Isto é particularmente evidente na Mensagem Presidencial 82/2007 na reconstrução do relacionamento histórico entre Brasil e Venezuela por parte dos parlamentares governistas. Por outro lado, o discurso contrário explicitamente incorpora a si o regionalismo aberto, cuja tônica recai tradicionalmente no papel positivo da liberalização comercial. A face política (os compromissos previstos no Protocolo de Ushuaia) é abordada na medida em que a qualidade democrática venezuelana comprometa os benefícios econômicos, mesmo no longo prazo, rechaçando a estratégia de estabelecer uma fronteira entre um Estado venezuelano permanente e um governo chavista passageiro. Observa-se neste aspecto uma disputa ideológica pelo valor do conceito de regionalismo, a qual carrega consigo a história do desenvolvimento e do regionalismo abordada no segundo capítulo.

A estratégia de cada discurso sobre como lidar com os polêmicos governos de Chávez e Maduro é um ponto importante a ser mencionado. Enquanto o discurso pró-Caracas faz poucas menções a sua defesa explícita e opta, alternativamente, por minimizar sua importância jogando o debate para os efeitos de longo prazo, o discurso contrário responsabiliza diretamente os dirigentes venezuelanos e os explora fortemente de forma a sustentar uma postura desfavorável de Brasília para Caracas. Um marcador linguístico interessante de ser notado é o tratamento prestado a eles nos textos selecionados. Enquanto o discurso favorável os denomina como “presidente”, o discurso contrário os denomina “senhor”, desprestigiando-os e pondo em questão a legitimidade de suas lideranças. Maingueneau (2001) diria que houve da parte deste último discurso a quebra

da lei do discurso³³ da polidez, segundo a qual os interlocutores procuram preservar suas faces sem ameaçar a os outros na atividade comunicativa. A quebra desta lei pelos sujeitos é, portanto, uma estratégia discursiva de enfrentamento ao governo venezuelano.

Apegar-se à política interna da Venezuela para negar sua relevância econômica seria, para o discurso pró-Venezuela, uma distorção do debate objetivo motivado por viés ideológico, como manifestou o deputado federal Doutor Rosinha (PT/PR). Em contrapartida, um elemento central no discurso contrário é a preocupação com a politização da integração regional e a acusação de que, na verdade, seria o discurso oponente a narrativa ideologicamente influenciada. Os governos petistas são constantemente apontados como responsáveis por uma ideologização inédita e indevida na política externa brasileira, a qual haveria se afastado da racionalidade e defesa do interesse nacional que lhe era tradicionalmente característica. Interessante notar nesta disputa que a carga semântica negativa atribuída à ideologia é apropriada por ambos os discursos e utilizada como deslegitimação da narrativa adversária. O jogo de atribuição de falsidades e verdades sociais, tão presente no debate teórico do conceito de ideologia, não deixa de se colocar aqui. Curiosamente, a noção pejorativa de ideologia é a todo o momento pressuposta como estratégia na operacionalização discursiva dos dois discursos em conflito, mesmo que estes mesmos discursos sejam, em realidade, manifestações de suas próprias ideologias. Retomando o segundo capítulo, isto é o que a teoria chama de “esquecimento nº 1”, no qual o locutor ignora (até inconscientemente) ser ele próprio um sujeito interpelado pela ideologia.

Por fim, é relevante mencionar como a imprensa é referenciada em cada discurso, pois a incorporação ou rejeição deliberada deste ator político integra uma estratégia discursiva relevante para esta pesquisa em particular. O discurso pró-Venezuela demonstra bastante cautela em relação à aceitação de fatos e interpretações da grande imprensa brasileira para o debate político, colocando-a como ator não confiável. Tal receio é particularmente presente no voto do senador Romero Jucá pela aprovação do Protocolo de Adesão. O discurso contrário, por sua vez, segue o caminho oposto, incorporando relatos jornalísticos à sua fala acriticamente e, portanto, pressupondo sua

³³ As Leis do Discurso são um conjunto de normas a serem respeitadas pelos interlocutores, que além da polidez, incluem aspectos como pertinência, informatividade, exaustividade, sinceridade, entre outros (MAINGUENEAU, 2001).

adequação como fundamento para o debate. A opção dos locutores em incorporar ou não fontes jornalísticas à heterogeneidade enunciativa de seus próprios discursos já é uma pista da relação interdiscursiva travada entre cada discurso político com o discurso editorial da grande imprensa brasileira, tema que será propriamente abordado na próxima subseção.

O mapeamento dos principais elementos dos discursos políticos revela uma articulação de conceitos e porta-vozes, comuns tanto ao episódio da entrada venezuelana no bloco quanto ao das sanções, concentrada em dois polos: um favorável e outro desfavorável à Venezuela. Para fins de sistematização e qualificação do argumento discursivo colocado nesta pesquisa, é importante localizar neste momento estes dois conjuntos de conceitos nas distintas ideologias de integração regional correntes no debate acadêmico. Isto é importante de forma a claramente nomear, daqui em diante, as ideologias em disputa para o caso da participação venezuelana no MERCOSUL. As categorizações existentes na literatura sobre o pensamento integracionista no Brasil se mostram úteis para a proposta de nomeação.

Dentre elas, elegeu-se para esta pesquisa a de Malamud e Castro (2007) uma vez que sua proposta de categorização é concisa e genérica, permitindo a esta pesquisa tomar de empréstimo as denominações de uma divisão já estabelecida na discussão acadêmica (cria-se a chance, ainda, de maior aprofundamento dos rótulos propostos por aqueles autores). Outra proposta também influente de mapeamento do pensamento em integração regional é a de Saraiva (2010). Esta, no entanto, é construída sobre bases muito historicamente específicas ao mesmo tempo em que lhe falta clareza sobre as características e atores de cada linha de pensamento. Reafirma-se, assim, a proposta dos autores anteriormente citados.

Para Malamud e Castro (2007), a literatura e o debate público em torno do MERCOSUL podem ser vistos como localizados em campos. Um primeiro grupo é denominado progressista ou desenvolvimentista, cuja singularidade é a colocação de uma preocupação política com o MERCOSUL. O processo de integração regional deveria se desenvolver a partir de bases políticas com vista a operar na ordem global. A construção de identidades comuns seria importante para o desenvolvimento do bloco, bem como atenção a aspectos sociais. Ou seja, é uma linha de pensamento que, apesar de,

obviamente, não desconsiderar a dimensão comercial do MERCOSUL, pretende ir além dela. Outro grupo, por sua vez, é chamado por Malamud e Castro (2007) de pragmático ou realista, já que suas preocupações seriam essencialmente econômicas e comerciais. A política para o MERCOSUL deveria, desta forma, priorizar os benefícios econômicos para o Brasil e sua institucionalização seria bem-vinda à medida que os fomenta. O processo deveria se focar na coordenação de políticas econômicas sob interesses concretos, ao passo que uma excessiva politização seria prejudicial³⁴.

Retomando o conceito de ideologia como um arranjo esquemático e simplificador ou mapas de atribuição de sentido a conceitos sociais e políticos (FREEDEN, 2003; RICOEUR, 1977), é possível traduzir os campos de pensamento postos por Malamud e Castro (2007) como ideologias, que serão aqui denominadas como ideologia desenvolvimentista e ideologia pragmática em relação ao MERCOSUL³⁵.

Neste sentido, observa-se que os elementos discursivos mobilizados pelo discurso pró-Venezuela são particularmente pautados pela ideologia desenvolvimentista, por sua preocupação com uma integração que transcenda a dimensão comercial (e incorporação de fatores históricos e sociais) via o apoio à estratégia de alargamento do bloco. O conjunto de elementos arrolados aqui pode ser chamado daqui em diante, portanto, de discurso desenvolvimentista. Por outro lado, os elementos do discurso contrário à Venezuela são a manifestação discursiva da ideologia pragmática, focada especialmente na dimensão econômica e comercial da integração e receosa de uma suposta politização do processo integracionista. Assim, o conjunto de elementos argumentativos apropriados por esta posição será denominada como discurso pragmático daqui em diante.

³⁴ Malamud e Castro (2007) ainda mencionam um terceiro grupo composto, sobretudo, por empresários e economistas neoliberais, que advogam pelo fim do bloco ou sua estabilização como área de livre comércio e não uma união aduaneira (isso permitiria que o Brasil negociasse acordos comerciais independentemente de outros países membros). Este terceiro grupo não é considerado aqui, porque, como ficará claro, os discursos políticos selecionados não advogam pelo fim do MERCOSUL.

³⁵ O adjetivo “desenvolvimentista” na nomeação da ideologia em questão não necessariamente expressa que a sua oponente seja destituída de preocupação com o desenvolvimento, da mesma forma que a denominação “pragmática” não significa que a presente análise automaticamente qualifique a respectiva ideologia oponente como não pragmática. Esta dissertação não propõe este tipo de juízo de valor acerca das distintas ideologias, uma vez que, seguindo as premissas da Análise do Discurso, as significações de “desenvolvimento” e “pragmatismo” não são fechadas em si por serem objeto de disputa entre tais ideologias. A escolha destes adjetivos qualificadores para a apresentação de tipologias de pensamento em integração regional é uma problemática a ser debatida e aperfeiçoada pela comunidade científica, sendo utilizada aqui para esclarecer o mapeamento dos discursos desde que posto o alerta de que tais termos não devem induzir o interlocutor a inferir que uma ou outra ideologia não almeje o desenvolvimento ou o pragmatismo (o que quer que eles sejam).

Estando os discursos políticos mapeados e alocados nos campos ideológicos desenvolvimentista e pragmático, os principais pontos de conflito no caso da trajetória venezuelana pelo MERCOSUL podem ser sistematizados como no quadro abaixo:

Quadro 05 – Diferenças entre os discursos políticos sobre a participação venezuelana no MERCOSUL

Tema	Discurso desenvolvimentista	Discurso pragmático
Entrada da Venezuela no MERCOSUL	Favorável	Contrário
Sanções à Venezuela no MERCOSUL	Contrário	Favorável
Paradigma predominante	Regionalismo pós-hegemônico	Regionalismo aberto
Democracia venezuelana	Efetiva e/ou desimportante para os ganhos de longo prazo	Deteriorada e comprometedora dos ganhos de longo prazo
Dirigentes venezuelanos	Legitimados	Deslegitimados
Acusação ideológica ao discurso oponente	Negar ganhos da participação venezuelana seria ideológico	Apoio ao regime venezuelano seria ideológico
Reconhecimento à imprensa	Rechaço à incorporação do discurso jornalístico	Incorporação deliberada do discurso jornalístico

Fonte: elaboração própria.

3.2. O discurso editorial

A hipótese do contrapoder proposta nesta pesquisa trata de um posicionamento de supervisão crítica da imprensa enquanto agente político perante os incumbentes, conforme detalhado em momentos anteriores deste trabalho. A alternativa a tal posicionamento, por sua vez, seria o alinhamento da imprensa a correntes políticas particulares em detrimento da supervisão crítica. Rejeitar ou não esta hipótese para o caso da posição oficial brasileira em relação à participação da Venezuela no MERCOSUL demanda a comparação entre os discursos editoriais e os políticos (incumbentes e opositoristas). Além disso, requer uma análise do discurso editorial à luz de distintas

conjunturas políticas: a variação no discurso oficial permite a verificação sobre em que medida o discurso editorial é predominantemente pautado pela ideologia de contrapoder ou integra as manifestações discursivas das ideologias desenvolvimentista ou pragmática recém-mapeadas em integração regional.

Naturalmente, rejeitar ou não a hipótese do contrapoder implica em esperar determinados comportamentos do discurso editorial quando comparados aos diferentes discursos oficiais nas suas respectivas conjunturas, quais sejam a entrada e as sanções à Venezuela no bloco. A rejeição da hipótese implica na não verificação de posicionamento crítico do discurso editorial nas duas distintas conjunturas, demonstrando seu alinhamento particular a determinada corrente político-ideológica e sua localização como integrante de uma das ideologias mapeadas. Por outro lado, a não rejeição da hipótese implica em um discurso editorial crítico em ambas as conjunturas, revelando a predominância da ideologia da imprensa enquanto contrapoder em relação às ideologias políticas em integração regional. Estabelecido o que se espera para rejeição ou não rejeição da hipótese de pesquisa, o capítulo prossegue com o exame dos discursos editoriais na primeira conjuntura (entrada da Venezuela, quando o discurso incumbente é o desenvolvimentista) e posteriormente na segunda conjuntura (sanções à Venezuela, quando o discurso incumbente passa a ser o pragmático). Isto abrirá caminho, ao final, para discussão definitiva da hipótese.

3.2.1. Os editoriais e o discurso incumbente desenvolvimentista

O primeiro periódico a ser examinado é a *Folha de S. Paulo*, que publicou 8 editoriais entre 2007 e 2017 focados na situação da Venezuela no MERCOSUL, dos quais 5 abordam o episódio de sua entrada na primeira conjuntura. Os editoriais seguem a estrutura de sequência argumentativa citada anteriormente, apesar de não necessariamente naquela ordem. Tendo em vista os componentes da sequência (Tese Anterior; Dados e Fatos; Conclusão ou Tese), é interessante notar que as avaliações sobre as teses anteriores e parte dos argumentos são bastante estáveis ao longo dos textos, no sentido de que a todo o momento o discurso incumbente é a plataforma sobre a qual o discurso editorial aporta novas informações e argumenta.

Os editoriais F3, F4, e F5, publicados ao longo do período de tramitação do Protocolo de Adesão venezuelano no Congresso Nacional, apresentam bastante coerência entre si

em termos de semelhança dos componentes da sequência argumentativa. A Tese Anterior refutada é claramente o discurso oficial sob a égide da ideologia desenvolvimentista da administração Lula como as concepções sobre a natureza do sistema político venezuelano e a importância do comércio externo com o país caribenho. A Tese Anterior desenvolvimentista anunciada é aquela de que o propósito do ingresso da Venezuela no MERCOSUL é uma iniciativa de aproximação com o Estado venezuelano e seu potencial comercial, e não uma aproximação visando apoio ao então presidente Hugo Chávez. A atribuição de responsabilização por esta narrativa a Lula é clara pela utilização de marcadores de responsabilização enunciativa indicando que as referências a tal argumento no texto não são assumidas pelo locutor (ADAM, 2008), que no caso é o jornal. Em F3, utiliza-se o marcador “(...) diz Lula” (O MELHOR..., 2007) e em F4 a Tese Anterior é referida como “de costume do presidente Lula” (CONVITE AO..., 2009). Em outras palavras, a estratégia do discurso desenvolvimentista de diferenciar o governo passageiro do Estado permanente é incorporada de forma crítica e, como se verá, não de forma a minimizar a importância da política doméstica venezuelana no debate.

O discurso oficial desenvolvimentista é, em realidade, avaliado como “irrealista” e “miope” (CONVITE AO..., 2009). A argumentação dos editoriais rejeita a Tese oficial não somente pela responsabilização direta de Lula, mas também desenvolvendo argumentos sobre a cooptação das instituições venezuelanas pelo governo Chávez, invalidando desta forma a possibilidade de separação entre o Estado venezuelano e o “regime chavista”. Os adjetivos desqualificadores são justificados pela enumeração de diversos Dados e Fatos sobre a natureza da política doméstica venezuelana, rejeitando a existência de um governo plenamente democrático. Listam-se características como a captura de instituições pelo “caudilho” Chávez, desrespeito a contratos e aumento do autoritarismo. A estratégia de denúncia por intermédio da responsabilização direta pessoal não é usada somente com Lula, mas também com seu homólogo venezuelano. A *Folha de S. Paulo* expressa que o problema não é a Venezuela em si, afirmando que “qualquer que seja o rótulo do regime, o problema tem outro nome. Chama-se Hugo Chávez” (CONVITE AO..., 2009). Vê-se aqui outra aproximação com o discurso adversário, o pragmático, no sentido de problematizar as credenciais venezuelanas para o MERCOSUL pela crítica a seus líderes, deslegitimando-os.

Outro aspecto interessante no rechaço à tese desenvolvimentista diz respeito à noção de regionalismo que prevalece nesse discurso editorial. A aproximação com as críticas colocadas pelo discurso pragmático surge pressuposta em F1. Neste editorial, o jornal retoma os dados sobre ganhos econômicos apresentados pelo governo Lula e os contrapõe ao peso da economia brasileira no MERCOSUL: dado que, mesmo com a Venezuela, o Brasil representaria mais de 70% do PIB e da população do bloco, além de mais da metade das exportações, a entrada venezuelana aportaria, portanto, “pouco às dimensões simbólicas do MERCOSUL” (PÉS DE..., 2006). Esta marca linguística é reveladora da afinidade deste discurso com a ideologia pragmática uma vez que está pressuposta ancoragem da dimensão simbólica da organização à dimensão econômico-comercial. Silenciou-se qualquer referência às dimensões simbólicas relacionadas ao desenvolvimento regional, redução de desigualdades e relacionamento histórico com a Venezuela, que são elementos trazidos o debate pelo discurso desenvolvimentista.

Seguindo para o terceiro componente da sequência argumentativa sobre a entrada da Venezuela no MERCOSUL, o jornal conclui que a medida não é favorável ao desenvolvimento do bloco. Apoiado pelos dados levantados para questionar as regras do jogo político doméstico venezuelano, a *Folha de S. Paulo* utiliza o conector argumentativo de conclusão “por tudo isso” (ADAM, 2008), em F3, por exemplo, para introduzir a nova tese: o ingresso venezuelano permitirá que Chávez (novamente persiste a referência direta ao presidente, e não ao país de forma generalizadora) tenha poder de veto no MERCOSUL, tornando-o “ingovernável” (O MELHOR..., 2007) e sujeito a “políticas erráticas” e “ideologização” (SEM RUMO..., 2012) que reduziriam a capacidade do bloco de aprofundar a integração e selar acordos com os Estados Unidos e União Europeia. Reivindica-se, portanto, a não entrada da Venezuela no grupo pela invocação daquele elemento do discurso pragmático segundo o qual as falhas democráticas do país comprometem os alegados ganhos econômicos de sua participação plena e mesmo a governabilidade do bloco.

Assim como os editoriais da *Folha de S. Paulo*, as publicações d’*O Estado de S. Paulo* também seguem sequências argumentativas nas quais é possível identificar o diálogo com o discurso incumbente no papel de Tese Anterior e a construção de argumentos que refutam tais pontos de vista em favor de uma nova Conclusão própria.

A semelhança, na verdade, não se restringe à estrutura da argumentação, estende-se à oposição a Caracas e aos recursos discursivos utilizados. Sobre a entrada venezuelana no MERCOSUL, o periódico afirma que o suporte brasileiro à iniciativa foi resultado de “orientação (...) fantasiosa, alimentada por uma ilusão de liderança regional” (O MERCOSUL..., 2009) por parte do Palácio do Planalto. O uso de termos como “fantasiosa” e “ilusão” revelam por si próprios o elemento desqualificador de não racionalidade lançado sobre a posição oficial das administrações do PT e seu discurso de tom desenvolvimentista. Além deste trecho, o editorial E6 enquadra o ingresso venezuelano como “marco dessa catarata ideológica da chancelaria brasileira durante os governos Lula e Dilma Rousseff” (A VENEZUELA..., 2016). O elemento pragmático de avaliação do apoio à Venezuela como resultado de uma ideologização indevida da política externa brasileira reaparece n’*O Estado de S. Paulo* de maneira ainda mais contundente que na *Folha de S. Paulo*, como se observa no uso de termos adjetivos e figuras de linguagem significativamente mais fortes.

Nota-se que os marcadores textuais de responsabilização enunciativa estendem a atribuição do “erro grave” do ingresso venezuelano a todo o espectro político de esquerda, já que tal erro haveria sido “cometido em 2012 pelo Brasil, Argentina e Uruguai, então governados por presidentes de esquerda” (MERCOSUL LIVRE..., 2016). Ainda seguindo a linguagem contundente de desqualificação do discurso desenvolvimentista, o jornal se refere às iniciativas do PT e de seus aliados regionais como “entulho petista e bolivariano acumulado em 13 anos”, “grotesco projeto de tintura terceiro-mundista” (UMA CHANCE..., 2016) e “ranço petista-kirchnerista” (A VENEZUELA..., 2016). Em comparação à *Folha de S. Paulo*, é perceptível que *O Estado de S. Paulo* explora os recursos de responsabilização mais predominantemente contra grupos políticos (de esquerda, no caso) que a indivíduos. Interessante notar que, apesar da posição de fundo comum pela rejeição da Venezuela, o grupo político de oposição ao governo Lula tampouco é poupado de críticas.

Em referência direta ao voto do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o periódico denuncia em E1 o que seria um “amadorismo assustador” na argumentação da oposição (O MERCOSUL..., 2009). O argumento ancorado na personalidade de Hugo Chávez é considerado fraco e desnecessário, pois *O Estado de S. Paulo* acredita que, mesmo o dirigente venezuelano

tendo tendências ditatoriais (qualificando-o como “caudilho” e “chefe bolivariano”), a problemática central diz respeito à incompatibilidade entre os projetos de integração regional de Caracas e do MERCOSUL. Incorporar a Venezuela significaria a subordinação do bloco aos fins políticos da ALBA, que, como mencionado no capítulo anterior, privilegia a dimensão social da integração, possui afinidade com medidas econômicas intervencionistas e se coloca como um bloco de oposição ao norte global. Assim como ocorreu nos editoriais da *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* sugere sua filiação aos princípios do regionalismo aberto e da ideologia pragmática.

Por fim, *O Estado de S. Paulo* oferece a conclusão de que a inclusão da Venezuela compromete o MERCOSUL por nada acrescentar economicamente e por diplomaticamente dificultar o alcance de consenso e, por consequência, de acordos comerciais com parceiros externos como os Estados Unidos e a União Europeia. Acusa, ainda, os promotores do discurso desenvolvimentista pró-Venezuela na Argentina, no Brasil e no Uruguai de haver desferido um golpe nas instituições do MERCOSUL mediante a adesão do país a despeito da não aprovação do Paraguai, que se encontrava suspenso do bloco entre meados de 2012 e 2013.

O jornal com maior circulação e integrante do maior grupo de comunicação do Brasil, *O Globo*, tampouco deixou de manifestar suas avaliações sobre a participação venezuelana no MERCOSUL. O periódico mostra estruturas argumentativas semelhantes às d’*O Estado de S. Paulo* e da *Folha de S. Paulo* na medida em que compartilha posicionamentos em relação às razões que permitiram a entrada da Venezuela e as justificativas do porquê tal participação é negativa.

Começando pelo primeiro componente da sequência, a Tese Anterior refutada pelo *O Globo* é semelhante às dos periódicos anteriores. Constrói-se uma crítica da visão governamental à época da administração Lula (o discurso oficial desenvolvimentista), segundo a qual o ingresso da Venezuela no MERCOSUL representaria ganhos econômicos singulares por conta de sua produção petrolífera, necessidade de importações e tamanho do PIB. Em um momento claro de interdiscurso, o jornal cita diretamente o então chanceler Celso Amorim em G2, que argumentava que a participação venezuelana representaria um ganho de “valor econômico, estratégico e simbólico” (DESAGREGADOR, 2009). Ao refutar esta tese, os editoriais silenciaram os aventados ganhos simbólicos e estratégicos (em desconsideração ao regionalismo pós-hegemônico)

e se ativeram, sobretudo, à problematização dos supostos ganhos econômicos. Mesmo que se reconheça a significância aparente das estatísticas, *O Globo* contra-argumenta levantando fatos denunciativos contra o governo venezuelano em termos sociais e políticos, pondo em xeque o que chama de “números frios” (HORA INADEQUADA, 2006).

Para isso, invoca marcadores de responsabilização que associam Chávez aos problemas do país ou mesmo marcadores enunciativos direcionados diretamente contra presidente, sendo que em G2 é explicitamente expresso que “o entrave não se chama Venezuela, mas Chávez” (DESAGREGADOR, 2009). A argumentação representa Chávez como expoente do radicalismo, estatismo e populismo, além de ser fonte de perturbação diplomática. Como faz o discurso pragmático, o líder venezuelano é enquadrado como porta-voz do autoritarismo e responsável pela corrosão democrática no país, levando a Venezuela por um caminho contrário aos princípios da integração sul-americana.

Outra importante afinidade com o discurso pragmático se refere à ideologização da política externa. *O Globo* é bastante enfático em seu discurso de denúncia à *rationale* diplomática brasileira. Em G1, a entrada da Venezuela no MERCOSUL seria somente concebível por uma estratégia de política externa baseada mais por simpatias ideológicas que pelo pragmatismo e racionalidade exigida pela prática diplomática. A ideologização, colocada como necessariamente indevida, teria por efeito a abdicação da liderança regional por parte do Brasil, uma vez que Brasília seria um mero instrumento do chamado chavismo ou bolivarianismo chavista (HORA INADEQUADA, 2006). O posicionamento editorial do periódico se aproxima daquele de *O Estado de S. Paulo* por avaliar o apoio brasileiro a Caracas como, na verdade, uma espécie de sujeição dos interesses brasileiros aos de Chávez.

Tais características são mobilizadas pelo locutor a fim de lançar dúvidas sobre a disposição de investidores e governos estrangeiros em selar acordos com o MERCOSUL e, desta forma, introduzir a Conclusão de que o ingresso venezuelano no bloco é uma atitude equivocada. A passagem destes fatos para a Conclusão é ilustrada por um enunciado argumentativo em G1, no qual o periódico cita o fracasso da Rodada Doha e a perspectiva de negociações com a União Europeia e afirma que “Não há, portanto,

momento mais inoportuno do que este para o bloco abrir as portas a Chávez” (HORA INADEQUADA, 2006).

Em suma, é clara a oposição do discurso editorial de *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* ao discurso desenvolvimentista incumbente neste primeiro momento conjuntural analisado, cujo debate se centralizou em torno do processo de admissão venezuelana ao MERCOSUL. Apesar de diferenças pontuais, estes jornais convergiram entre si e se aproximaram do discurso pragmático em pontos centrais, como a pressuposição dos princípios do regionalismo aberto como norteadores fundamentais do MERCOSUL e a acusação ideológica contra a política externa dos governos petistas. Além disso, também há o questionamento das credenciais democráticas venezuelanas e do perfil de Hugo Chávez como fatores prejudiciais e desestabilizadores para o MERCOSUL. A análise do discurso editorial neste primeiro momento de conjuntura mostrou uma relação discursiva de intenso conflito com o discurso desenvolvimentista incumbente e afinidade com o discurso pragmático de oposição. No entanto, isto não permite ainda responder à hipótese, pois é necessário verificar se a postura crítica resiste à mudança de conjuntura para lançar conclusões acerca da hipótese do contrapoder.

3.2.2. Os editoriais e o discurso incumbente pragmático

À semelhança da subseção anterior, analisam-se a partir de agora os editoriais por jornal. Porém, o foco é na segunda conjuntura, em que o discurso desenvolvimentista dá lugar ao pragmático como o posicionamento oficial brasileiro em relação a Caracas. Neste período, como detalhado no capítulo anterior, este segundo momento é marcado pelos episódios das sanções à Venezuela, quais sejam a não transferência da presidência rotativa do MERCOSUL ao país e sua posterior suspensão. Este período ainda é caracterizado, como se verá, pela não convergência absoluta entre os três jornais selecionados, diferentemente do período anterior em que a adesão conjunta ao discurso pragmático foi evidente (apesar de que a ideologia pragmática siga presente).

Tendo em vista os componentes da sequência argumentativa (Tese Anterior; Dados e Fatos; Conclusão ou Tese) do jornal *Folha de S. Paulo*, é interessante notar que, apesar da Tese Anterior continuar ancorada no discurso oficial governista, o periódico introduz novos argumentos nos editoriais ao discutir as sanções à Venezuela (em relação ao debate sobre a entrada) e disso extrai conclusões novas que, em um primeiro momento, poderiam

ser consideradas inesperadas pela apresentação de um comportamento instável sobre o pertencimento venezuelano ao MERCOSUL.

O interessante de notar nas materializações discursivas dos editoriais da *Folha de S. Paulo* em F6, F7 e F8, em que se discutem as sanções à Venezuela em 2016 e 2017, é que, apesar das recomendações anteriores contra a participação deste país no MERCOSUL, a sequência argumentativa é crítica ao governo brasileiro quando este apoia medidas retaliativas. As referências à Tese Anterior em F6 e F7 permanecem atreladas ao discurso governista, só que não somente ao das administrações do PT, mas também a da administração de Michel Temer. As sequências agora se constroem a partir da refutação do discurso incumbente pragmático de que a Venezuela deva ser alijada do bloco, seja pelo impedimento de assumir a presidência rotativa seja pela sua suspensão por não haver cumprido o prazo para a incorporação das normas da organização em seu sistema doméstico. A *Folha de S. Paulo* refuta esta justificativa informando que o MERCOSUL apresenta uma frouxa tradição de respeito estrito às regras e prazos por parte de seus membros fundadores, sendo a atitude contra a Venezuela um “precedente perigoso” (IMPASSE NO..., 2016).

A estratégia argumentativa da responsabilização pessoal utilizada no primeiro momento de conjuntura retorna nos editoriais F6 e F7, mas agora contra o chanceler José Serra. Enquanto o Itamaraty – enquanto organização – é elogiado por abandonar a “indulgência” (NOVO TOM..., 2016) em relação à Venezuela (em referência ao antigo discurso desenvolvimentista incumbente em épocas anteriores) e liderar os demais membros fundadores do bloco, a responsabilização pela narrativa equivocada do não cumprimento dos prazos é atribuída totalmente a Serra em pessoa, e ainda o acusa de estar motivado por ambições eleitorais e convicções ideológicas. Após reforçar sua posição anterior de questionar Caracas por suas deficiências democráticas, o periódico o responsabiliza afirmando que o ministro, “contudo, preferiu o motivo mais frágil para levar adiante o que parece ser sua prioridade regional: isolar a Venezuela” (NOVO TOM..., 2016). A acusação ideológica aqui retorna com outro alvo, que é a nova liderança diplomática brasileira. O jornal, que durante o processo de adesão venezuelano se alinhou ao discurso pragmático agora se coloca adversariamente aos seus porta-vozes no governo, julgando-os igualmente ideologizados (entendo a ideologia no seu sentido negativo de deturpação, e não no sentido usado por esta pesquisa importante lembrar).

Este trecho é interessante não só por evidenciar a responsabilização, mas por introduzir a nova tese defendida pelo discurso editorial, que é a de que sancionar e isolar a Venezuela não é a solução para o impasse envolvendo este país. Em F6, o periódico invoca exemplos históricos e introduz uma curta sequência narrativa em suporte à argumentativa, lembrando que sanções contra Fidel Castro não foram efetivas em promover mudanças políticas em Cuba. O jornal ainda invoca as tradições da política externa brasileira como suporte à posição, alertando que Serra não deve esquecer o papel mediador e conciliador do Itamaraty. Sanções são representadas como medidas contraproducentes que não contribuem para solucionar os problemas domésticos venezuelanos e promover uma transição (IMPASSE NO..., 2016). O discurso pragmático é acatado parcialmente neste aspecto, uma vez que, mesmo que se reconheça em F8 o definitivo caráter não democrático da Venezuela, isto não leva o periódico a advogar pela suspensão da Venezuela do MERCOSUL mesmo pelo prisma do descumprimento dos compromissos democráticos.

Enfim, a *Folha de S. Paulo* segue recorrendo a Dados e Fatos da situação política venezuelana para fundamentar suas posições, porém, ao construir sequências argumentativas baseadas na refutação e suporte de outras teses, modifica-se a posição sobre o pertencimento venezuelano ao MERCOSUL. Como havia existido a defesa de sua não entrada, poderia ser esperado que não se opusesse à suspensão. No entanto, a estratégia de isolamento é rejeitada e, no conjunto dos editoriais, o jornal revela um posicionamento ambíguo se tomado como parâmetro o pertencimento da Venezuela no MERCOSUL. Apesar do afastamento observado com os porta-vozes do discurso político pragmático, elementos típicos do discurso desenvolvimentista tampouco são incorporados.

Contrariamente ao periódico anterior, os editoriais d’*O Estado de S. Paulo* apresentam sequências muito semelhantes entre si, ou seja, os pontos de partida e de chegada não possuem tantas nuances ou mesmo viradas de argumentação (a princípio) contraintuitivas como na *Folha de S. Paulo*. Como será mostrado, o jornal apresentou comportamento estável tendo como parâmetro o pertencimento da Venezuela ao MERCOSUL, posicionando-se contra ele persistentemente ao longo dos editoriais tanto no primeiro como no segundo momentos de conjuntura, além de seguir aderindo ao discurso pragmático proximamente.

O descumprimento do cronograma de incorporação das normas do MERCOSUL, fator que embasou o discurso pragmático governista pela não posse da Venezuela como presidente rotativa do grupo e sua suspensão meses depois, é incorporado ao discurso editorial deste periódico na sua integralidade. O apoio ao discurso governista é acompanhado de citações elogiosas ao chanceler Serra pela iniciativa, atribuída a ele, de pressionar o governo venezuelano e suspendê-lo do bloco em função dos aspectos técnicos de descumprimento de prazos. *O Estado de S. Paulo* claramente entende que este é um fato legítimo para questionar o presidente Nicolás Maduro: ou o país se enquadraria nas condições do bloco ou deveria deixar de integrá-lo, afirma-se em E5. A nova postura de Brasília é qualificada como “firme” e importante para evitar o comprometimento do MERCOSUL pelo bolivarianismo (UMA CHANCE..., 2016).

Este substancial apoio ao discurso oficial é uma diferença marcante d’*O Estado de S. Paulo* em relação à *Folha de S. Paulo*, pois, além de apoiar acriticamente a tomada decisória oficial, em nenhum momento a acusação ideológica é mobilizada contra o discurso incumbente. Isto é significativo na medida em que, como se viu até então, a desqualificação do discurso incumbente pela pecha ideológica está no cerne dos conflitos discursivos e ideológicos tanto nas manifestações políticas quanto naquelas editoriais na primeira conjuntura.

Outro elemento característico do discurso pragmático surge nos editoriais d’*O Estado de S. Paulo*. Além do descumprimento dos prazos, recorre-se às deficiências da democracia venezuelana como sustentação para reiterar a Conclusão de que o lugar da Venezuela não é no MERCOSUL. Em E3 e E6, os impasses políticos domésticos do país são apresentados por sequências narrativas e explicativas (bastante extensas em E3) semelhantes a uma notícia comum, de maneira a gerar embasamento factual à proposição argumentativa. Os fatos levam à asserção de que a participação venezuelana no MERCOSUL gera instabilidades e impasses adicionais na gestão do bloco (A VENEZUELA..., 2016; UM CLARO..., 2016). Apoia-se, portanto, o posicionamento oficial de suspensão da Venezuela pelos critérios democráticos previstos no Protocolo de Ushuaia. Tampouco neste aspecto a acusação ideológica é mobilizada contra o discurso governista e seus porta-vozes.

A enumeração e explicação de fatos tanto em torno das falhas democráticas venezuelanas como das normas descumpridas fazem coro ao discurso incumbente

pragmático e sustentam a Conclusão de que as sanções são justificadas, como quando se diz em E3 que “Sobram razões, portanto, aos que se recusam a entregar a presidência do MERCOSUL” (UM CLARO..., 2016). A sequência argumentativa desenvolvida pelo *O Estado* defende a Conclusão de que a presença de Caracas é negativa para o desenvolvimento do MERCOSUL e para os interesses do Brasil, colocando este ponto de vista na reivindicação de fundo dos editoriais, que é a de que o governo Temer retire os “entulhos” do passado (a entrada venezuelana sustentada pelo discurso desenvolvimentista na conjuntura anterior) e “resgate” do MERCOSUL. Completa-se em E5 com um chamado ao governo Temer para que reconstrua o bloco e promova mudanças na organização a fim de levá-lo ao século 21 (UMA CHANCE..., 2016). Pressupõe-se que a ideologia desenvolvimentista em integração regional não é apenas ideologizada, mas também ultrapassada.

Isto se relaciona à crítica pela noção de regionalismo adotada pela ideologia desenvolvimentista ao longo do primeiro momento de conjuntura, sob os governos petistas. A meta de inserção comercial competitiva nos mercados globais (a base do regionalismo aberto defendido pelo discurso pragmático) haveria sido substituída por um projeto “grotesco” de valorização do protecionismo e priorização de acordos comerciais com países do sul global (UMA CHANCE..., 2016). Reafirmam-se mais uma vez as evidências de enquadramento dos editoriais de *O Estado* à ideologia pragmática.

O jornal *O Globo* mais uma vez se alinhou ao discurso pragmático em colocações semelhantes às postas pelo *O Estado de S. Paulo*. Assim como no caso deste, houve coerência no discurso se tomada como parâmetro a posição a respeito do pertencimento venezuelano ao MERCOSUL. O lugar deste país não seria no bloco e as sanções são justificadas pelos editoriais do periódico. Observa-se, no entanto, que os editoriais não se atrelam fortemente aos argumentos técnicos como no caso daqueles do jornal anterior. Toda a argumentação ocorre em torno do outro elemento pragmático no ataque ao discurso desenvolvimentista, que é o questionamento democrático. *O Globo* se destaca em relação aos demais periódicos também pela relativa simplicidade de sua argumentação: tomam-se as decisões de não transferência da presidência rotativa e da suspensão como ponto de partida e, com o suporte de sequências descritivas e narrativas

subsidiárias, arrolam-se fatos demonstrando a deterioração democrática venezuelana a fim de reiterar a tese da inadequação de Caracas ao MERCOSUL.

A cláusula democrática é invocada como instrumento válido de pressão em favor do desenvolvimento do bloco, adiantando-se em rejeitar o discurso desenvolvimentista no sentido de que isto representaria uma ingerência indevida em assuntos internos da Venezuela. Longas sequências narrativas sobre os impasses políticos domésticos da Venezuela se combinam com a estrutura argumentativa central em G4 e G5 para fundamentar a asserção conclusiva de que a cláusula democrática do MERCOSUL deveria ser acionada. O governo do país é caracterizado como tendo “rasgos totalitários” (BRASIL E..., 2016). Como visto, as sequências narrativas d’*O Globo* apresentam diversas semelhanças com as d’*O Estado de S. Paulo* ao firmemente se oporem à participação venezuelana no MERCOSUL (mesmo que de forma mais simples que *O Estado de S. Paulo*, como comentado), e partilham entre si as diferenças em relação às da *Folha de S. Paulo*.

Estando os editoriais publicados pelos meios de comunicação selecionados repassados, a pesquisa consegue prosseguir com as conclusões acerca da localização do discurso editorial no espaço discursivo recortado e, finalmente, a discussão final da hipótese do contrapoder na imprensa brasileira para o caso do pertencimento da Venezuela ao MERCOSUL.

3.2.3. O discurso editorial e a hipótese do contrapoder

A análise permitiu apreender os principais componentes das sequências argumentativas postas por cada um dos jornais selecionados. A partir destas considerações individuais, é necessário retomar alguns pontos de forma a salientar as semelhanças e diferenças entre os casos, o que permitirá a visualização das variações no recurso a elementos discursivos e seus argumentos.

Primeiramente, vale notar as semelhanças entre as sequências dos três periódicos. O primeiro ponto que chama a atenção é que todos travam uma atividade interdiscursiva com o discurso oficial governista, seja o desenvolvimentista dos governos Lula ou Rousseff seja o pragmático de Temer. No esquema proposto de análise das sequências, este interdiscurso foi captado pelo componente Tese Anterior, o que remete a outra constatação interessante. Os três jornais realizaram um diálogo altamente crítico em

relação ao discurso dos governos do PT no primeiro momento de conjuntura quando houve a entrada venezuelana. A separação entre a importância do comércio com a economia venezuelana e o governo de Chávez e Maduro não foi aceita pelo discurso pragmático, uma vez que tal Tese Anterior desencadeou contra-argumentos no sentido de que os benefícios econômicos da integração se ofuscariam diante das deficiências democráticas e sociais venezuelanas. Mesmo que em certos momentos a relevância do mercado venezuelano seja reconhecida, as condenações a Chávez e Maduro se mostram sempre textualmente superiores nas sequências.

Além disso, um argumento frequentemente mobilizado contra o discurso desenvolvimentista governista foi o da ideologização com viés de esquerda, que haveria retirado o pragmatismo da formulação de política externa sobre o MERCOSUL. Não é admitida qualquer possibilidade de racionalidade, em termos de interesses brasileiros, na Tese Anterior refutada de importância da incorporação venezuelana. Alia-se a isso a noção de regionalismo, aspecto em que se nota a prevalência do regionalismo aberto defendido pelo discurso pragmático. A mobilização de argumentos pragmáticos e normativos por parte dos jornais apresentou pouca variação, notando-se apenas o predomínio dos normativos na *Folha de S. Paulo* e um maior equilíbrio nos dois demais. De toda forma, as sequências convergiram para a mesma Conclusão quando se falou em entrada da Venezuela: ela não deveria ocorrer e urgia que o Congresso fizesse as mesmas considerações, rejeitando-a.

As Conclusões sobre a entrada venezuelana foram fortemente convergentes, mas este não foi tanto o caso sobre as sanções, especialmente as peculiaridades da *Folha de S. Paulo*. Enquanto *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* se mantiveram firmes ao longo de todos os editoriais rechaçando qualquer mérito na participação venezuelana no MERCOSUL, isto é, demandando a rejeição da adesão e a aprovação das sanções (em razão das insuficiências democráticas e técnicas da Venezuela), a *Folha de S. Paulo* exprimiu argumentações com mais nuances que merecem atenção. Em primeiro lugar, este jornal foi o único a não apoiar as sanções, principalmente a suspensão, contra a Venezuela. Os editoriais prosseguiram a sustentar os argumentos normativos sustentados pelo levantamento de Fatos e Dados do regime político venezuelano, mas não aceitaram as justificações do governo Temer e seu chanceler Serra sobre a punição pelo descumprimento das normas do bloco por parte de Caracas.

Além de qualificar esta justificativa como frágil, a *Folha* foi o único veículo que mobilizou argumentos ancorados nas tradições diplomáticas brasileiras, que seriam de conciliação, mediação e diálogo, criticando dessa forma o que seria uma política de isolamento contraproducente. Serra inclusive é acusado de manter ideologizada a política externa, o que seria indevido mesmo que no sentido contrário à dita ideologização de Lula. As referências a Serra são nitidamente diferentes nos editoriais d’*O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, nos quais o ministro é exaltado e em nenhum momento associado a um novo movimento ideologizador. A estratégia discursiva de estabelecer verdades e falsidades pela manipulação do conceito de ideologia, já observado no embate discursivo político, repete-se aqui tanto na acusação das alegadas deturpações ideológicas dos governos do PT e quanto na afirmação da objetividade de Serra.

Isso implica que a *Folha de S. Paulo* foi, por consequência, o único veículo crítico ao posicionamento oficial do governo brasileiro seja qual fosse sua vertente política. Não se deixa de notar, no entanto, que isto não significou a adesão à ideologia desenvolvimentista e a refutação completa ao discurso pragmático, pois a crítica do periódico segue a silenciar elementos ideológicos desenvolvimentistas e segue a se apropriar de elementos como a desqualificação da qualidade democrática do governo em Caracas e as pressuposições do caráter simbólico e identitário do MERCOSUL.

Em suma, o discurso editorial apresenta as seguintes características:

Quadro 06 – Elementos do discurso editorial por jornal

Componente da sequência	Aspecto	Folha de S. Paulo	O Estado de S. Paulo	O Globo
Tese Anterior	Adesão ao discurso governista na primeira conjuntura	Não	Não	Não
	Adesão ao discurso governista na segunda conjuntura	Não	Sim	Sim
Dados e Fatos	Deficiências democráticas venezuelanas	Sim	Sim	Sim
	Ganhos econômicos comprometidos pela participação venezuelana	Sim	Sim	Sim

	Descumprimento do prazo para incorporação de normas	Não	Sim	Não
	Tradição diplomática brasileira	Sim	Não	Não
Conclusões	Favorável à Venezuela: entrada no MERCOSUL	Não	Não	Não
	Favorável à Venezuela: sanções no MERCOSUL	Não	Sim	Sim
	Persistência da crítica ao discurso oficial	Sim	Não	Não

Fonte: elaboração própria.

A hipótese de pesquisa do contrapoder implica na expectativa de que a imprensa se coloque diante do poder incumbente em posição de supervisão crítica. Discursivamente, isto pode ser traduzido como a expectativa de que a relação interdiscursiva entre o discurso editorial³⁶ e o discurso político incumbente seja marcada pelo conflito daquela com esta, ou, em outras palavras, a retomada do pré-dito ou da memória discursiva do discurso político pelo discurso editorial deveria ser realizada por uma incorporação crítica. Em termos da sequência argumentativa, a Tese Anterior deveria ser refutada com novos Dados e Fatos de forma que se alcançasse uma nova Tese. Mas não somente isto: a fim de diferenciar o que seria a predominância da ideologia do contrapoder nos veículos de imprensa ou da predominância de certa ideologia política particular, neste caso, a desenvolvimentista ou a pragmática, é necessário que a postura do contrapoder resista às mudanças de conjuntura e do discurso político incumbente. Caso contrário, a crítica numa primeira conjuntura seria, na verdade, apenas a manifestação de uma ideologia específica por si só.

O interdiscurso verificado na análise apontou, de fato, a uma relação de refutação do discurso governista na primeira conjuntura, em que os governos do PT promoveram a entrada da Venezuela no MERCOSUL, nos termos da ideologia pragmática examinados anteriormente. No entanto, o padrão interdiscursivo é distinto quando o discurso pragmático assume o governismo. *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* silenciam suas críticas e endossam praticamente na sua integralidade o posicionamento oficial, demonstrando

³⁶ Lembrando que é o editorial a plataforma de diálogo com o poder político, segundo a literatura em Comunicação Social.

que a ideologia do contrapoder não se sobrepõe à sua fidelidade à ideologia pragmática. *A Folha de S. Paulo*, por sua vez, é o único jornal a questionar o discurso governista também na segunda conjuntura. Apesar disto evidenciar um fator de diversidade na grande imprensa brasileira e de seu discurso editorial, elementos da ideologia pragmática persistem, como a desqualificação democrática do governo de Caracas. Tomando o conjunto de todos os editoriais analisados, portanto, observa-se (com nuances, claro) um discurso editorial pautado fortemente por uma formação discursiva ideologicamente pragmática e também diversidade em termos do contrapoder, dado que um veículo o demonstrou e os demais não.

O caso ainda pode ser lido pelo prisma do conceito de heterogeneidade enunciativa, isto é, a presença explícita ou implícita do Outro na fala do enunciador (AUTHIER-REVUZ, 2004). Além de haver referências de apoio linguisticamente explícitas aos porta-vozes do discurso político pragmático (o elogio a José Serra), um exemplar de heterogeneidade mostrada, o exame das sequências argumentativas indica as marcas implícitas desta ideologia no discurso editorial por uma série de pressuposições, como, por exemplo, a de que o modelo de regionalismo aberto corresponde necessariamente à identidade do MERCOSUL e de que as dimensões social e geopolítica da integração sejam secundárias à comercial.

Tais pressupostos pragmáticos em diferentes conjunturas revelam o principal traço da heterogeneidade constitutiva (aquela não denunciada por citações diretas ao Outro) dos editoriais: elementos do discurso político pragmático e sua ideologia estão no cerne da constituição do discurso editorial, enquanto que a sua permanência após mudanças no discurso governista revela a subordinação da ideologia do contrapoder àquela pragmática na constituição do referido discurso. Isto é evidenciado fortemente pelo *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. O recurso a certa memória de dizeres é reveladora dos compromissos políticos e ideológicos do discurso (ORLANDI, 2002).

A ideologia cumpre seu papel conforme previsto por Ricoeur (1997) ou Freeden (2003), sendo ela o filtro pelo qual conceitos como integração regional e interesse nacional adquirem sentidos e implicações semânticas específicas assumidas pelos enunciadores, atribuindo-lhes valor de verdade automaticamente. Isto equivale a dizer que a ideologia pragmática é exitosa por prevalecer na disputa política pela linguagem na arena editorial.

Em suma, o padrão interdiscursivo apontando entre os discursos políticos e o discurso editorial da grande imprensa brasileira, bem como as manifestações ideológicas na constituição enunciativa deste último, permitem a rejeição da hipótese do contrapoder para o caso da política externa brasileira voltada à participação da Venezuela ao MERCOSUL. Apesar da peculiaridade da *Folha de S. Paulo* em refutar o discurso governista na primeira conjuntura e também o fazer (parcialmente) na segunda, predomina o alinhamento imprensa à corrente pragmática em detrimento da fidelidade à postura crítica e de supervisão exigida pela hipótese do contrapoder. Elementos desta ideologia permeiam, de toda forma, os editoriais da *Folha de S. Paulo* a todo o momento e, sobretudo, norteiam fortemente as posições editoriais de *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. A rejeição do contrapoder significa reconhecer a localização da grande imprensa como mais uma porta-voz interpelada pela ideologia pragmática no debate político em torno do caso específico analisado e do MERCOSUL como um todo, uma vez que se colocam em disputa valores relacionados à própria identidade do bloco.

CONCLUSÃO

Diante da relevância da imprensa como agente político nas sociedades contemporâneas e a insuficiência de estudos dedicados a compreender seu discurso em política externa e internacional, esta dissertação pretendeu agregar conhecimento a este campo a partir de um empreendimento de pesquisa marcadamente interdisciplinar, explorando a tríplice fronteira entre a Comunicação Social, as Relações Internacionais e a Análise do Discurso. Para tanto, elegeu-se como caso da pesquisa o tema externo mais politicamente controverso nos últimos tempos: a política brasileira para a Venezuela, particularmente no que diz respeito à sua trajetória pelo MERCOSUL nos seus episódios mais marcantes sob duas conjunturas distintas do posicionamento oficial brasileiro, primeiramente favorável e posteriormente desfavorável a Caracas.

Este tem sido um tema polarizador desde meados dos anos 2000, quando se iniciou seu processo de adesão, até os tempos atuais, nos quais Caracas se encontra suspensa de seus direitos e deveres para com o bloco. A contribuição da pesquisa se deu pela submissão deste caso à hipótese do contrapoder, segundo a qual a imprensa age como ator de supervisão crítica aos poderes constituídos. A ótica do contrapoder já havia sido abordada em análises de temas domésticos, porém não ainda em temas de política externa, salientando a contribuição da dissertação. Especificamente, discutiu-se a hipótese pela perspectiva discursiva, isto é, pela apreensão da complexidade das dinâmicas subjacentes à linguagem a fim de acessar o que a relação dos discursos editoriais com os políticos revela sobre papel da imprensa enquanto ator político em diálogo com os tomadores de decisão e outros líderes no debate.

No primeiro capítulo, lançaram-se a base teórica da Análise do Discurso de tradição francesa e suas premissas e conceitos, sobre os quais a pesquisa se desenvolveu. Viu-se que a linguagem não é de forma alguma um mero instrumento de comunicação: ela integra discursos pautados por ideologias, os quais interagem com todo o campo discursivo ao redor em relações de aliança e conflito. Sendo o interdiscurso o objeto de pesquisa para a linha discursiva francesa, tem-se o valor desta abordagem teórica para a análise do discurso editorial frente ao político como acesso à discussão do contrapoder. Desenvolveram-se os conceitos centrais de interdiscurso, heterogeneidade enunciativa e ideologia. O capítulo ainda abordou o que a literatura em Comunicação Social tem descoberto até o momento, mostrando o editorial como gênero jornalístico de excelência

no diálogo com o poder político e revelando que a grande imprensa brasileira não passou no teste do contrapoder em temas políticos domésticos como economia e corridas eleitorais.

No segundo capítulo, repassou-se um ponto imprescindível à Análise do Discurso, que é a dimensão contextual dos principais acontecimentos do caso. Viu-se como a redemocratização e a aproximação entre Argentina e Brasil forneceram os fundamentos de um processo de integração que anos depois resultaria no MERCOSUL, além de mostrar como o bloco evoluiu ao longo dos anos 1990 e 2000. Isto permitiu acompanhar o surgimento de noções importantes para a pesquisa, como as de regionalismo aberto e pós-hegemônico. O capítulo, então, discorreu sobre a gradativa aproximação da Venezuela ao MERCOSUL e as transformações da política externa venezuelana após a ascensão política de Hugo Chávez até o momento em que se iniciam concretamente os trâmites de adesão do país ao bloco, dentre os quais é destacada a recepção do tema no sistema político brasileiro como a tramitação do Protocolo de Adesão no Congresso Nacional e outras manifestações parlamentares posteriores.

Por fim, o terceiro capítulo se valeu dos subsídios teóricos e factuais das seções anteriores a fim de testar discursivamente a hipótese do contrapoder. Após a listagem do conjunto de material empírico selecionado, os discursos políticos em dois distintos momentos de conjuntura foram mapeados e denominados desenvolvimentista ou pragmático, segundo tipologia tomada de empréstimo da literatura existente sobre o pensamento em integração regional. A detecção dos elementos discursivos correspondentes a cada ideologia serviu, então, de parâmetro para análise discursiva dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* nos mesmos dois momentos de conjuntura. Concluiu-se o claro predomínio da ideologia pragmática no caso dos dois primeiros periódicos, estando a postura crítica ao discurso governista subordinada à sua filiação àquela ideologia (já que a crítica cede à complacência quando o discurso pragmático vai ao governismo), enquanto a *Folha de S. Paulo* apresentou críticas também na segunda conjuntura mantendo elementos de tom pragmático e revelando diversidade na posição da grande imprensa, mesmo que limitada.

A rejeição da hipótese do contrapoder para o caso da política externa brasileira para a Venezuela no MERCOSUL agrega à literatura existente no sentido de reforçá-la e

complementá-la. Tal rejeição, já verificada principalmente por estudos em questões de política doméstica, é reafirmada aqui, mas em um caso de política externa. A parcialidade em prejuízo ao PT em corridas eleitorais apontada por outros autores se traduz neste caso em prejuízo à ideologia desenvolvimentista de integração regional vocalizada pelos governos Lula e Rousseff, mostrando que a política externa não esteve imune à postura geral da grande imprensa nacional em se filiar a ideologias particulares em detrimento do contrapoder.

A pesquisa demonstrou a partir da análise interdiscursiva como a ideologia pragmática se impõe na disputa pela linguagem editorial, esta que é uma arena de alta significância na competição política pela definição dos parâmetros de conceitos políticos como interesse nacional, integração regional e no que consiste a própria identidade simbólica do MERCOSUL e da Venezuela no debate brasileiro.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos**. São Paulo: Cortez, 2008.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Um outro "Quarto Poder": imprensa e compromisso político no Brasil. **Revista Contracampo**, n. 04, 2000.

ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel; FIGUEIREDO, Marcus. Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. **Política & Sociedade**, v. 6, n. 10, p. 153-172, 2007.

ALMEIDA, Paulo Roberto. L'intégration de l'Amérique du Sud: Une Perspective Historique et un Bilan. In : GIRAULT, C. **Intégrations en Amérique du Sud**, Paris: Presses Sorbonnes Nouvelles p. 23-38, 2009.

_____. Uma história do Mercosul (1): do nascimento à crise. **Revista espaço acadêmico**, v. 10, n. 119, p. 106-114, 2011a.

_____. Uma história do Mercosul: desvio dos objetivos primordiais (2). **Revista espaço acadêmico**, v. 10, n. 120, p. 114-119, 2011b.

ALTHUSSER, Louis. **La filosofía como arma de la revolución**. Cidade do México: Siglo XXI, 1989.

ANGERMULLER, Johannes; MAINGUENEAU, Dominique; WODAK, Ruth (Ed.). **The discourse studies reader: Main currents in theory and analysis**. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 2014.

ANÍBAL, José. **Requerimento nº 601, de 2016**. 10 Ago. 2016. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: < <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=1453635&disposition=inline>> Acesso em 26 Mar. 2018.

ARCE, Anatólio Medeiros; DA SILVA, Marcos Antonio. Venezuela e MERCOSUL: uma inserção via Brasil?. **Conjuntura Austral**, v. 3, n. 12, p. 61-85, 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Os maiores jornais do Brasil em circulação paga, por ano. Ano 2015**. Brasília: Associação Nacional de Jornais, 2015. Disponível em: < <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em 15 Jan. 2016.

A ÚLTIMA DE CHÁVEZ. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 jul. 2007. Editorial. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0507200702.htm>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité (s) énonciative (s). **Langages**, n. 73, p. 98-111, 1984.

_____. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

A VENEZUELA E O MERCOSUL. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03 dez. 2016. Editorial. Disponível em: <<http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,a-venezuela-e-o-mercosul,10000092240>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006.

_____. A imprensa brasileira e o PT: um balanço das coberturas das eleições presidenciais (1989-2006). **Revista Eco-Pós**, v. 12, p. 41-58, 2009.

BARBOSA, Rubens. A política externa do Brasil para a América do Sul e o Ingresso da Venezuela no Mercosul. **Interesse Nacional**, p. 11-21, 2008.

BARRANTES, Erika Maria Medina. Política externa venezuelana: Chávez e o “puntofijismo”, divergências e paralelismos. **Mural Internacional**, v. 4, n. 2, p. 72-76, 2013.

BARROS, Pedro Silva. Chávez e petróleo: uma análise da nova política econômica venezuelana. **Cadernos Prolam/USP**, v. 5, n. 9, p. 209-237, 2006.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BERGSTEN, C. Fred. Open regionalism. **The World Economy**, v. 20, n. 5, p. 545-565, 1997.

BERNAL-MEZA, Raúl. Políticas exteriores comparadas de Argentina e Brasil rumo ao Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 42, n. 2, p. 40-51, 1999.

BRANDÃO, Helena Nagamine. Introdução à análise do discurso. In: **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora UNICAMP, 3ª edição. 2012a.

_____. Enunciação e construção do sentido. **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, p. 19-44, 2012b.

BRASIL. **DECRETO No 98.177, DE 22 DE SETEMBRO DE 1989. Promulga o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina**. Brasília: Presidência da República, 1989.

BRASIL E ARGENTINA AUMENTAM PRESSÃO SOBRE MADURO. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 jul. 2016. Editorial. Disponível em: <<http://noblato.globo.com/editoriais/noticia/2016/07/brasil-e-argentina-aumentam-pressao-sobre-maduro.html>>. Acesso em 12 Dez. 2016

BRICEÑO RUIZ, José. O Mercosul na política de integração de Venezuela. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 10, n. 1, p. 77-96, 2010.

CAMARGO, Sonia de. Mercosul: crise de crescimento ou crise terminal?. **Lua Nova**, n. 68, p. 57-90, 2006.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. A mídia e a política externa no Brasil de Lula. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 1, n. 2, p. 211-236, 2012.

CERQUEIRA, Rodrigo. **Diários do Príncipe: Imprensa e política externa no governo Cardoso (1995-2002)**. Dissertação de Mestrado (Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015.

CHÁVEZ: ‘QUERO DESCONTAMINAR O MERCOSUL DO NEOLOBERALISMO’. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 Jan. 2007. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/chavez-quero-descontaminar-mercosul-do-neoliberalismo-4239530>>. Acesso em: 25 Nov. 2017.

COELHO, Allexandro Emmanuel Mori. **Análise dos determinantes do comportamento legislativo em política comercial-estudo do caso da votação da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL**. Tese de Doutorado (Relações Internacionais) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COHEN, Bernard Cecil. **Press and foreign policy**. Princeton: Princeton University Press, 2015.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 937-958.

CONVITE AO TUMULTO. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 out. 2009. Editorial. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz3010200901.htm>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

CORAZZA, Gentil. O regionalismo aberto da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. **Ensaio FEE**, v. 27, n. 1, p. 135-152, 2006.

CORRÊA, Isabela Furegatti. **Um estudo sobre a evolução do MERCOSUL: do regionalismo aberto ao regionalismo pós-hegemônico**. Tese de Doutorado (Integração da América Latina) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COSTA, Humberto. **Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 31, de 2016**. 16 Ago. 2016. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em : < <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=2023815&disposition=inline>> Acesso em 18 Mar. 2018.

COURTINE, Jean-Jacques. Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. **Philosophiques**, v. 9, n. 2, p. 239-264, 1982.

DELCEY RODRÍGUEZ: Venezuela cumple con 95% de normas del MERCOSUR. TELESUR, Caracas, 08 Dec. 2016. Disponível em: <<https://videos.telesurtv.net/video/624236/delcy-rodriguez-venezuela-cumple-con-95-de-normas-del-mercosur-624236/>>. Acesso em 10 Dec. 2017.

DEMOCRACIA NÃO É. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 Abr. 2017. Editorial. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaofz3010200901.htm>> Acesso em 18 Jan. 2018.

DESAGREGADOR. **Biblioteca do Senado**, Brasília, 04 mai. 2009. Editorial. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/410321/noticia.htm?sequence=1>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

DIAZ, Claudio. **Voto em Separado. PDC 430/2008**. 18 Fev. 2009. Brasília: Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL, 2009. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4751451&disposition=inline>> Acesso 13 Mar. 2018.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

EMEDIATO, Wander. A construção da opinião na mídia: argumentação e dimensão argumentativa. **A construção da opinião na mídia**. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2013.

FELIU, Pedro; AMORIM, Camille. Congresso Nacional e MERCOSUL: o caso da aprovação da entrada da Venezuela. **Meridiano 47**, v. 12, n. 125, p. 18, 2011.

FERES, J. et al. Testando a hipótese do contrapoder: A cobertura das eleições de 1998 e 2014. In: VI CONGRESSO DA COMPOLÍTICA, VI, 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2015, p. 1-23.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. **Letras**, n. 27, p. 39-46, 2003.

FIGARO, Roseli. Introdução. In: _____. **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 9-17.

FLORÊNCIO, Sérgio AL; ARAÚJO, Ernesto HF. **Mercosul hoje**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1996.

_____. **Trajetória do MERCOSUL e mudança de paradigmas e de posições da política externa Brasileira: Começo virtuoso e crise recente. Possíveis interpretações**. Texto para Discussão - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2015.

FONSECA, Francisco. Grande Imprensa como Aparelho Privado de Hegemonia: Ambigüidades e Contradições do Discurso Ideológico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXX, 2007, Santos. **Anais...** Santos: Intercom, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995.

FREEDEN, Michael. **Ideology: A very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

GARDINI, Gianluca. **The origins of Mercosur: democracy and regionalization in South America**. Berlim: Springer, 2010.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching: Mass media in the making & unmaking of the new left**. Berkeley: University of California Press, 1980.

GOLDSTEIN, Ariel Alejandro. **De la expectativa a la confrontación: O Estado de S. Paulo durante el primer gobierno de Lula da Silva**, Buenos Aires: Sans Soleil Ediciones Argentina, 2015.

GOLDZWEIG, Rafael Schmuziger. A Entrada Da Venezuela No Mercosul: Análise Dos Aspectos Políticos E Econômicos. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, v. 1, n. 1, p. 02-29, 2013.

GÓMEZ-MERA, Laura. **Power and regionalism in Latin America: The politics of Mercosur**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2013.

GREGOLIN, Maria. Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades. **Comunicação mídia e consumo**, v. 4, n. 11, p. 11-25, 2007.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Comparing media systems: Three models of media and politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HALLIN, Daniel C.; PAPATHANASSOPOULOS, Stylianos. Political clientelism and the media: Southern Europe and Latin America in comparative perspective. **Media, Culture & Society**, v. 24, n. 2, p. 175-195, 2002.

HARRIS, Zellig S. Discourse analysis: A sample text. **Language**, v. 28, n. 4, p. 474-494, 1952.

HORA INADEQUADA. **Biblioteca do Senado**, Brasília, 28 jul. 2006. Editorial. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/401694/noticia.htm?sequence=1>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

IMPASSE NO MERCOSUL. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 jul. 2016. Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/07/1790756-impasse-no-mercotel.html#>>. Acesso em 12 Dez. 2016

IYENGAR, Shanto; KINDER, Donald R. **News that matters: Television and American opinion**. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

JEREISSATI, Tasso. **Parecer de Relator. PDC 430/2008**. 29 Set. 2009. Brasília: Senado Federal, 2009. Disponível em: < <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4751460&disposition=inline>> Acesso em 25 Fev. 2018.

JUCÁ, Romero. **Voto em Separado. PDC 430/2008**. 28 Out. 2009. Brasília: Senado Federal, 2009. Disponível em: < <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4751469&disposition=inline>> Acesso em 25 Fev. 2018.

JUNGSMANN, Raul. **Projeto de Lei 464/2015**. 25 Fev. 2015. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=949085> Acesso em 03 Mar. 2018.

JØRGENSEN, Marianne W.; PHILLIPS, Louise J. **Discourse analysis as theory and method**. Thousand Oaks: Sage, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LAFER, Celso. Descaminhos do Mercosul—a suspensão da participação do Paraguai e a incorporação da Venezuela: uma avaliação crítica da posição brasileira. **Política Externa.**, v. 21, n. 3, p. 19-27, 2013.

LE, Elisabeth. **Editorials and the power of media: Interweaving of socio-cultural identities**. Amsterdã: John Benjamins Publishing, 2010.

LEMOS, Ana Amélia. **Requerimento nº 531, de 2016**. 07 Jul. 2016. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: < <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3909945&disposition=inline>> Acesso e 26 Mar. 2018.

LIMA, Venício. Presunção de culpa: a cobertura da crise política de 2005-2006. In: _____. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 11-50.

LIRA, Gabriel de Ferreira Lopes. **A mídia brasileira e a entrada da Venezuela no Mercosul: uma análise sobre a visão da Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

MACEDO, Marcus Vinícius Aguiar. A integração latino-americana e o pensamento cepalino: o regionalismo aberto e a experiência do Mercosul. **Jus**. Ago. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/51173/a-integracao-latino-americana-e-o-pensamento-cepalino-o-regionalismo-aberto-e-a-experiencia-do-mercosul>>. Acesso em 15 Fev. 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. **Initiation aux méthodes de l'analyse du discours**. Paris : Hachette, 1976.

_____. **Les termes clés de l'analyse du discours**. Paris: Le Seuil, 1996.

_____. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2015.

MALAMUD, Andrés; CASTRO, Pablo. Are Regional Blocs Leading from Nation States to Global Governance? A Skeptical View from Latin America. *Iberoamericana. Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies*, v. 37, n. 1, p. 115-34, 2007.

MALUF, Paulo. **Parecer do Relator. PDC 387/2007**. 13 Nov. 2007. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=522321&file name=Tramitacao-PDC+387/2007> Acesso em 25 Jan. 2018.

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. **Regionalismo na América do Sul: um novo esquema de análise e a experiência do Mercosul**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

MARIANO, Marcelo Passini. **A política externa brasileira, o Itamaraty e o Mercosul**. Tese de Doutorado (Sociologia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2007.

MARINGONI, Gilberto. Dias de fúria na Venezuela, vinte anos depois. **Carta Maior**, São Paulo, 26 Fev. 2009. Disponível em: <
<https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Dias-de-furia-na-Venezuela-vinte-anos-depois/22772>> Acesso em: 12 Dec. 2017.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

MELO, José Marques. **Jornalismo opinativo**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MERCOSUL. **Declaración conjunta relativa al funcionamiento del MERCOSUR y al Protocolo de Adhesión de la República Bolivariana de Venezuela al MERCOSUR**. Montevideu: MERCOSUL, 2016.

_____. **Decisão sobre a suspensão da República Bolivariana da Venezuela do MERCOSUL em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre compromisso democrático no MERCOSUL.** Montevideu: MERCOSUL, 2017.

MERCOSUL BOLIVARIANO. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05 mai. 2009. Editorial. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,mercosul-bolivariano,365489>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

MERCOSUL DEVE MESMO PRESSIONAR A VENEZUELA. **Biblioteca do Senado**, Brasília, 21 jul. 2016. Editorial. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opinioao/mercosul-deve-mesmo-pressionar-venezuela-19754623>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

MERCOSUL LIVRE DE MADURO. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 set. 2016. Editorial. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,mercosul-livre-de-maduro,10000076081>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

MERCOSUL PUNE MADURO. **O Estado de S. Paulo**, 08 Ago. 2017. Editorial. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,mercosul-pune-maduro,70001927645>> Acesso em 25 Mar. 2018.

MESQUITA, Rafael. Contradições identitárias do Brasil emergente: uma análise dos discursos do Estado e da imprensa. **Revista Compolítica**, v. 4, n. 1, p. 149, 2014.

MESQUITA, Rafael; ALMEIDA MEDEIROS, Marcelo de. Legitimising emerging power diplomacy: an analysis of government and media discourses on Brazilian foreign policy under Lula. **Contexto Internacional**, v. 38, n. 1, p. 385-432, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, v. 6, n. 55, p. 155-184, 2002.

MILANI, Carlos RS; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, p. 11-41, 2013.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Nota 296. Estado da Implementação do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL.** 13 Ago. 2016a. Brasília: República Federativa do Brasil, 2016a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt->

BR/notas-a-imprensa/14596-estado-da-implementacao-do-protocolo-de-adesao-da-venezuela-ao-mercosul Acesso em 20 Fev. 2018.

_____. **Nota 337. Aprovação da "Declaração Relativa ao Funcionamento do Mercosul e ao Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela"**. 13 Set. 2016b. Brasília: República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14727-aprovacao-da-declaracao-relativa-ao-funcionamento-do-mercosul-e-ao-protocolo-de-adesao-da-republica-bolivariana-da-venezuela> Acesso em 20 Fev. 2018.

_____. **Nota 255. Decisão sobre a suspensão da República Bolivariana da Venezuela do Mercosul em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul**. 05 Ago. 2017a. Brasília: República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17051-decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-do-mercosul-em-aplicacao-do-protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico> Acesso em 20 Fev. 2018.

_____. **Nota 262. Venezuela: o Mercosul rejeita o uso da força para restabelecer a ordem democrática**. 12 Ago. 2017b. Brasília: República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17155-venezuela-o-mercosul-rejeita-o-uso-da-forca-para-restabelecer-a-ordem-democratica> Acesso em 20 Fev. 2018.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN Y LA INFORMACIÓN. **Libro Blanco sobre RCTV**. Caracas: República Bolivariana de Venezuela, 2007.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO. **Situación de Venezuela en el MERCOSUR. Informe de prensa Nº 419/16**. 02 Dec. 2016. Buenos Aires: República Argentina. Disponível em: <<https://www.mrecic.gov.ar/situacion-de-venezuela-en-el-mercosur>>. Acesso em 10 Mar. 2018.

MUNDIM, Pedro Santos. Um modelo para medir os efeitos da cobertura da imprensa no voto: teste nas eleições de 2002 e 2006. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 394-425, 2010.

NOVO TOM NO MERCOSUL. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 set. 2016. Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/09/1813770-novo-tom-do-mercosul.shtml>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

O DESMONTE DO MERCOSUL. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 06 jul. 2012. Editorial. Disponível em: <<http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,o-desmonte-do-mercosul-imp-,896656>>

Acesso em 12 Dez. 2016.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge de; ONUKI, Janina. Brasil, Mercosul e a segurança regional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 43, n. 2, p. 108-129, 2000.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge. **Partidos políticos e política externa: o comportamento legislativo na Câmara de Deputados, 1995-2009**. Série Working Paper - Centro de Estudos das Negociações Internacionais, USP, 2013.

O MELHOR É DIZER NÃO. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 nov. 2007. Editorial. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2511200701.htm>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

ONUKE, Janina. Para onde caminha o Mercosul?. **Revista Múltipla**, v. 4, n. 6, p. 99-109, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A análise de discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 42, p. 21-40, 2002.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Editora Pontes. 2009.

PALACIO, Juan Gutiérrez. **Periodismo de opinión: redacción periodística: editorial, columna, artículo, crítica, selección de textos**. Madri: Paraninfo, 1984.

PALÁCIO DO PLANALTO. **Mercosul é a principal fonte de superávit comercial do Brasil**. 17 Jul. 2015. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/07/mercosul-e-principal-fonte-de-superavit-comercial-do-brasil>>. Acesso em 20 Dez. 2016.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 51, v. 2, p. 136-156, 2008.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. **Langages**, n. 37, p. 7-80, 1975.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**, v. 2, Campinas: UNICAMP, 1990, p. 311-319.

PEDROSO, Carolina Silva. **Os projetos regionais de Brasil e Venezuela para América do Sul nos anos Lula da Silva (2003-2010)**. Tese de Mestrado (Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2014.

PÉS DE BARRO. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 jul. 2006. Editorial. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0607200601.htm>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

PHILLIPS, Nicola. The rise and fall of open regionalism? Comparative reflections on regional governance in the Southern Cone of Latin America. **Third World Quarterly**, v. 24, n. 2, p. 217-234, 2003.

PIMENTA DE FARIA, Carlos Aurélio. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, p. 80-97, 2008.

PINHEIRO, Najara Ferrari. A noção de gênero para análise de textos midiáticos. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. **Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem**. Bauru: EDUSC, 2002. p. 259-290.

PINHEIRO, Flávio Leão; MIGNOZZETTI, Umberto. Constituency Size and Trade Policy Vote in Brazil. In: ISA Annual Convention, 2013. **Anais...** São Francisco: ISA, 2013.

PODER EXECUTIVO. **MSC 82/2007**. 26 Fev. 2007. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=342581&ord=1> Acesso em 03 Mar. 2018.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. A. C. **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 73-104.

POSSENTI, Sírio. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Primer Plan Socialista, PPS. Desarrollo económico y social de la Nación 2007-2013**. Caracas: República Bolivariana de Venezuela, 2007.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

RIOS, Sandra; MADURO, Lucia. A adesão da Venezuela ao Mercosul. **Cadernos Adenauer** v. 1, Ano VIII, p. 41-61, 2007.

ROMERO, Carlos A. Venezuela y Estados Unidos: ¿ una relación esquizofrénica?. **Nueva Sociedad**, v. 206, p. 78-94, 2006.

ROSINHA. Doutor. **Parecer de Relator nº 4 de 2009-CN. PDC 430/2008**. 10 Fev. 2009. Brasília: Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL, 2009. Disponível em: < <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4751451&disposition=inline>> Acesso 13 Mar. 2018.

RUBIM, Albino. **Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

RUBIM, Albino; COLLING, Leandro. Cobertura Jornalística e Eleições Presidenciais de 2006 no Brasil. **Política & Sociedade**, n. 10, p. 173-193, 2006.

RUIZ, Fernando. Fronteiras em movimento: caos e controle na relação entre a mídia e os políticos na América Latina. In: SORJ, B. **Poder político e meios de comunicação: da representação política ao reality show**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 15-43.

SANAHUJA, José Antonio. Del regionalismo abierto al regionalismo post-liberal. Crisis y cambio en la integración regional en América Latina. **Anuario de la integración regional de América Latina y el Gran Caribe**, v. 7, p. 12-54, 2009.

SARAIVA, Miriam Gomes; BRICEÑO RUIZ, José. Argentina, Brasil e Venezuela: as diferentes percepções sobre a construção do Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 52, n. 1, p. 149-166, 2009.

SARAIVA, Miriam Gomes. Política externa brasileira: as diferentes percepções sobre o Mercosul. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 10, n. 1, p. 45-62, 2010.

SCHEUFELE, Dietram A.; TEWKSBURY, David. Framing, agenda setting, and priming: The evolution of three media effects models. **Journal of communication**, v. 57, n. 1, p. 9-20, 2007.

SEM RUMO NO MERCOSUL. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 aug. 2012. Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/58137-sem-rumo-no-mercosul.shtml>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

SIEBERT, Fred Seaton; PETERSON, Theodore; SCHRAMM, Wilbur. **Four theories of the press: The authoritarian, libertarian, social responsibility, and Soviet communist concepts of what the press should be and do**. Champaign: University of Illinois Press, 1956.

SITRI, Frédérique. Interdiscours et construction de l'objet de discours. **Linx. Revue des linguistes de l'Université Paris X Nanterre**, n. 8, p. 153-172, 1996.

SOROKA, Stuart et al. Mass media and policymaking. In: ARARAL, E et al. **Routledge Handbook of the Policy Process**. Londres: Routledge, 2012. p. 204-214.

SOROKA, Stuart N. Media, public opinion, and foreign policy. **Harvard International Journal of Press/Politics**, v. 8, n. 1, p. 27-48, 2003.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília. Discursividade e espaço discursivo. In: FIGARO, R. **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 99-118.

STEINBERGER, Margarethe Born. **Discursos geopolíticos da mídia. Jornalismo e imaginário internacional na América Latina**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

TERUCHKIN, Sônia Unikowsky. Ampliação do Mercosul: a adesão da Venezuela. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 34, n. 3, p. 45-50, 2006.

TORRES, Esteban. **Géneros del periodismo de opinión**. Pamplona: Eunsu, 1988.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo porque as notícias são porque são**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

TUCHMAN, Gaye. **Making news: A study in the construction of reality**. Nova Iorque: Free Press, 1978.

UMA CHANCE PARA O MERCOSUL. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 out. 2016. Editorial. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,uma-chance-para-o-mercosul,10000083451>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

UM CLARO NÃO A MADURO. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 aug. 2016. Editorial. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,um-claro-nao-a-maduro,10000069725>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

URIBE, Rodrigo; GUNTER, Barrie. Research note: The tabloidization of British tabloids. **European Journal of Communication**, v. 19, n. 3, p. 387-402, 2004.

URRUTIA, Edmundo González. Las dos etapas de la política exterior de Chávez. **Nueva Sociedad**, v. 205, p. 159-171, 2006.

VAZ, Alcides Costa. Parcerias estratégicas no contexto da política exterior brasileira: implicações para o Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 42, n. 2, p. 52-80, 1999.

VAZQUEZ, Mariana; BRICEÑO RUIZ, José. O Mercosul na época de Lula e Kirchner: um balanço, seis anos depois. **Nueva Sociedad**, p. 33-48, 2009.

VENEZUELA ENTRA PELA JANELA NO MERCOSUL. **Biblioteca do Senado**, Brasília, 31 jul. 2012. Editorial. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/433295/noticia.htm?sequence=1>. Acesso em 12 Dez. 2016.

VIEIRA DE JESUS, Diego Santos. Mídia e política externa: democratização ou instrumentalização? A política externa brasileira segundo a Folha de São Paulo (1998-2002). **Política Externa**, v. 18, n. 3, 2009.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

VIGEVANI, Tullo; MARIANO, Karina L. Pasquariello; OLIVEIRA, Marcelo Fernandez de. Democracia e atores políticos no Mercosul. In: CLACSO. **Los rostros del Mercosur. El difícil camino de lo comercial a lo societal**, Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 183-228.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, v. 15, n. 2, p. 31-61, 2003.

VIGEVANI, Tullo et al. O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 1, p. 5-27, 2008.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo. Pensamento brasileiro e integração regional. **Contexto Internacional**, v. 32, n. 2, p. 437-487, 2010.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A política externa da Venezuela frente à globalização (1989-2001). In: GUIMARÃES NETO, J. P.; CARDIM, C. H. **Venezuela: Visões brasileiras**. Brasília: FUNAG, 2003. p. 57-83.

_____. De FHC a Lula. Uma década de política externa (1995-2005). **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 2, p. 381-397, 2005.

ZARATTINI, C. **Requerimento 164/2016 CREDN**. 19 Ago. 2016. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016a. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1484929&filename=REQ+164/2016+CREDN Acesso em 03 Mar. 2018.

_____. **Requerimento 169/2016 CREDN**. 19 Set. 2016. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016b. Disponível em: <
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1484929&filenome=REQ+164/2016+CREDN> Acesso em 03 Mar. 2018.

WAISBORD, Silvio. Between the Rock of the State and the Hard Place of the Market. In: CURRAN, J. **De-Westernizing Media Studies**, Londres: Routledge, 2000. p. 43-53.

WEILAND, Cristhofer. O papel econômico e político do Mercosul como estratégia para a inserção internacional brasileira. **Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais da PUC Minas**, v. 3, n. 1, p. 93-114, 2015.